Brasília - 2012

Junji Abe

Deputado federal

PSD - SP

2º ANO - 2012

www.junjiabe.com.br

Sumário

Mensagem do Junji 6
Trabalho beneficia filantrópicas 7
Inclusão no campo é desafio 10
Tratamento gratuito para esclerose múltipla 11
Unidade familiar no combate à violência 12
Em busca de qualidade e eficiência na administração 13
Deputado defende reformas estruturais 14
Cobrança de verba para Avenida Miguel Gemma 15
Transpetro e Cetesb discutem soluções para contaminação 16
Autonomia dos municípios no uso dos royalties do petróleo 17
Audiência debate tarifas da telefonia móvel 19
Luta para vetar projeto que sobe taxas de condomínios 20
Ministros assumem compromisso com setor leiteiro 21
Reestruturação no controle de alimentos de origem animal 23
Simpósio favorece difusão de conhecimentos 25
Leis e assistência para combater exclusão agrícola 27
Crédito rural ganha parecer favorável 28
Grande valor dos pequenos negócios 30
Estado pode revitalizar Cine-Teatro 31
Revisão da Lei dos Caminhoneiros 32
Caixa procura imóvel para agência em Jundiapeba 33
Atuação ilegal de engenheiros e arquitetos pode virar crime 34
Mogi pode ganhar Defensoria Pública da União 35
Governo busca acelerar implantação da Ferrovia Norte-Sul 37
Deputado quer rastrear explosivos 38
Comandante garante reforço do policiamento 39
Ajuda para Hospital Frei Galvão 40
Entidades festejam projeto para tratamento da MPS 41
Mobilização pelo entendimento entre Japão e China 43
Vigília para revitalização de entrepostos 44
Junji quer acabar com assinatura básica na telefonia 45
Em defesa da PEC dos Jornalistas 46
Câmara Setorial acolhe gramicultores 47
Apoio para vencer burocracia no setor de flores e plantas 48
Ministro impõe rigor para conter abusos questão indígena 49
Amparo legal para adolescentes abrigados 51
Pela votação da proposta dos aposentados 52
LDO valoriza transparência das informações 53
Aprovado parecer sobre Programa Bucha Vegetal 54
Pilar do Sul homenageia Junji 55
Pró-Horti completa 1º ano de existência 56
Hortaliças ganham destaque 57
Novo órgão especializado em assistência técnica e extensão rural 58
Cooperativas de Trabalho já têm legislação 59
Ministro confirma início dos viadutos em 2013 60
Pelo fim das injustiças no funcionalismo público 61
Frente Parlamentar tenta evitar colapso das Santas Casas 63
Susep nomeia concursados 65
Patrulha rural de Guaratinguetá ganha reforço 66
Jica pode viabilizar pesquisa de extrato pirolenhoso 67
Em evidência, grande legado dos imigrantes 68
Recepção à delegação chinesa 69

Sumário

Crimes tentam amordaçar Imprensa 70
Chamado contra incoerências 71
Ações no setor agrícola têm “cacoetes conceituais” 72
Devolução do dinheiro pago a mais por consumidores 73
Distribuição gratuita de sacolas biodegradáveis 74
Saúde e transportes concentram debate no Vale 75
Prioridade para coletivos e ciclovias 76
Código Comercial exige discussão profunda 78
Usina verde na destinação do lixo 79
Combate à contaminação por chumbo 81
Comissão de Segurança aprova parecer sobre Apacs 82
Justiça para aposentados por invalidez 83
Solução para pendências da Ceagesp 84
Resgate de cooperativas para vencer gargalos na cadeia produtiva 85
Plataforma de gestão deve abranger todos os produtos 86
Governo estuda meios de ampliar qualificação de PPD 87
Junji pede criação de agrovilas 88
Ações para conter tragédia anunciada 89
Projeto criminaliza transporte escolar clandestino 91
Recursos estaduais para a saúde 92
AME amplia capacidade da rede pública 93
Protesto por falta de prazo para atenção em genética 94
Alunos participam de estágio-visita 95
“Show de conceito metropolitano” 96
Planos beneficiam 11 cidades 97
Natividade da Serra recebe verba para infraestrutura 99
Em análise: construção de câmaras frias 100
Junji alerta para mercado negro de mudas nativas 101
Código Florestal: ações judiciais são a única alternativa 103
Seguro rural acessível para olericultura 104
Secretária promete defender simplificação da outorga da água 105
Apoio da FPA contra projeto restritivo 106
País precisa avançar em alternativas de energia limpa 107
Junji é titular de duas comissões permanentes da Câmara 108
Frente batalha para reduzir preços dos combustíveis 109
Garantia de álcool mais barato para veículos flex 111
Recursos para eventos culturais 112
Aprovadas emendas ao Orçamento 2012 114
Melhor atendimento da Receita Federal 116
Prevenção para acidentes domésticos 117
Movimento força redução das contas de luz 118
Integrante de duas comissões mistas 120
Tratamento justo às cooperativas de eletrificação 121
Um balanço dos 27 projetos 122

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Junji Abe

DEPUTADO FEDERAL

DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR

2º ANO

Centro de Documentação e Informação
Coordenação Edições Câmara

BRASÍLIA - 2012

APRESENTAÇÃO

Minha amiga, meu amigo:

Foi um ano de intensas discussões e duras batalhas travadas para preservar os ideais que me comprometi com a população a defender na Câmara dos Deputados. Aqui, apresentamo um pequeno balanço das ações desenvolvidas entre janeiro e o início de novembro de 2012, quando este material seguiu para impressão.

Neste segundo ano de mandato, mantive a postura de pautar nossa atuação pelas necessidades e anseios da sociedade que tem participado efetivamente da nossa jornada. Seja com reivindicações, seja com sugestões. Nas mais diferentes áreas. Esta mobilização deu origem a projetos de Lei, indicações aos diversos órgãos públicos e cobranças demelhorias emvariados setores.

É verdade que não alcançamos todas as conquistas desejadas. Deputado não tem o poder da caneta. Pede, reivindica, propõe, cobra, reclama, articula, intercede, mas não dá a palavra final nem executa. Veja a situação do novo Código Florestal que, apesar da nossa contumaz insistência, foi concluído sem reconhecer o direito adquirido de milhões de e pequenos produtores que, há séculos, mantêm atividades no entorno de cursos d'água.

De qualquer forma, tenho a convicção de afirmar que empreendemos todos os esforços na busca dos objetivos estabelecidos pela sociedade. Foi assim que sensibilizamos o governo federal para adotar ações visando o barateamento das contas de luz. Ao longo das próximas páginas, está um pouco do nosso trabalho.

Reafirmando meu pedido para que continuem contribuindo com nossas ações cotidianas na Câmara Federal, agradeço muitíssimo e deixo

Um forte abraço,

Junji Abe
Deputado Federal

Novembro/2012

Trabalho de Junji beneficia filantrópicas

Indicações do deputado federal Junji Abe, acolhidas pelo governo estadual, somam R$ 1,090 milhão em benefício de 19 instituições filantrópicas de nove cidades do Alto Tietê e Vale do Paraíba – Mogi das Cruzes, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Arujá, Suzano, Biritiba Mirim, Bertioga, Caçapava e Potim. As verbas são destinadas a aquisições de veículos, equipamentos e mobiliários, de acordo com as necessidades das organizações.

Junji se mobilizou para beneficiar as filantrópicas, antes da sua posse na Câmara Federal. No início de 2011, ele se reuniu com vereadores e dirigentes das organizações que prestam atendimento a crianças e adolescentes, aos portadores de necessidades especiais, à Terceira Idade, moradores de rua, dependentes de substâncias psicoativas, famílias carentes,pacientes com diagnóstico de câncer, portadores de HIV e mulheres vítimas de violência doméstica, entre outros segmentos sociais.

> “Acolhendo pedidos do deputado, governo do Estado libera R$ 1,090 milhão para 19 entidades assistenciais de nove cidades do Alto Tietê e Vale do Paraíba

Boa parte das 19 instituições beneficiadas já formalizou convênio com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, etapa que antecede o depósito dos valores. Outras entidades tiveram acesso à verba e estão adquirindo os bens. Agradecendo o governador Geraldo Alckmin (PSDB) pela sua sensibilidade no atendimento aos pedidos encaminhados, Junji observou que as filantrópicas precisam de mais recursos para atender o grande número de pessoas que procuram ajuda. Mas, as limitações orçamentárias do Estado não permitem repasses à altura das necessidades.

Das verbas autorizadas pelo Estado, R$ 250 mil contemplaram as Apae’s – Associações de País e Amigos dos Excepcionais de Mogi das Cruzes, Arujá, Poá e Bertioga. Além do Cecan – Centro de Convivência e Apoio ao Paciente com Câncer e do Tradef – Trabalho de Apoio ao Deficiente de Mogi das Cruzes, que já receberam os repasses, outras quatro organizações mogianas terão aporte financeiro no total de R$ 250 mil.

Voltado ao atendimento da Terceira Idade, o Instituto Pró+Vida São Sebastião pretende adquirir automóvel e mobiliário. Igual destino terá a verba a ser repassada para a Associação Manuel

Maria Estância Renascer que também atende idosos. Já o Núcleo Aprendiz do Futuro e a Associação Beneficente Semente do Bem investirão a verba na compra de equipamentos e móveis.

Em Suzano, ficam o já contemplado Instituto Beneficente Viva a Vida e a Casa de Repouso de Suzano Ipelândia. Esta última também receberá R$ 50 mil para aquisição de aparelhagem e mobiliário. Além das duas entidades beneficiadas em Ferraz de Vasconcelos, as poaenses Sociedade de Amparo ao Menor Paulo de Tarso e Reino da Garotada de Poá contarão com repasses de R$ 50 mil, cada uma, para adquirir veículos e mobiliário. O Lar Santo Antônio de Educação e Assistência Social, localizado em Biritiba Mirim, receberá igual valor para investir em infraestrutura para o transporte e aparelhagem.

No município de Potim, Vale do Paraíba, funciona a ONG – Organização Não Governamental Orienta Vida que capacita mulheres para o desenvolvimento de bordados e peças de artesanato com o objetivo de garantir a elas uma fonte de geração de renda. A entidade será contemplada com repasse de R$ 100 mil para aquisição de equipamentos. Em Caçapava, fica o Lar Vicentino, que tem atendimento voltado à Terceira Idade e receberá R$ 40 mil.

APAE DE MOGI DAS CRUZES

Contemplada com R$ 100 mil, a Apae mogiana, presidida por Alfredo Casella, adquiriu micro ônibus, máquina de lavar roupas, forno micro-ondas e projetor multimídia para atender os cerca de 600 alunos da instituição. Entrega: 16/08/12.

APAE DE ARUJÁ

Com a verba de R$ 50 mil, a Apae de Arujá implantou Oficina de Costura: 35 máquinas de diversos tipos – profissional e caseira, bordado, corte faca 8”, reta, galoneira e overloque (as três últimas de uso industrial) –, 60 cadeiras e quatro armários de aço. Atendendo aproximadamente 220 crianças e adultos, a instituição presidida por Maria José de Souza Nunes utiliza as instalações para proporcionar laborterapia, arrecadar recursos com a venda dos produtos e ajudar famílias carentes a aprenderem um ofício para gerar renda familiar. Entrega: 14/09/12.

APAE DE POÁ

Atendendo 198 pessoas, entre crianças, adolescentes, adultos e famílias de portadores de necessidades especiais, a Apae poaense, presidida por Silvana Aparecida Marins Hayashi, utilizou os R$ 50 mil na compra de playground, seis bancos de praça em forma de lápis, seis lixeiras para coleta seletiva, cinco computadores, notebook, impressora, dois discos rígidos de memória, caixas e mesa de som, arquivos de aço, mobiliário para cozinha – como carro térmico e de saladas, micro-ondas, processador de alimentos, bebedouros, conjuntos de mesas, cadeirase armários – e outros itens. Entrega: 21/09/12.

APAE DE BERTIOGA

Beneficiada pela primeira vez, a Apae de Bertioga utilizou os R$ 50 mil para comprar 13 computadores, copiadora e mobiliário do refeitório – oito mesas e 32 cadeiras, além de dois equipamentos

destinados a gerar renda para a instituição, que atende cerca de 40 crianças e é presidida por Miriam Pereira. Um deles possibilita a fabricação de fraldas descartáveis e o outro serve para estampar camisetas e azulejos. Entrega: 30/03/12.

CECAN – CENTRO DE CONVIVÊNCIA E APOIO AO PACIENTE COM CÂNCER

Sediada em Mogi das Cruzes, a instituição empregou os R$ 50 mil na compra de uma Kombi para visitas domiciliares e hospitalares da equipe técnica, além de servir para transporte e infraestrutura destinados aos eventos de prevenção do câncer, assim como para retirada de doações ao Cecan. Dirigida por Raquel Breviglieri, a entidade atende 210 famílias, entre pacientes com câncer e seus familiares. Entrega: 30/06/12.

TRADEF – TRABALHO DE APOIO AO DEFICIENTE DE MOGI DAS CRUZES

Presidida por Iêda Boucault, a entidade utilizou os R$ 50 mil na aquisição de um veículo Fiat Doblô, destinado ao apoio nas ações que desenvolve em benefício de portadores de necessidades especiais. Entrega: 01/07/12.

INSTITUTO BENEFICENTE VIVA A VIDA

Localizada em Suzano, a filantrópica empregou a verba de R$ 50 mil na compra de sete computadores, duas impressoras a laser multifuncionais, projetor multimídia, filmadora, quatro aparelhos de DVD, quatro televisores, três videogames, mesa de pebolim, dez beliches, dois berços, 22 colchões, 21 cômodas, 13 ventiladores de parede e de coluna, freezer, geladeira, duas máquinas de lavar roupas, três lavadoras de alta pressão, três tanquinhos, secadora, três micro-ondas, cinco purificadores de água, três multiprocessadores de alimentos, cinco ferros de passar e roçadeira. As aquisições melhoram a infraestrutura dos três núcleos da instituição, presidida por Helisson Bueno de Lima, que beneficiam crianças e adolescentes portadores do HIV/Aids, mulheres vítimas de violência doméstica e menores carentes. Entrega: 28/09/12.

OBRA FILANTRÓPICA E MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BETEL

Com sede em Ferraz de Vasconcelos, a entidade usou os R$ 50 mil na aquisição de uma Kombi para melhorar os serviços prestados em suas duas unidades. Fundada pelo apóstolo José David Greco, atua na recuperação de dependentes de substâncias psicoativas. Atende 90 homens. Além disso, presta assistência à população de rua, serviço que beneficia 40 pessoas. Entrega: 11/11/12.

SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Beneficiada com R$ 50 mil, a entidade ferrazense adquiriu uma Kombi, um projetor multimída e uma tela de projeção, que servirão para melhorar os serviços prestados a 625 crianças e adolescentes em cinco núcleos – dois centros de educação infantil e três da juventude. É presidida por Ildefonso Alves de Oliveira. Entrega: 11/11/12.

Inclusão no campo é desafio

A inexistência de políticas públicas eficientes de assistência técnica e extensão rural, que deixam míni e pequenos produtores, inclusive os familiares, sem acesso às inovações tecnológicas, e as incoerências contidas no novo Código Florestal são grandes desafios a serem vencidos pelo agronegócio brasileiro, com o apoio da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. As considerações foram feitas pelo deputado federal Junji Abe, durante apresentação oficial (06/11/12) do recém-empossado presidente da instituição, Maurício Antônio Lopes, aos integrantes da FPA – Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agropecuária.

Algo em torno de 85% dos cerca de 4,3 milhões de míni e pequenos produtores rurais do Brasil amargam a completa falta de assistência técnica e extensão rural. "Vivem sem acesso às técnicas, orientações e inovações que a Embrapa desenvolve, mas o País não faz chegar ao campo", lamentou Junji.

Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, Junji apontou os míni, pequenos e médios produtores dessas culturas como as maiores vítimas da ausência ou precariedade da orientação técnica no campo. O grupo surgiu para representar essas cadeias produtivas que, "historicamente, não recebem atenção governamental".

Sem ajuda do governo, a alternativa dos pequenos produtores seria contar com a difusão de conhecimentos por meio de cooperativas, associações e consórcios de agricultores. Porém, observou Junji, desde a era da escalada inflacionária que mutilou milhares deprofissionais do campo e liquidou cooperativas agrícolas, "está difícil resgatar o sentimento coletivo" para viabilizar a força rural do passado.

Não bastassem essas dificuldades, os míni e pequenos produtores estão sob a ameaça de desaparecerem por conta das distorções existentes no novo Código Florestal, como o fato de a legislação ignorar o direito adquirido por quem produz, há séculos, às margens de cursos d'água. "Começa por essa injustiça e se estende para a obrigatoriedade de desocupação e recomposição florestal de faixas marginais com tamanhos que variam de acordo com o tamanho da propriedade. Os ônus são integralmente de quem produz", discorreu Junji.

> "Junji diz que ausência de políticas eficientes de assistência técnica e extensão rural e as incoerências do novo Código Florestal precisam ser superadas, com apoio da Embrapa

O novo presidente da Embrapa concordou com as considerações de Junji e comprometeu-se: "Contem com minha dedicação. E também com meu entusiasmo, o mesmo de quando tive o primeiro contato com a Embrapa, há quase 30 anos, em Minas Gerais".

Garantia de tratamento gratuito

Uma indicação (3.274/2012) de autoria do deputado federal Junji Abe ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pretende garantir o tratamento dos portadores de esclerose múltipla. Se acolhida a proposta do parlamentar, a medicação para a enfermidade será incluída na lista do Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde, que fornece gratuitamente, em parceria com o governo estadual, remédios de alto custo ou extraordinários à população.

Com a iniciativa, Junji pretende reforçar a petição pública que circula na internet. Assim como no abaixo-assinado, o deputado pede que o medicamento oral ***Fingolimoide*** seja oferecido na rede pública aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde. O produto chegou ao Brasil e, após avaliação dos órgãos competentes, o Ministério divulgou, em 25 de setembro último, a portaria dando conta da liberação. Porém, sem incluir a medicação na lista de itens excepcionais disponibilizados pela Pasta.

> “Em indicação dirigida ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, Junji pede inclusão do remédio na lista do Programa de Medicamentos Excepcionais para atender portadores da doença

“É uma situação muito injusta com os portadores de esclerose múltipla e seus familiares. Há tempos, aguardavam a liberação do medicamento no País e estavam certos de que seria disponibilizado na rede pública, o que não aconteceu”, apontou Junji, ao informar os benefícios decorrentes do uso da medicação, atestados por médicos.

A esclerose múltipla tem caráter, geralmente, progressivo, com sinais e sintomas neurológicos. Cerca de dez anos após o início dos sintomas, metade dos pacientes poderá estar inapta para desenvolver atividades profissionais e até tarefas domésticas. “É cruel privar os pacientes do SUS de um tratamento que se mostra eficaz, haja vista que as atuais medicações, em muitos casos, agravam o quadro clínico”, justificou o deputado.

Na lista dos benefícios identificados pela comunidade médica com o uso do medicamento reivindicado, figuram a melhoria cognitiva dos sistemas funcionais, motores e sensitivos, a ausência de novos surtos e a inexistência de efeitos colaterais que impedem as atividades cotidianas. Além disso, a medicação oral facilita o tratamento e dispensa acondicionamento em geladeira, o que melhora a qualidade de vida dos pacientes.

Ao apelar para a sensibilidade do ministro quanto ao atendimento ao pedido, Junji argumentou que a inclusão do ***Fingolimoide*** na lista do Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde é um meio de proporcionar a todos condições iguais de acesso ao tratamento terapêutico.

Em defesa da unidade familiar

"Família, religiosidade - qualquer que seja o credo -, educação de qualidade e cidadania são a base para uma sociedade mais justa, solidária e fraterna."

Ações como o aumento do efetivo da Polícia, maior estrutura, mais equipamentos e valorização dos policiais de forma geral, incluindo recomposição salarial, assim como a criação da agência integrada de inteligência são fundamentais para combater a atuação de organizações criminosas e melhorar a segurança pública. Porém, não terão êxito sem o comprometimento direto da sociedade com o fortalecimento e valorização da unidade familiar. Ao fazer a avaliação, o deputado federal Junji Abe voltou a pregar a necessidade de atacar as causas da violência.

"Família, religiosidade – qualquer que seja o credo –, educação de qualidade e cidadania são a base para uma sociedade mais justa, solidária e fraterna", declarou Junji, acrescentando que muitos dos atos violentos surgem dentro de casa e "crescem sem freios" no convívio social.As considerações do deputado foram feitas em audiência pública (13/11/12) da CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara.

De um lado, a sociedade clama por medidas urgentes. De outro, as autoridades buscam melhor preparo dos profissionais de segurança e recursos físicos e operacionais adequados para frear a violência. "É óbvio que a soma de esforços em todos os níveis é essencial, porque a população respira intranquilidade e medo", avaliou Junji.

Ocorre que todos tentam combater os efeitos da violência, numa "eterna operação de enxugar gelo, que não gera resultados". Junji apelou para que a sociedade também se concentre na reversão do quadro atual. "Precisamos fortalecer a instituição família, onde os pais cumpram a missão de educar os filhos com valores elementares, como dignidade, solidariedade, respeito e amor ao próximo, além de religiosidade, qualquer que seja o credo", apregoou, frisando que os laços familiares têm de ser as "armas potentes" para afastar crianças e jovens das drogas, do álcool e outros vícios que destroem o ser humano.

Paralelamente, defendeu Junji, o poder público tem de investir na educação qualitativa, com a implantação do período integral nas escolas a fim de proporcionar às crianças e adolescentes lições de cidadania, civismo, cultura, artes e esportes, garantindo ocupação saudável do tempo, hoje ocioso.

Segundo o deputado, sem a efetiva participação da sociedade, grande parte dos recursos necessários ao ensino, à saúde, saneamento e outros setores continuará migrando para a construção e manutenção de penitenciárias e casas de menores infratores, além de uma infindável série de novas delegacias, viaturas, câmeras de monitoramento e, assim por diante. "É preciso agir agora para evitar o agravamento da fotografia atual: uma realidade podre e insustentável".

Em busca de qualidade e eficiência

A condenação dos réus do mensalão pelo STF – Supremo Tribunal Federal rompe o panorama de impunidade vigente no País, abrindo perspectivas para reverter o "atoleiro de corrupção que, associado à má qualidade da gestão pública, compromete os serviços prestados à população e amplia as desigualdades sociais". Quem avalia é o deputado federal Junji Abe.

Integrante da Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública, Junji participou do café da manhã (10/10/12) realizado pelo colegiado em conjunto com o Consad – Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração. Num País como o Brasil, é "aviltante" que a sociedade patine em tantas desigualdades, por causa da má gestão pública. O deputado creditou a responsabilidade aos agentes políticos que, no exercício de funções públicas, mostram-se descompromissados com o bem comum. "Esta atuação irresponsável joga toda a classe política na vala comum do descrédito".

> "Segundo Junji, condenação de réus do mensalão abre perspectivas para reverter atoleiro de corrupção que, associado à má administração pública, amplia as desigualdades sociais no País

A desqualificação dos serviços prestados à população, detalhou Junji, está estampada na precariedade do ensino, no débil sistema de saúde – agravado pela falta de saneamento básico –, e na carência generalizada de segurança em contraste com a proliferação das drogas, entre outras mazelas.A sociedade, acrescentou, sofre ainda com a crescente perda de valores morais e princípios éticos, principalmente por parte de seus representantes políticos.

A impunidade para os crimes de corrupção e outras práticas nocivas ao erário público tornou-se a mola propulsora da multiplicação de ocorrências envolvendo políticos e demais agentes públicos. Neste contexto, raciocinou Junji, a condenação pelo STF dos réus do mensalão – catalogado como o escândalo do século – pode contribuir para reverter o quadro.

Paralelamente ao resgate da moralidade e ética na política, Junji evidenciou a necessidade de qualificar os gestores públicos. "Há municípios onde a desqualificação técnica no controle do orçamento e em outros procedimentos administrativos detona a saúde financeira dos cofres municipais, além de inviabilizar o repasse de verbas dos demais órgãos da Federação e de excluir a população do acesso a programas estaduais ou federais em diversas áreas", alertou.

Deputado defende reformas

Profunda reformulação constitucional e permanente fiscalização da sociedade são, segundo Junji, os principais meios de combater a corrupção que deteriora classe política

Adepto de uma profunda reforma político-partidária, o deputado federal Junji Abepregou a necessidade de reduzir o número de partidos políticos, dos atuais 30 para cinco. Segundo o parlamentar, o PSD – Partido Social Democrático, de que faz parte, aglutinou os políticos que, como ele, desejam profundas mudanças na Constituição com a participação direta da população, longe do "balcão de negócios" vigente entre poder público e agremiações partidárias.

O PSD se consolidou como o quarto maior partido do País, como ressaltou Junji. A legenda propõe que, em 2014, além dos deputados federais e senadores, os eleitores votem em um terceiro parlamentar que, com dois anos de mandato, teria a incumbência de revisar a Constituição Federal.

O grupo de constituintes não receberia salário e nem seria integrado por congressistas já eleitos. "Impossível é conviver com remendos constitucionais e improvisações oportunistas, enquanto um pacto federativo superado impõe a municípios, Estados e à própria União limitações, constrangimentos e falta de recursos para dar aos brasileiros serviços dignos de saúde, educação, segurança, justiça e oportunidade igual para todos", justificou.

Na lista de alterações fundamentais, Junji elencou o fim da reeleição para cargos no Executivo, extensão do mandato de quatro para cinco anos, coincidência de mandatos para evitar que o País pare a cada dois anos por causa de eleições, regras claras para doações às campanhas eleitorais e implantação de eleições distritais mistas para que o povo possa fiscalizar com eficiência e cobrar com rigor os parlamentares.

Segundo Junji, as reformas político-partidária, tributária, previdenciária e trabalhista, entre outras medidas essenciais para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, só serão realidade com uma profunda reformulação constitucional, executada por "brasileiros com elevado espírito público, despojados de ideologia partidária e fora de qualquer função pública".

Cobrança de verba para Av. Miguel Gemma

Recursos para execução da obra, em Mogi das Cruzes, constam do Orçamento Geral da União deste ano, em função de emenda individual de R$ 5 milhões, de autoria de Junji

Encerrado o período eleitoral que impedia o repasse de recursos financeiros para execução de obras, o deputado federal Junji Abe reuniu-se com o ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para cobrar a liberação da verba para Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo. O parlamentar reivindicou a efetivação do convênio entre o governo federal e a Prefeitura para drenagem de águas pluviais e recapeamento da Avenida Miguel Gemma, trecho urbano da Rodovia Mogi-Salesópolis, entre os Bairros do Socorro e Cocuera.

Na audiência (30/08/12), Junji pediu ao ministro que autorizasse a análise técnica da proposta (017392/2012) cadastrada pela administração municipal no Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal. A previsão orçamentária para execução das obras, no valor de R$ 5 milhões, foi inserida no OGU – Orçamento Geral da União deste ano, em função de emenda parlamentar individual (28040007), de autoria do deputado.

Com Funcional Programática (15.451. 2054.1D73) registrada no Programa Obras e Ações de Infraestrutura Urbana no Estado de São Paulo, a formalização do convênio para posterior liberação da verba depende do aval técnico do Ministério das Cidades e da disponibilidade financeira do governo federal. “O ministro comprometeu-se a agilizar a análise técnica da proposta. Explicamos que se trata de obra absolutamente necessária, tanto para viabilizar o trânsito adequado e seguro de veículos na movimentada via quanto para melhorar o escoamento da produção agrícola da região”, afirmou Junji.

Embora inserido no OGU, o andamento das ações para destinação da verba a Mogi das Cruzes ficou travado em razão de uma série de fatores adversos, como a crise internacional que forçou o contingenciamento dos recursos federais, associado a medidas para garantir o superávit primário do País, além das restrições impostas pela legislação eleitoral. “Além de pedir agilidade na apreciação técnica do Ministério das Cidades, aguardamos audiência no Palácio do Planalto para tratar da disponibilidade financeira junto à Casa Civil”, detalhou Junji.

O deputado observou que, com a autorização do Ministério e sinal verde do Planalto, o convênio será efetivado. Porém, ressalvou Junji, por ser um valor expressivo, os repasses deverão ocorrer de forma gradativa, com base em medições sobre o avanço das obras. “Acreditamos na sensibilidade do governo para atender nossa Mogi, dada a importância da via no contexto de adequações da malha viária regional”.

Transpetro e Cetesb discutem soluções

Intermediado por Junji, encontro na Prefeitura mogiana reuniu diretores da empresa e do órgão ambiental para detalhar ações em prol das famílias e da área afetadas por vazamento

O prefeito de Mogi das Cruzes, Marco Bertaiolli (PSD), recebeu o diretor da Transpetro, Cláudio Campos, para uma reunião intermediada pelo deputado federal Junji Abe junto ao presidente da empresa, Sérgio Machado. O encontro contou ainda com a participação do gerente regional da Cetesb – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Edson dos Santos.

A primeira reunião (22/10/12) com todos os envolvidos serviu para acompanhar o passo a passo das ações no caso do rompimento do duto na região da Volta Fria, ocorrido em 2010, responsável pelo vazamento de 180 mil litros de gasolina e nafta. Um estudo de investigação detalhado foi entregue pela Transpetro à Cetesb, que deverá apresentar um resultado da análise de todos os documentos.

"Houve um envolvimento imediato da Prefeitura, desde o dia do acidente. Inclusive, uma das famílias, que teve de deixar a área, está inserida no programa Aluguel Solidário", observou o prefeito, ressaltando que o Semae – Serviço Municipal de Água e Esgoto vem fornecendo água potável aos moradores e outras medidas estão em implantação por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, com acompanhamento constante.

Segundo Junji, a reunião foi fundamental para que algumas dúvidas fossem esclarecidas. "Muitas informações acabam levando uma preocupação ainda maior à população por não conhecerem todo o processo e as medidas tomadas pelos envolvidos", afirmou o deputado que viabilizou o encontro, após diversos contatos com a Transpetro, subsidiária da Petrobras, com sede no Rio de Janeiro.

O diretor da Transpetro informou que, desde a ocorrência, a empresa vem tomando medidas para remediar os impactos no local. "Realizamos várias ações de remediação emergencial na área atingida", explicou. A Transpetro, segundo ele, vem implementando o plano de recuperação definitiva, conforme normas da Cetesb.

O estudo de investigação detalhada da área afetada é parte desse plano e será usado como base para a implantação das medidas de remediação definitiva, a ser efetivada pela Transpetro. "Tudo o que foi solicitado, neste caso, vem sendo cumprido", garantiu Santos. Junji reiterou que permanece atento ao andamento dos trabalhos para resguardar o bem-estar das famílias afetadas e recuperar o meio ambiente.

Autonomia dos municípios

Segundo Junji, aplicação dos recursos tem de atender necessidades da população, cabendo ao gestor decidir como e onde investir, sem que a legislação engesse o orçamento municipal

O projeto de Lei (2.565/2011), do Senado, aprovado pela Câmara Federal, prevê a redistribuição dos royalties do petróleo entre todos os integrantes da Federação, incluindo estados e municípios não produtores, mas não obriga aplicação exclusiva dos recursos na educação. "Preserva a autonomia e dignidade dos municípios, com muitas diferenças entre si, queprecisam investir para atender as necessidades da população. As cidades pobres poderão resolver, com a participação popular, como elaborar e direcionar seus orçamentos para responder às demandas sociais, inclusive no setor educacional. O que não pode é engessar tudo e manter as prefeituras reféns do governo federal", defendeu o deputado federal Junji Abe, que votou a favor do texto do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator da proposta original do senador Wellington Dias (PT-PI).

A proposta aprovada em Plenário (06/11/12) permite o uso dos recursos do petróleo que forem destinados aos fundos especiais nos seguintes setores: infraestrutura, educação, saúde, segurança, erradicação da miséria, cultura, esporte, pesquisa, ciência e tecnologia, defesa civil, meio ambiente, mitigação das mudanças climáticas e tratamento de dependentes químicos.

Segundo o substitutivo do relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), rechaçado pela Câmara, 100% dos recursos deveriam ser direcionados à educação. Ocorre, segundo Junji, que a destinação exclusiva dos royalties do petróleo para a educação prejudicaria os municípios que recebem migalhas para fazer frente a todas às demandas da população e precisam de dinheiro para outros setores.

Classificando a desigualdade orçamentária dos municípios brasileiros como "gritante", Junji lembrou que enquanto localidades pequenas, mas extremamente industrializadas, não sabem o que fazer para atender a obrigação constitucional de aplicar, respectivamente,25% e 15% das receitas correntes líquidas em educação e saúde, milhares de outras – cerca de 90% – não têm recursos mínimos para ações elementares diárias, como coleta de lixo, por exemplo.

"A destinação exclusiva só desfiguraria ainda mais a já distorcida distribuição de renda entre os entes da Federação. Acentuaria o gigantismo indevido do governo central, obrigando os prefeitos a reforçarem sua condição de pedintes, implorando pela liberação de recursos para atender seus munícipes", observou Junji, ao frisar que a União abocanha 60% a 65% da arrecadação total do País; os estados recebem de 20% a 25%; e os municípios ficam com míseros 10% a 15%.

Junji evidenciou que a proposta aprovada não impede que um governo (municipal, estadual ou federal) destine tudo para educação. Apenas permite que outros setores sejam contemplados, a critério do gestor. "Com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, nenhum administrador poderá deixar de investir em educação para gastar os recursos na farra do boi. Isto é conto da carochinha", disparou.

Em vez de tentar tolher a autonomia financeira dos municípios, ponderou Junji, "um governo sério tem de trabalhar para reduzir as penosas desigualdades entre as cidades". Municipalista declarado, o deputado entende que o desenvolvimento deve se processar em nível regional. "Tem de haver mecanismos que permitam a uma entidade como o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, por exemplo, apurar recursos excedentes em determinadas cidades e aplicar em outras, de uma mesma região, onde há déficit de investimentos". A meta, assinalou ele, é corrigir distorções e combater desigualdades entre as cidades, proporcionando o desenvolvimento social e econômico das regiões para melhor atendimento à população.

Junji ponderou que a redistribuição dos royalties de petróleo não resolverá todas as mazelas do Brasil. "Mas, ajudará a reduzir as desigualdades. Num País abençoado por Deus e pela natureza, cabe a nós brasileiros, unidos e participativos, melhorarmos a qualidade da gestão pública. No mais, temos tudo o que os outros habitantes do planeta não têm".

Defesa da educação

O deputado federal Junji Abe sempre defendeu a necessidade de ampliar os investimentos no ensino público, como meio de resgatar a dignidade da população e combater o apagão da mão de obra qualificada, um dos fatores que impulsionam o desemprego e prejudicam a competitividade do Brasil no mundo globalizado. Desde que chegou à Câmara Federal, batalhou pela proposta e votou a favor do projeto do PNE – Plano Nacional da Educação (nº 8.035/2010), que estabelece a ampliação do investimento em educação pública, dos atuais 5%, para 10% do PIB – Produto Interno Bruto, como meta para os próximos dez anos.

Junji contestou a argumentação de parlamentares situacionistas sobre a impossibilidade de o governo federal cumprir a determinação prevista no projeto, em análise no Senado, sem a destinação exclusiva dos royalties do petróleo para a educação. "A União pode e deve aplicar 10% do PIB no setor. Basta a boa gestão dos recursos. O texto aprovado não impede que destine a parcela integral dos royalties, que lhe cabe, para o ensino público".

O projeto de redistribuição dos royalties, aprovado pela Câmara, não tira dinheiro da educação e nem inviabiliza investimentos no setor. "Apenas permite que todos os integrantes da Federação, mesmo não sendo produtores, recebam com o máximo de igualdade as rendas geradas pelas riquezas minerais que são de todos os brasileiros. E garante aos municípios autonomia para decidir como os recursos serão aplicados em benefício da população", insistiu Junji.

Defesa do Consumidor aprova audiência pública

A CDC – Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara aprovou a realização de audiência pública sugerida pelos deputados federais Junji Abe e César Halum (PSD-TO). O requerimento (REQ 132/2012) conjunto dos parlamentares, aprovado pelo colegiado, visa discutir a base de cálculo das tarifas dos planos pré-pago e pós-pago de telefonia móvel.

Para a audiência a ser agendada pela CDC, serão convidados representantes de todas as concessionárias – Oi, TIM, Claro, VIVO e Nextel –, e do Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, além do presidente da presidente da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, João Batista Rezende. Segundo Junji, o debate servirá para fortalecer o projeto de Lei 4.524/2012, de autoria dos dois deputados, que visa baratear as tarifas dos planos pré-pagos.A proposta proíbe as operadoras de cobrarem valores diferenciados entre as duas modalidades de serviço – pré e pós-pagas.

> “Comissão permanente da Casa acolhe requerimento conjunto dos deputados Junji Abe e César Halum para debater as bases de cálculo das tarifas de celulares dos planos pré-pago e pós-pago

“Pedimos que a sociedade nos ajude a mostrar a incoerência e a cobrar uma mudança de postura das prestadoras do serviço”, pontuou Junji, ao evidenciar que o cliente pré-pago desembolsa, por minuto de ligação, valor de mais de 400% acima do cobrado de quem tem linha pós-paga. Defendendo a reformulação prevista no projeto, o deputado citou que 81,83% das mais de 250 milhões de linhas de telefonia móvel em operação são pré-pagas.

Na opinião de Junji, não há justificativa para a cobrança excessiva dos clientes de celulares pré-pagos. “É um raciocínio que contraria a lógica de mercado e serve unicamente para saciar a fome de lucros, porque as linhas pré-pagas são maioria”, disparou. Halum acrescentou que a prática de tarifas exorbitantes tem o agravante de a operadora não sofrer qualquer risco de inadimplência, porque o usuário já pagou para utilizar o serviço.

Halum e Junji são, respectivamente, presidente e vice-presidente da FPMDCEECT – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia. Além da audiência pública na CDC, os deputados pretendem debater as altas tarifas de telefonia móvel em reunião do colegiado. “É notório que existe um abuso na cobrança”, frisou Junji, mencionando que o Brasil tem 1,3 celulares por habitante.

Junji luta para vetar projeto

Participantes da audiência realizada na Comissão de Desenvolvimento, a pedido do deputado, dizem que aprovação de proposta sobre condomínios aumentará despesas de moradores

Realizada pela CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, a pedido do deputado federal Junji Abe, a audiência pública para debater o projeto de Lei80/2011 confirmou o que o parlamentar receava: a eventual aprovação da proposta que permite aos condomínios a aquisição de personalidade jurídica "atingirá em cheio os condôminos, especialmente os moradores de baixa renda, com o aumento de despesas decorrentes da transformação".

Representantes da CNC – Confederação Nacional do Comércio, de sindicatos e de associação do ramo de compra, venda, locação e administração de imóveis residenciais e comerciais foram unânimes em afirmar que a conversão do projeto em lei trará mais ônus aos condôminos. "Eles passariam a ter de pagar taxas de condomínio bem maiores que as atuais", observou Junji, ao alertar que a possibilidade de transformação de edifícios em pessoas jurídicas afetará, por exemplo, moradores de condomínios da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, do governo paulista, e das moradias do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

Membro da CDU, Junji manifestou-se contrário ao projeto e espera que a audiência pública (07/11/12) tenha contribuído para esclarecer os membros da comissão sobre os efeitos nocivos da aprovação da proposta, principalmente para a população de baixa renda. "A Câmara não pode concordar com tamanha injustiça".

O projeto do deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), que autoriza o registro dos condomínios como pessoas jurídicas de direito privado, já recebeu parecer favorável do relator da CDU.Em maio último (23/05), Junji conseguira retirar a proposta da pauta da comissão, apresentando o requerimento (REQ 88/2012) de audiência pública para defender o direito da sociedade de participar da discussão.

"Reafirmo que defenderei os interesses da população. Em especial das famílias de baixa renda que, depois de tanto sacrifício, conseguiram ser contempladas em programas habitacionais e não podem ser penalizadas com custos adicionais no valor do condomínio", declarou o deputado.

Junji tem preocupação extra com a forma de tramitação do projeto que está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões permanentes da Câmara. Primeiro, pela CDU – onde ele conseguiu viabilizar a audiência pública, e depois, pela de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se receber aval unânime em ambas, ganha aprovação sem necessidade de votação em plenário.

Ministros assumem compromisso com o setor

Agricultura e Desenvolvimento Agrário garantem trabalho conjunto para viabilizar documento que inclui reivindicações do movimento encabeçado por Junji em prol dos pequenos produtores

Os ministros da Agricultura e Pecuária, Mendes Ribeiro Filho, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, comprometeram-se a trabalhar em conjunto para viabilizar o atendimento às ações reivindicadas pelo setor leiteiro. A garantia foi dada no encerramento da 1ª Conferência Nacional do Leite (08/11/12), quando foi apresentado o balanço elaborado pelos representantes da cadeia produtiva que participaram do megaevento. O documento inclui as medidas cobradas pelo deputado federal Junji Abe para socorrer os míni, pequenos e médios produtores de leite, assim como os da agricultura familiar, do Vale do Paraíba, a maior bacia leiteira paulista.

São 135 ações propostas no documento que será oficialmente entregue ao governo federal. Destas, 12 são consideradas prioritárias, inclusive, as reivindicadas por Junji para garantir a sobrevivência dos pequenos produtores, ameaçados de falência em razão da concorrência desleal com leite e derivados importados, em grande volume, de países que proporcionam fartos subsídios ao setor agrícola.

A conferência foi promovida pela Subleite – Subcomissão Permanente destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional, e está vinculada à Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara. Junji é membro titular de ambas e havia conseguido o respaldo dos colegiados para a mobilização em defesa dos produtores do Vale do Paraíba.

A adoção de medidas de defesa comercial do mercado lácteo brasileiro é o item número um das ações definidas como prioritárias no documento elaborado durante a conferência. “Os produtores brasileiros vêm sendo esmagados pelas importações desenfreadas de produtos lácteos, como soro e leite em pó, vindos de países que subsidiam e muito o setor leiteiro. Não bastasse, a ausência de fiscalização fitossanitária coloca no Brasil itens de qualidade duvidosa, numa flagrante ameaça à saúde pública”, descreveu Junji.

Segundo o deputado, a inspeção também precisa ser reforçada para impedir misturas indevidas que comprometem a qualidade do produto final. Ele apontou ainda a ocorrência de triangulação. Ou seja, o caso de produtos das mais diferentes procedências que entram no Brasil agasalhados pelo Tratado do Mercosul, como se fossem provenientes de Argentina, Uruguai e outros do Cone Sul.

O combate às ocorrências que prejudicam a cadeia produtiva do leite no Brasil

é contemplado no documento elaborado na conferência. Antes (07/11), Junji havia intermediado uma audiência de lideranças dos produtores com o ministro da Agricultura para reivindicar medidas capazes de resguardar os pequenos profissionais do campo da falência. Mendes Ribeiro Filho prometeu estudar as reivindicações.

O governo federal "está dando a mão para o setor", como frisou o ministro da Agricultura no encerramento da conferência. Mendes Ribeiro Filho reconheceu que fazer o dever de casa não é suficiente e arremessou: "Tenho certeza de que podemos e temos a obrigação de avançar. Eu quero fazer parte disso!". Seguindo a mesma linha de raciocínio, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, garantiu que trabalhará junto com o colega para resolver o drama do leite.

Mobilizadas por Junji, lideranças agrícolas do Vale do Paraíba compareceram em peso ao megaevento e não pouparam elogios ao deputado. Wander Luiz Carvalho Bastos, presidente da Assivarp – Associação dos Sindicatos Rurais do Vale do Paraíba e entidades cooperativadas paulistas, destacou a abrangência dos assuntos abordados na conferência. "Estamos tendo a grande chance de reverter o quadro atual".

Avaliação semelhante fez o membro do Conselho da Diretoria da Comevap –Cooperativa de Laticínios do Médio Vale do Paraíba, Thiers Fortes. Animado com a disposição do ministro Mendes Ribeiro em encontrar soluções para o problema vivido pelos produtores, ele enfatizou o desempenho de Junji "ao abraçar nossa causa". Pedro Amadei, membro do Conselho da Comevap, também ficou satisfeito com os trabalhos.

Quanto mais organizado e unido estiver o setor, melhor será a mobilização e maiores são as chances de atendimento, como analisou o presidente do Sindicato Rural de Taubaté, Ricardo Araújo. O delegado titular da Faesp – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo na 1ª Conferência Nacional do Leite, Pedro Nelson Lemos, reforçou os elogios à atuação do deputado.

Mobilização do Vale

Junji trabalha para unir os colegiados do Congresso, que atuam em defesa da agropecuária, em torno da causa dos produtores de leite do Vale do Paraíba. Ele já havia conquistado o respaldo das lideranças agrícolas, como Faesp e Senar-SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, ambos presididos por Fábio de Salles Meirelles, assim como da FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária e da Subleite.

O apelo para acudir os produtores de leite e derivados chegou a Junji, em setembro último, por meio das instituições classistas do Vale do Paraíba reunidas na Assivarp. São os sindicatos rurais de Jacareí, Santa Branca, São José dos Campos, Monteiro Lobato, São Bento do Sapucaí, Paraibuna, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Queluz, Bananal, Areias, Silveiras e São José do Barreiro, além das cooperativas de laticínios Cooper, de São José dos Campos; Comevap, do Médio Vale do Paraíba; Serramar, de Guaratinguetá; de Santa Isabel, de Cachoeira Paulista e de Lorena.

Arquivo pessoal

Defesa de reestruturação no controle

Junji aponta legislação arcaica, excesso de burocracia e falta de uniformidade na fiscalização como principais entraves para a eficácia do sistema, com garantia de segurança ao consumidor

Legislação arcaica, excesso de burocracia, desorganização e falta de integração entre os sistemas de controle de alimentos de origem animal são os principais entraves para a eficiência da fiscalização com a devida segurança à saúde pública. Ao apresentar esta análise, o deputado federal Junji Abe defendeu uma ampla reestruturaçãodo processo, com a participação direta dos agentes que integram as cadeias produtivas.

"Precisamos formar um mutirão para resolver os problemas, porque é de interesse de todos os atores, desde pesquisadores e fabricantes de insumos, até o consumidor final, que os alimentos tenham indiscutível qualidade e estejam livres de riscos à saúde", apregoou Junji que participou do seminário "Os sistemas de controle dos alimentos de origem animal: bases para a saúde pública e o agronegócio do Brasil" (16/10/12), promovido pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara.

O debate se concentrou nos efeitos das recentes modificações relevantes no marco regulatório do sistema de inspeção e controle dos alimentos de origem animal. Uma instrução normativa do Ministério da Agricultura, publicada em 2011, permite que estados e municípios realizem, desde julho último, o mesmo controle que hoje é feito pelo SIF - Serviço de Inspeção Federal.

Ocorre que há diferenças significativas

no sistema de inspeção adotado conforme o nível federativo – município, estado ou união, como apontou Junji. “Sem organização e integração dos processos de controle, os procedimentos acabam confusos e a confiabilidade do mercado consumidor fica abalada”, completou ele, ao lembrar a preocupação da agroindústria nacional, calcada no fato de o Brasil ser um dos maiores produtores de carne do mundo. Responde por 1/4 do mercado mundial.

Até a edição da recente instrução normativa, a missão de atestar a segurança da qualidade dos produtos de origem animal no País estava a cargo do Serviço de Inspeção Federal. Há 94 anos, o carimbo do SIF funciona como garantia de que a carne, o ovo, o queijo, todo produto de origem animal, tem procedência segura, pode circular pelo Brasil e ainda ser exportado.

A principal lei brasileira para o setor é de 1952. “Está defasada. É necessário modernizar e simplificar a legislação, assim como ajustar as ações dos três níveis federados para viabilizar a competência da inspeção”, observou Junji, acrescentando que as grandes empresas ainda conseguem se adequar às normas, mas os pequenos produtores ficam excluídos do processo, o que compromete a abrangência da fiscalização.

Junji pontuou que a descentralização dos sistemas de controle é necessária. Entretanto, avaliou ele, apesar das diferenças existentes em cada unidade da federação, “o Brasil é um só”. Para o deputado, é fundamental haver uniformidade de regras, a partir da organização e integração dos processos. Caso contrário, alertou, reinará a confusão

Segurança do consumidor

Para evidenciar a gravidade da situação, Junji citou o dado apresentado pelo integrante da Comissão Nacional de Saúde Pública Veterinária Marcelo Jostmeier Vallandro. De acordo com o especialista, as doenças transmitidas por alimentos são responsáveis por 1,8 milhão de mortes por ano no mundo. No Brasil, estima-se uma média de mais de 25 mil óbitos anuais em decorrência de alimentação.

De 3.874 casos registrados com origem conhecida, analisados entre 1999 e 2004 pelo Ministério da Saúde, 874 foram causados por ovos crus ou mal cozidos, 666 por alimentos mistos e 450 por carnes vermelhas. Isto equivale a 51,7% das ocorrências. Para conter os impactos sobre a saúde pública, Junji concordou com o especialista quanto à necessidade de adoção de controle de toda cadeia produtiva de alimentos. Porém, ressalvou o deputado, o poder público tem de fazer sua parte levando informações ao campo por meio de um competente programa de assistência técnica e extensão rural.

Na visão de Junji, “de nada adianta balizar as ações de inspeção somente em punições”. Ele afirmou que os profissionais do campo, principalmente os míni e pequenos, estão alijados do acesso às informações, desde a extinção de programas de assistência técnica e extensão rural.“A adequada difusão de conhecimentos técnicos, associada à participação direta dos atores das cadeias produtivas no processo, é a única maneira de lidar com a situação de modo eficiente”.

Arquivo pessoal

Difusão de conhecimentos

Junji, que conseguiu verba do Estado para o evento, aponta importância do simpósio promovido pela Fatec Mogi na melhoria da rentabilidade das pequenas e médias propriedades

Melhorar a rentabilidade dos negócios, com diversificação e agregação de valor aos produtos é um desafio que os míni, pequenos e médios profissionais do campo só poderão vencer se contarem com a ajuda de instituições como a Fatec – Faculdade de Tecnologia. Expondo este raciocínio, o deputado federal Junji Abe enalteceu a realização do IV Sintagro – Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócio.

"Enquanto o poder público ainda patina na implantação de políticas públicas adequadas para atender o segmento de míni, pequenos e médios produtores, este evento brinda os atores de todos os elos das cadeias produtivas com o mais precioso bem existente na humanidade: o conhecimento", manifestou-se Junji, na abertura do IV Sintagro, promovido pela Fatec Mogi das Cruzes, de 18 a 20 de outubro último.

Por iniciativa do deputado, o evento contou, pela primeira vez, com auxílio financeiro do governo estadual. Junji conseguiu da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia a liberação de R$ 20 mil para a Fatec Mogi realizar o simpósio. A verba foi encaminhada ao Ceeteps – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para posterior repasse à unidade mogiana.

Ao esclarecer que apresentou a emenda ao governo estadual depois de ter sido acionado pelo diretor da Fatec Mogi, Fernando

Juabre Muçouçah, Junji assinalou a importância do simpósio para o Alto Tietê e outros pólos paulistas com grande concentração de míni, pequenos e médios empresários rurais. “Os participantes têm acesso a informações e orientações capazes de melhorar sua atuação nos negócios, com diversificação e agregação de valores aos produtos”.

Segundo Junji, o simpósio também contribui para evidenciar o peso do agronegócio na conjuntura econômica nacional. “O setor garante o saldo favorável da balança comercial brasileira, responde por um terço dos empregos gerados no País e por 30% da pauta dos produtos exportados”, enumerou, observando o cuidado dos produtores em avançarem em harmonia com o meio ambiente, “porque sabem que dependem do equilíbrio ambiental para se manterem na atividade”.

Especialistas em ciências agrárias e veterinárias, tecnólogos em agronegócio e pesquisadores integraram o elenco de palestrantes do IV Sintagro. O evento aborda a “valoração agropecuária e empreendedorismo nas pequenas e médias propriedades”, além de apresentar oportunidades de negócios e desafios para cadeias agropecuárias exploradas de forma intensiva, de alto valor agregado, bastante diversificado e centrado no desenvolvimento sustentável.

A Fatec mogiana realizou o IV Sintagro nas dependências do Cemforpe - Centro Municipal de Formação Pedagógica de Mogi das Cruzes, que comporta 757 pessoas. O prédio também dispõe de bloco didático com salas menores, onde cada uma tem 100 lugares, possibilitando atividades paralelas, como mesas redondas. A unidade foi idealizada e construída por Junji, durante o período em que foi prefeito da Cidade, de 2001 a 2008.

VOZ DO CAMPO

Reconhecido como um dos mais ferrenhos defensores dos míni, pequenos e médios profissionais do campo no Congresso Nacional, o deputado federal Junji Abe nutre especial carinho pela unidade mogiana da Fatec, instalada em 2008, graças à parceria entre governo estadual e a Prefeitura, comandada por ele na época. A faculdade entrou em operação oferecendo o curso superior de Tecnologia em Agronegócios. Foi uma sugestão do próprio ex-prefeito, que apontou a carência de formação profissional na área em contraste com o fato de a Região ser um dos principais polos produtores de hortaliças e flores do País.

A aulas na Fatec Mogi começaram em 15 de setembro de 2008, com duas turmas de 40 alunos do curso de Tecnologia em Agronegócios, nos períodos da tarde e da noite.A cada semestre são abertas mais 80 vagas, metade no horário matutino e a outra no noturno. A estrutura física da unidade comporta 1,4 mil alunos. Desde o ano passado, Junji reivindica do governo estadual a ampliação do prédio, visando acomodar o grande número de estudantes que, atualmente, também frequentam os cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Recursos Humanos.

Leis e assistência para combater exclusão

Junji diz que governo precisa abastecer o campo com legislação específica e difusão de conhecimentos técnicos para garantir sobrevivência dos agricultores familiares e míni produtores

As bases para a efetiva inclusão da agricultura familiar nos processos de comercialização de produtos em nível nacional são legislação específica para o segmento, aliada à implantação de um eficaz programa de assistência técnica e extensão rural. Quem analisa é o deputado federal Junji Abe, ao participar da audiência pública realizada pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Os problemas enfrentados pelos agricultores familiares e pelos míni produtores em todo o Brasil, segundo Junji, refletem a ausência de políticas públicas adequadas para combater a exclusão na zona rural. Promovida para debater a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar e a legislação adequada para pequenas agroindústrias, a audiência pública (17/10/12) confirmou a necessidade de uma nova postura do governo a fim de tornar possível a sobrevivência dos pequenos negócios agrícolas.

"Não basta distribuir terra. Por mais vocação que tenha e melhor intencionado que seja o produtor, ele não evoluirá sem acesso aos conhecimentos técnicos e sem o amparo de uma legislação apropriada", sentenciou Junji. A diretora-substituta do departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização de Produção Familiar, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana Luiza Muller, endossou a avaliação.

Os produtos inspecionados pela vigilância sanitária são destinados à doação em programas de combate à fome, como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, mas não podem ser destinados à venda. Para ampliar a circulação dos itens produzidos pela agricultura familiar,será necessário adequar a legislação. Junji diz que é possível reformular as leis, sem prejudicar a qualidade daquilo que chega ao consumidor, desde que haja medidas eficientes de assistência técnica e extensão rural.

Como exemplo, está o queijo minas tradicional, que é reconhecido pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio histórico nacional, mas só 1% da produção é legalizada. A situação decorre do fato de a produção ser artesanal e sofrer o impedimento da legislação para que chegue aos supermercados. Junji defendeu a implantação de leis adequadas a três escalas diferentes de produção: caseira, comunitária e industrial.

Substitutivo de Junji tem parecer favorável

Está pronto para a pauta e deverá ser votado pela CFT –Comissão de Finanças e Tributação da Câmara o projeto de lei (2.092/2007) que trata do Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural Brasileiro, de operações originárias de crédito rural, e dá outras providências. O relator do colegiado deu parecer favorável ao substitutivo de autoria do deputado federal Junji Abe que atualiza a proposta.

De autoria conjunta do deputado Marcos Montes (PSD-MG) e outros 43 parlamentares, o projeto propõe o alongamento, pelo prazo mínimo de dez anos, de dívidas originárias do crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2006, inclusive as já renegociadas, contraídas por produtores rurais, suas associações, cooperativas e condomínios.

> “Proposta que alonga dívidas por 20 anos e exclui encargos sobre saldo devedor, entre outros benefícios, está pronta para votação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara

O substitutivo de Junji aumenta o universo de dívidas a serem beneficiadas. Começa pela dilatação, em cinco anos, da data-limite de contratação, que passa a ser 31 de dezembro de 2011. Também amplia, de R$ 10 bilhões para R$ 30 bilhões, o limite de saldos devedores a serem alongados.

Estendendo prazos já ultrapassados, o substitutivo estabelece um critério há tempos reivindicado pelo setor rural: expurga encargos de inadimplemento, moratórios, multas, taxas e outros não pactuados no contrato original, sendo que eventuais honorários advocatícios correrão por conta da instituição credora. Ou seja, o saldo devedor das operações a serem alongadas será apurado em 31 de dezembro de 2011, respeitando as obrigações de normalidade, sem qualquer acréscimo extraordinário a partir deste ano.

Como vice-presidente da Subcomissão de Endividamento Agropecuário da Capadr e presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, Junji também propõe o fim da determinação de que as aplicações com recursos livres das instituições financeiras não podem exceder a 150% do total aplicado em financiamento agrícola.

Como “grande mérito” da proposta, Junji apontou que os saldos devedores são apurados e renegociados sob condições capazes de garantir o respeito à capacidade de pagamento dos agricultores. Instituindo ampla renegociação de dívidas de modo adequado, o projeto prevê a adoção de um conjunto de medidas há muito esperadas pelos profissionais do campo.

Os saldos devedores apurados terão seus vencimentos alongados por no mínimo dez anos. Já o prazo máximo será

determinado em função da capacidade de pagamento de cada mutuário, limitado a 20 anos. Nas operações alongadas, o projeto também prevê bônus de adimplência, aplicável sobre o valor de cada parcela paga até o vencimento, em percentuais que variam de 10% a 30%, e por antecipação integral da parcela.

O valor de cada parcela anual, com a primeira vencendo em 31 de outubro de 2014, não poderá exceder o teto de 1,5% do faturamento bruto total da atividade, quando se tratar de agricultor familiar, mini e pequeno produtor rural; e de 3%, quando se tratar de médio e demais produtores rurais; além de respeitar as regras estabelecidas para produtores do Nordeste.

Quanto aos encargos financeiros, ficam fixados juros, com capitalização anual, de 2,5% para os assentados da reforma agrária, agricultores familiares, míni e pequenos produtores rurais; de até 1% para agricultores do Nordeste; e de 3% para os demais. Entre outras medidas, o texto prevê a suspensão da cobrança administrativa ou judicial, e respectivos prazos processual e prescricional, relativos às dívidas originárias de crédito rural, abrangidas pela futura lei, a partir da data em que os mutuários manifestarem interesse no alongamento dos débitos.

A instituição credora não poderá impor nenhuma restrição cadastral ou creditícia ao produtor enquanto ele estiver pagando em dia os atrasados. Junji citou ainda a proibição da exigência de garantias adicionais às já vinculadas às operações objeto de renegociação; a autorização para liberação de garantias excedentes aos valores regulamentares do crédito rural; e a obrigatoriedade de as instituições financeiras apresentarem aos mutuários extrato detalhado da evolução dos saldos devedores e reavaliarem garantias vinculadas a certos programas de renegociação.

A proposta também autoriza e fixa critérios para a substituição de garantias vinculadas a operações objeto de renegociação e permite a instituição de seguro prestamista destinado à amortização parcial ou total dos débitos objeto de renegociação, no caso de falecimento do mutuário ou dificuldades decorrentes, por exemplo, de frustrações de safras e da ocorrência de pragas sem controle difundido.

Andamento da proposta

O substitutivo de Junji foi aprovado pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (30/05/12). De lá para cá, o parlamentar instalou uma vigília sobre o projeto na expectativa de acelerar sua tramitação. “A aprovação da proposta é a única alternativa para evitar uma sucessão de falências no campo, porque os preços dos produtos agrícolas dirigidos ao mercado interno, como verduras, legumes, tubérculos e bulbos, mal cobrem os custos de produção”, argumentou.

Como a proposta tem apreciação conclusiva pelas comissões, se os órgãos técnicos de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadaniaconcordarem com a Capadr quanto à aprovação do substitutivo de Junji, o projeto receberá aval da Câmara semnecessidade de ser votado em Plenário. O passo seguinte será a avaliação do Senado.

Defesa dos pequenos negócios

Na solenidade em comemoração aos 40 anos do Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Junji fala da importância do segmento para a economia e bem-estar social

O aumento real da oferta de vagas de trabalho, associado à oficialização do mercado informal, dependem obrigatoriamente da drástica redução dos tributos cobrados dos micro, pequenos e médios empreendedores de todos os setores, assim como do consistente apoio a esse segmento. A análise é do deputado federal Junji Abe que participou da cerimônia (09/10/12) em comemoração aos 40 anos do Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, realizada na sede da instituição, em Brasília.

Membro efetivo da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas e autor de projetos em benefício da categoria, Junji é um contumaz defensor dos pequenos negócios. Ele lembrou que os MEIs – microempreendedores individuais e as microempresas representam 99% dos empreendimentos brasileiros, respondem por nada menos que 25% do PIB – Produto Interno Bruto, geram mais da metade dos empregos formais e são responsáveis por 40% da massa salarial paga no País.

"É fundamental somar esforços para garantir a sobrevivência dos micro e pequenos empreendedores, bravos heróis que tanto contribuem para o dinamismo da economia e paz social, na medida em que geram milhões de empregos e de rendas para o povo brasileiro", assinalou Junji. Com a missão de incentivar o empreendedorismo no País, o Sebrae nasceu em 1972. De lá para cá, pontuou, construiu uma história marcada pela promoção da sustentabilidade e competitividade do segmento nos diversos segmentos produtivos.

No comando da Prefeitura de Mogi das Cruzes, de 2001 a 2008, o deputado foi contemplado com cinco títulos de "Prefeito Empreendedor" – Prêmio Governador Mário Covas, concedidos pelo Sebrae. Também foi Junji que, como deputado estadual, em 1996, conseguiu viabilizar a Agência Regional do Sebrae-SP em Mogi, concretizada no ano seguinte. Até então, o atendimento ao Alto Tietê concentrava-se em São José dos Campos.

A Prefeitura mogiana firmou "uma parceria produtiva e contínua" com a agência regional do Sebrae-SP. "Em perfeita simbiose, incrementamos e irradiamos toda a estrutura de apoio às pequenas e médias empresas", relatou Junji. Assim, brotaram projetos como a Intec – Incubadora Tecnológica, uma extensa gama de cursos voltados ao empreendedorismo em todas as atividades econômicas e, principalmente, programas de profissionalização dos agentes do mercado informal que se transformaram em microempresários.

Estado estuda revitalizar Cine-Teatro

A pedido de Junji, secretário virá a Mogi das Cruzes para conhecer instalações no Hospital Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, em Jundiapeba, e tentar viabilizar parceria para recuperar prédio

O secretário de Estado da Cultura, Marcelo Araujo, virá a Mogi das Cruzes, em data a ser agendada, para visitar o Cine-Teatro Santo Ângelo, no Hospital Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, Distrito de Jundiapeba. Ele acolheu sugestão do deputado federal Junji Abe para conferir as instalações e analisar a possibilidade de o Estado firmar parcerias para contribuir com a restauração do prédio de "grande valor cultural". O parlamentar também pediu ajuda para a liberação de recursos financeiros destinados a realização de tradicionais festejos culturais da Cidade e de outros municípios, em 2013.

Construído na década de 40, o cine-teatro passou por uma reforma em 1988. "De lá para cá, o prédio não recebeu melhorias. É lamentável que um espaço tão precioso, com capacidade para mil pessoas, esteja em absoluta precariedade", argumentou Junji, ao explicar ao secretário que o restauro das instalações contemplaria Mogi com um centro de cultura e memória do Alto Tietê. "Poderia abrigar apresentações de peças teatrais e outros eventos de médio e até de grande portes".

Na audiência (24/09/12), o secretário anunciou disposição de estudar uma parceria, por meio das Pastas da Cultura e da Saúde, com a Prefeitura, a fim de viabilizar a revitalização do Cine-Teatro Santo Ângelo. Segundo Junji, trata-se de um dos patrimônios mogianos à espera de tombamento como bem histórico-cultural. Durante décadas, o espaço serviu como referência para o entretenimento de doentes de hanseníase que viviam confinados no leprosário no Distrito de Jundiapeba.

O deputado lembrou que a tentativa de acordo entre Estado e Prefeitura para recuperação do prédio remonta ao período quando ele governou Mogi das Cruzes. Em outubro de 2007, no exercício do seu segundo mandato como prefeito, Junji intermediou o processo. Houve visitas técnicas e a promessa de liberação, no segundo semestre de 2011, de pouco mais de R$ 2,5 milhões pela Secretaria de Estado da Saúde, considerando que as instalações estão em área de domínio do Hospital Arnaldo Pezzuti Cavalcanti. Entretanto, completou, com o falecimento do então secretário de Saúde, José Barradas Barata, em 2010, a parceria não se efetivou. "Queremos ver se, desta vez, conseguimos concretizar o trabalho", apostou.

Necessidade de revisar lei

Junji defende ajustes na legislação para garantir sobrevivência da categoria, porque condições estruturais nas rodovias impedem cumprimento de normas, como o descanso obrigatório

As incoerências da legislação que provocou a greve dos caminhoneiros no País, ao longo de sete dias, em julho último, foram duramente criticadas pelo deputado federal Junji Abe. Ele pregou a necessidade de adequações na Lei 12.619/2012 "para garantir a sobrevivência da categoria, evitar o caos nos setores produtivos e livrar o consumidor de graves prejuízos, porque as condições estruturais do Brasil impedem o cumprimento das normas".

Um dos pontos mais polêmicos é o que prevê descanso obrigatório de 30 minutos a cada quatro horas de direção e 11 horas diárias de repouso entre uma jornada e outra de trabalho. Haverá multas para quem não cumprir os períodos de intervalo. O governo suspendeu por 180 dias a fiscalização das novas regras. Junji disse que o legislador teve a intenção de proteger a classe trabalhadora, mas o exame da matéria desprezou as deficiências nos percursos dos caminhões e também ignorou o fato de a categoria incluir transportadores autônomos.

Junji observou que não há postos, dotados de banheiros, estacionamento e condições apropriadas de segurança, para possibilitar os descansos previstos na lei. "Os caminhoneiros vão descansar nas cabines enfrentando o inverno dos estados sulinos e o verão do Nordeste? E como ficam diante dos assaltos, roubos de carga e até sequestros?", questionou. A falta de solução para o problema, alertou, poderá ocasionar alta generalizada de preços dos diferentes insumos e produtos, com conta ser debitada do bolso do consumidor.

Não bastasse, completou o deputado, histórica e tradicionalmente, grande parte dos transportadores de cargas é de profissionais autônomos ou familiares. Enquanto o assalariado deseja menos horas de trabalho, maior descanso e melhor remuneração com menor esforço, comparou Junji, "o autônomo quer trabalhar mais, comer e dormir menos para poder crescer e melhorar de vida".

A expectativa de Junji é de que a comissão especial a ser instalada na Câmara cumpra a função de examinar com profundidade a legislação, mediando o consenso entre governo e representantes dos transportadores, dos setores produtivos e dos consumidores. "Por meio do amplo entendimento entre todas as partes envolvidas, precisamos definir normas factíveis de aplicação, fazendo agora o que deveria ter sido feito antes da vigência da lei", conclamou.

Caixa procura imóvel em Jundiapeba

A Caixa Econômica Federal procura um imóvel no Distrito de Jundiapeba, em Mogi das Cruzes, para instalar a agência bancária que entrará em funcionamento em 2013. A informação foi transmitida ao deputado federal Junji Abe pela gerência nacional de Relacionamento Parlamentar da instituição, em resposta ao questionamento dele sobre o andamento dos trabalhos para viabilizar a unidade, garantida ao parlamentar em março último (14/03/12) pelo superintendente Nacional de Gestão Operacional de Canais do banco, Paulo Leonel Menezes.

Reiterando o compromisso assumido pelo superintendente com Junji, os gerentes executivo Marcio Witt e nacional Jozelita Sandra Pigatto Lenza comunicaram que a primeira agência bancária do Distrito de Jundiapeba será instalada em 2013. O processo em encontra-se na "fase de prospecção de imóvel", como afirmou o deputado baseado em documento (30/08/12), assinado pelos dois representantes da Caixa.

Os gerentes anunciam também que a Cidade deverá receber outras quatro agências bancárias da instituição, em localidades a serem definidas. "Estamos monitorando o trabalho para garantir o atendimento à justa reivindicação de Jundiapeba", esclareceu Junji que, há anos, luta pela oferta de serviços bancários em uma unidade à altura das necessidades dos cerca de 75 mil habitantes da localidade.

A manifestação da Caixa de garantir uma agência bancária em Jundiapeba surgiu após o empenho de Junji em apresentar um panorama das potencialidades do Distrito. "Desde a década de 90, os moradores amargam a inexistência de uma unidade como essa", pontuou o deputado e ex-prefeito de Mogi das Cruzes (2001 a 2008), acrescentando que a carência do serviço obriga a população local a se deslocar a Braz Cubas ou percorrer cerca de dez quilômetros até a área central da Cidade para buscar atendimento bancário.

> "Gerência nacional da instituição informa Junji que busca local para instalar agência bancária no Distrito, visando funcionamento em 2013 e que Mogi deve receber mais quatro unidades

O deputado assinalou que os setores altamente produtivos do Distrito incluem a rede hoteleira de que faz parte o Paradise Golf & Lake Resort, previamente aprovado para receber um dos times da Copa do Mundo de 2014. Leonel Menezes observou que a superintendência regional da instituição no Alto Tietê havia elaborado estudos confirmando os fatores positivos indicados por Junji.

Junji quer criminalizar atuação ilegal

Em requerimento à Mesa Diretora, deputado pede inclusão na Ordem do Dia do projeto de Lei que torna crime o exercício ilegal da profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo

Para acelerar a votação, em Plenário, do projeto de Lei 6.699/2002, o deputado federal Junji Abe apresentou à Mesa Diretora da Câmara o requerimento (6.161/2012) de inclusão da proposta na pauta da Ordem do Dia. Com a medida, o parlamentar pretende apressar a análise da proposição, que torna crime o exercício ilegal da profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo.

"É preciso frear a incidência de desabamentos de edifícios e outras tragédias decorrentes de obras executadas por pessoas não habilitadas para atuarem como engenheiros e arquitetos. O primeiro passo é transformar o exercício ilegal da profissão em crime previsto no Código Penal", argumentou Junji, ao esclarecer que, atualmente, a prática é enquadrada apenas como contravenção penal.

Os projetos de Lei 6.699/2002 e 6.944/2002 (apensado ao primeiro) estão prontos para apreciação em Plenário desde junho de 2006. A proposição modifica dispositivo do Código Penal para criminalizar o exercício ilegal da profissão. Se for transformada em lei, quem atuar como engenheiro, arquiteto e agrônomo sem habilitação legal, mesmo que a título gratuito, poderá ser punido com detenção de seis meses a dois anos. A proposta prevê ainda punição com multa de dois a 20 Salários Mínimos, caso o crime seja praticado com fins lucrativos.

O projeto visa dar ao exercício ilegal da profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo tratamento semelhante ao já adotado para a atuação não habilitada de médico, dentista e farmacêutico. "Tem de ser crime para coibir a atuação irresponsável de gente inapta", opinou Junji.

A mobilização de Junji pela aprovação do projeto responde ao pedido da diretoria da Aeamc – Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Mogi das Cruzes. A entidade defende que a futura legislação estabeleça responsabilidades também para os contratantes de profissionais inaptos. "É preciso cercar de cuidados todos os elos da corrente para que a pretendida lei seja aplicada com rigor", concordou.

Falhas na concepção e execução de projetos de obras são mais comuns do que parece, como apontou Junji. Famílias de baixo poder aquisitivo costumam ser presas fáceis de oportunistas que se oferecem para fazer plantas, erguer e reformar moradias por valores bem abaixo do mercado. "Levam o dinheiro das vítimas e entregam casas cheias de problemas estruturais que põem vidas em risco".

Mogi pode ganhar Defensoria Pública da União

Benefício depende da implantação do plano de expansão, em análise no Planalto, como informou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Junji, em resposta à indicação feita pelo deputado

O Município de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, poderá ser contemplado com uma unidade da Defensoria Pública da União. Basta o aval do Palácio do Planalto para aexecução do plano que prevê expansão e interiorização da estrutura visando atendimento nas sessões judiciárias federais. A informação foi transmitida ao deputado federal Junji Abe pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em resposta à indicação (2.521/2012) feita pelo parlamentar.

"Estamos monitorando de perto o processo para garantir o benefício a nossa Cidade", afirmou Junji que também cobra do governo a instalação de unidades do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. A implantação desses órgãos federais visa dar prosseguimento ao processo iniciado com o funcionamento da 1ª Vara Federal de Mogi das Cruzes, em 13 de maio de 2011, como explicou o deputado.

A resposta do ministro à indicação esclarece que o Plano de Interiorização da Defensoria Pública da União, já aprovado pelo Ministério da Justiça e encaminhado à Pasta de Planejamento para análise e aprovação, prevê a expansão em fases. "Inclui a implantação da unidade de Mogi na quarta etapa. Estamos trabalhando para que a Cidade seja beneficiada o mais rápido possível", completou o deputado. Ainda não existe um cronograma para o desenvolvimento do projeto.

O plano visa ampliar o atendimento no País, considerando que a Defensoria Pública da União se faz presente em apenas 22% de toda Justiça Federal do Brasil. Atualmente, são 481 cargos de defensores públicos federais (470 preenchidos) para atuar na Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Militar da União e Justiça Eleitoral em todo o território nacional, incluindo os tribunais superiores.

O atual número de defensores públicos federais não permite que a Defensoria Pública da União funcione nem na metade dos órgãos da Justiça Federal, como informou o ministro a Junji. O projeto em análise no Ministério do Planejamento não inclui a Justiça do Trabalho que será contemplada em projeto futuro.

De acordo com Junji, a implantação de um núcleo da Defensoria Pública da União em Mogi objetiva assegurar "orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus", cumprindo a função jurisdicional do Estado, dentro do critério de atendimento fácil e ágil à população local e de cidades vizinhas que, atualmente, precisam buscar assistência em Guarulhos para tratar de pendências relacionadas à área federal do Judiciário.

Arquivo pessoal

REIVINDICANDO POSTO DA POLÍCIA FEDERAL

Também a pedido de Junji, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, analisa a possibilidade de instalação de um posto da Polícia Federal em Mogi das Cruzes. Reconhecendo a necessidade da estrutura para atender a grande demanda local e de cidades vizinhas, ele garantiu ao parlamentar "que estudará o pleito com todo cuidado". O compromisso foi assumido em audiência (22/08/12).

Para enfatizar a expressiva demanda por atendimentos, Junji lembrou que a Região do Alto Tietê abriga quase 2 milhões de habitantes. A Cidade também já dispõe de um Juizado Especial Federal que opera com duas Varas Gabinetes, mas tem atuação limitada aos casos de valor máximo correspondente a 60 Salários Mínimos.

A corregedora regional da Justiça Federal da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), desembargadora Suzana Camargo, realizou uma correição na Vara Federal de Mogi das Cruzes, no início de 2012. "Ela declarou estar orgulhosa com o trabalho dos juízes mogianos", observou Junji. Desde o início do funcionamento das duas varas especiais, em 2005, os magistrados já analisaram cerca de 45 mil casos.

A corregedora destacou a importância de um posto da Polícia Federal na Cidade para dar suporte à continuidade dos trabalhos, dentro dos padrões de excelência. "Milhares de solicitações analisadas pela Justiça Estadual foram encaminhadas para a unidade de Mogi, constituindo esta mais uma razão para o pronto acolhimento do nosso pleito", argumentou o deputado que já havia levado o pedido ao diretor-geral substituto da Polícia Federal, Paulo de Tarso. "Contamos com a sensibilidade do ministro para acelerar o atendimento à justa reivindicação", manifestou-se o parlamentar.

Governo busca acelerar ampliação

Garantia é dada em audiência pública, realizada pela Comissão de Agricultura e Pecuária, que teve participação de Junji em apoio aos estados interessados na implantação dos novos ramais

Defensor incondicional da expansão, recuperação e modernização do sistema ferroviário no País, o deputado federal Junji Abe participou da audiência pública (18/09/12) promovida pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara para discutir a repercussão econômica positiva que a ampliação da Ferrovia Norte-Sul deverá provocar na Região Sul. Ele cobrou agilidade nas ações para viabilizar o investimento. O governo garantiu que tentará acelerar o processo em benefício dos estados interessados na implantação dos novos ramais ferroviários.

"O gigantesco Custo Brasil, associado à incapacidade e ao sucateamento da malha rodoviária, transformou a adequada utilização das ferrovias em ponto vital para os setores produtivos e toda sociedade", argumentou Junji, ao evidenciar os impactos causados pelos altos custos do transporte ferroviário sobre os preços dos produtos e serviços no Brasil, o que sacrifica os brasileiros, além de inviabilizar a competitividade do País no exterior.

Como membro titular da Capadr e integrante da Frente Parlamentar em Defesa das Ferrovias, Junji apelou para que o governo considere prioritário o atendimento aos setores produtivos na ampliação da ferrovia. "A Norte-Sul fará a integração vertical do Brasil e será de fundamental importância na necessária interação das cadeias produtivas", observou. Como exemplo, o deputado apontou o transporte de milho – insumo básico para a pecuária, produzido no Centro-Oeste, para os pecuaristas do Sul.

Endossando a análise de Junji, o assessor especial do Ministério da Agricultura, Francisco Sérgio Ferreira Jardim, assegurou que a União também tem pressa em viabilizar os novos ramais da ferrovia. A Pasta estaria providenciando um estudo sobre o impacto econômico da ampliação da Norte-Sul.

A revitalização da malha ferroviária já existente foi outro ponto cobrado por Junji. Ele elogiou o pacote de investimentos em infraestrutura de ferrovias, portos e aeroportos, afirmando que as ações do governo em prol da melhor logística de transporte e distribuição "merecem todo apoio da sociedade". De acordo com o deputado, as vantagens do sistema ferroviário extrapolam questões econômicas para beneficiar também o meio ambiente, por causa da redução da emissão de gases pelos caminhões.

Deputado quer rastrear explosivos

Designado pela CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado relator do projeto de Lei (3.667/2012) que torna obrigatória identificação do fabricante de explosivos, do tipo de produto e da cadeia comercial até o consumidor final, o deputado federal Junji Abe emitiu parecer favorável à proposta. "O rastreamento é um meio de coibir o uso cada vez mais frequente do material na prática de crimes, como assaltos a caixas eletrônicos, que ameaçam a segurança da população, além de permitir apurar responsabilidades pela utilização indevida", justificou o parlamentar.

> "Junji emite parecer favorável ao projeto de Lei que torna obrigatória identificação do fabricante, do tipo de produto e da cadeia comercial até o consumidor final

Se o parecer for aprovado pela CSPCCO, a matéria seguirá para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Havendo aval de ambos os colegiados, o projeto será aprovado sem necessidade de ser votado no Plenário da Câmara.

De autoria do deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), o projeto estabelece medidas para rastrear explosivos – desde a fabricação até o consumidor final –, com as justificativas de facilitar a investigação policial, ajudar a elucidar roubos desses produtos em pedreiras, empresas de mineração e outras, além de possibilitar a responsabilização pela guarda do material, combatendo a utilização indevida.

Junji ressaltou que o crescente uso de explosivos em atos criminosos "indica a existência de falhas no controle da comercialização e depósito do material". Como exemplo, ele citou o constante emprego do produto em roubos de numerário em caixas eletrônicos de autosserviços bancários. "A legislação permitirá determinar, facilmente, as responsabilidades em relação ao explosivo utilizado na prática de um ilícito".

A identificação do consumidor final possibilitará apurar sua responsabilidade quanto ao furto ou roubo do explosivo. "Se for caracterizado descuido na guarda ou no transporte do produto, o comprador poderá responder subsidiariamente pelos danos causados aos bens públicos ou privados ou pelos danos à integridade física de uma pessoa que venha se ferir durante ação criminosa", antecipou, ao apontar que o principal avanço legal promovido pela proposição extrapola a mera apuração da cadeia de comercialização do produto para viabilizar o rastreamento de quem compra. E, junto com ele, eventual responsabilização civil e criminal.

Comandante garante reforço do policiamento

Atendendo pedido de Junji,tenente-coronel PM Silvio Lúcio Franco Massaro disse que designará patrulha móvel para intensificar vigilância nas imediações da Fatec, localizada no Mogilar

O comandante do 17º BPM/M Batalhão da Polícia Militar/Metropolitano, tenente-coronel PM Silvio Lúcio Franco Massaro determinará a intensificação do policiamento nas imediações da Fatec – Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes, localizada no Bairro do Mogilar. A garantia foi dada ao deputado federal Junji Abe, que pediu providências para o crescente número de roubos, furtos e atos de vandalismo registrados na área. "Alunos, professores e funcionários da instituição, assim como os moradores e pedestres que circulam pelo local, vivem com medo, à mercê dos criminosos", relatou o parlamentar.

Sensível aos relatos de Junji, o comandante assegurou que acionará a patrulha móvel da Polícia Militar para redobrar a vigilância na área, especialmente nos horários de maior incidência de crimes. O diretor da Fatec Mogi, Fernando Juabre Muçouçah, disse que o período das 19 às 23 horas registra a maior deficiência de fiscalização, por corresponder à entrada, permanência e saída dos alunos da faculdade.

A Fatec Mogi fica num local de movimentação comercial seminula no período noturno, o que favorece a ação dos marginais para assaltar pedestres, arrombar e furtar veículos, além de vandalizar carros e equipamentos públicos, como evidenciou Junji. Massaro determinou que a patrulha móvel reforce as rondas noturnas no trecho que compreende a Rua Carlos Barattino e as avenidas Carlos Ferreira Lopes, Cívica e Yoshiteru Onishi.

Demonstrando conhecimento das ações defendidas por Junji para combater a violência, o comandante elogiou o parlamentar que, segundo ele, tem uma visão ampla dos fatores que regem a segurança pública, mantendo firme a postura de cobrar programas preventivos e medidas para reduzir as desigualdades sociais, como meio de reduzir a necessidade do policiamento repressivo.

Além de designar patrulha móvel da Polícia Militar, o comandante sugeriu que a direção da Fatec Mogi desenvolvesse um trabalho conjunto com a associação de moradores do Bairro. De acordo com Junji, a recomendação é que as instituições realizem o cadastramento de guardadores de carros. "As pessoas credenciadas poderiam ser recompensadas com cestas básicas ou gratificação financeira", pontuou.

Ajuda para Hospital Frei Galvão

Junji pede ao ministro da Saúde que acelere definição sobre aumento de repasses financeiros à filantrópica responsável pelo atendimento a pacientes de dezenas de cidades

Inconformado com a demora na definição de alternativas para ampliar a transferência de recursos financeiros da União para o Hospital e Maternidade Frei Galvão, localizado em Guaratinguetá, o deputado federal Junji Abe pediu a intervenção direta do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no caso. Em RIC - Requerimento de Informação (2.478/2012) à autoridade, ele cobra o resultado da visita técnica à instituição, realizada em abril último, a pedido do parlamentar.

O Hospital e Maternidade Frei Galvão funciona como referência regional para 16 municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte, além de receber pacientes do sul de Minas Gerais.Enfrentando grave crise financeira, a filantrópica será forçada a suspender o atendimento aos pacientes da rede pública, se não receber ajuda do governo federal.

Na ocasião da visita (16/04/12), a consultora técnica da Coordenação Geral do Sistema de Informação do Ministério da Saúde, Andressa Gorla, comprometeu-se com o deputado e autoridades municipais do Vale do Paraíba a elaborar um diagnóstico de transferência de recursos para o hospital, baseado no credenciamento da instituição para oferecer quatro importantes programas federais. O procedimento viabilizaria a ampliação de repasses financeiros da União, contribuindo para aliviar a crise na filantrópica.

"Já se passaram mais de sete meses e, apesar das nossas constantes cobranças ao departamento responsável do Ministério, não conseguimos obter as respostas. É inadmissível tanta demora diante do risco de colapso geral da saúde pública no Vale", protestou Junji, ao sustentar que a grave crise financeira instalada na filantrópica resulta da defasagem dos repasses, da ordem de 122%, em relação aos custos da assistência oferecida.

No requerimento, Junji questiona sobre a elaboração do relatório de diagnóstico de transferência de recursos ao hospital. Estando pronto, ele pede o teor e o detalhamento das medidas a serem adotadas para socorrer a filantrópica. Caso ainda não esteja concluído, o deputado quer saber os motivos da demora na emissão do documento. E, considerando a dificuldade em obter informações, pergunta se houve prestação de contas ao Ministério da visita técnica realizada à instituição. "É absurdamente anormal o que está acontecendo".

Entidades festejam projeto para tratamento

Junji recebe manifesto de gratidão pela proposta que prevê atendimento terapêutico integral e gratuito para os portadores da doença rara e ainda pouco conhecida no País

"Sabemos que pode demorar e até não ser aprovado. Mas, para nós, já é uma vitória a existência do projeto que pode mudar nossas vidas, porque mostra que não estamos esquecidos". Com a emocionada declaração, Regina Próspero manifestou ao deputado federal Junji Abe a gratidão de familiares e amigos de portadores de MPS – Mucopolissacaridose pela proposta (PL 2.747/2011), de autoria dele, que prevê tratamento terapêutico integral e gratuito para os portadores da doença metabólica hereditária, rara e ainda pouco conhecida no País.

Regina preside a APMPS – Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridoses e a Abramps – Aliança Brasil de Mucopolissacaridose, além de integrar o conselho do Instituto Eu Quero Viver. Mais do que isto, ela tem uma história de vida na luta pelo tratamento da doença que lhe tirou um filho de seis anos de idade e maltrata o outro, Luis Eduardo Próspero, o Dudu, de 22.

Mesmo com deficiência visual e o sofrimento decorrentes da doença, Dudu trabalha na área jurídica e está prestes a concluir a faculdade de Direito. É um dos cerca 650 portadores de MPS, diagnosticados no País. Por ser uma enfermidade rara, muitos casos permanecem sem diagnóstico porque nem sempre os médicos conseguem identificar o problema. "Até minha adolescência, só havia literatura médica sobre as mucopolissacaridoses em inglês".

Dos sete tipos de MPS, apenas três – I, II e VI – têm tratamento conhecido. As demais tendem a causar a morte antes que o portador atinja a adolescência, como apontou Dudu. Ele sofre com a MPS VI e precisa de infusões periódicas de enzima para controle da doença. Os procedimentos clínicos são caros e com custos baseados no peso do paciente. "No meu caso, cerca de R$ 100 mil mensais. Ou seja, uma casa por mês", contou Dudu, ao destacar a importância da aprovação do projeto de Junji, que garante a oferta gratuita da medicação.

Não bastasse o alto custo do tratamento, os portadores são torturados com a inexistência ou baixa disponibilidade de centros de infusão e até de profissionais habilitados para prestar assistência. Dudu relatou que pacientes da região do Amazonas precisam enfrentar viagem de dez horas de barco para chegar a um centro de referência. Depois, ficam mais cerca de quatro horas recebendo substâncias enzimáticas sintetizadas artificialmente. "Quem sofre com doenças raras não têm para onde correr. É puro sofrimento", assinalou Regina.

OUTRA PORTA É ABERTA

Enquanto o projeto de Lei (PL 2.747/2011) tramita na Câmara, há outra porta aberta pelo deputado federal Junji Abe no Ministério da Saúde. Em indicação (1.786/2011) ao ministro Alexandre Padilha, o parlamentar pediu a inclusão da medicação para a enfermidade na lista do Programa de Medicamentos Excepcionais do órgão. Como resposta, recebeu a informação de que estavam em curso os procedimentos para nortear o cuidado e indicar as tecnologias efetivas e seguras destinadas ao atendimento dos pacientes da rede pública que sofrem com a enfermidade.

Em maio deste ano, estavam em análise as demandas por incorporação de dois medicamentos indicados para o tratamento das MPS - mucopolissacaridoses dos tipos I, II e VI – com nomes comerciais de Aldurazyme e Elaprase.Em função de novas exigências legais (do artigo 30 do Decreto 7.646/2011), houve necessidade de complementações de informações sobre as medicações. Junji descobriu que a fabricante desistiu do pleito por não ter registro no Brasil.

Preocupado com a evolução do processo, Junji quis saber o que poderia ser feito para viabilizar a oferta de remédios destinados ao tratamento de MPS no Programa de Medicamentos Excepcionais. De acordo com a Conitec – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério, a própria APMPS – Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridoses ou aAbramps – Aliança Brasil de Mucopolissacaridose poderá formalizar a solicitação junto à Pasta.

"Faremos o que for preciso para tentar acelerar a disponibilização dos medicamentos pelo Ministério da Saúde", afirmou a presidente da APMPS, Regina Próspero, depois de receber as orientações de Junji. A formalização do pedido depende do preenchimento de um criterioso formulário por um especialista que deverá especificar, entre outros itens, o grupo de pessoas a ser atendido com a medicação para cada tipo de doença.

De acordo com projeção da Conitec, uma vez iniciado, o processo administrativo de análise de demanda deverá ser concluído em até 180 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 90 dias, se for preciso. Junji disse à Regina que seu gabinete está à disposição para colaborar tanto quanto possível na formalização do pedido. "Sabemos que as entidades funcionam exclusivamente com a ajuda de voluntários e, da nossa parte, estamos prontos para servir", acrescentou o parlamentar.

Mobilização pelo entendimento

Vice-presidente dos grupos parlamentares Brasil-Japão e Brasil-China, Junji recorre ao Ministério das Relações Exteriores em busca de orientação para restabelecer diálogo entre os dois países

Preocupado com os efeitos do conflito entre Japão e China por causa da soberania das ilhas Senkaku (ou Diaoyu para os chineses), agravado em meados de setembro, o deputado federal Junji Abe iniciou mobilização para pedir serenidade às lideranças representativas das comunidades dos dois países no Brasil. Ele também recorreu ao Ministério das Relações Exteriores em busca de orientação para que o governo brasileiro utilize seu prestígio no cenário mundial a fim de mediar o restabelecimento do diálogo entre as duas nações.

"Precisamos resgatar o entendimento para evitar que o embate diplomático se degenere em confronto trazendo consequências desastrosas até para o Brasil, que mantém fortes relações sociais e comerciais com os dois países. Os reflexos incluem fechamento de postos de trabalho e quedas nas exportações, entre outros", argumentou Junji, durante audiência (18/09/12) com o embaixador Francisco Mauro Holanda, diretor do Departamento da Ásia do Leste do Ministério das Relações Exteriores.

Vice-presidente dos grupos parlamentares Brasil-Japão e Brasil-China, no Congresso, Junji também ficou apreensivo com a repercussão da crise sobre as comunidades de japoneses, chineses e respectivos descendentes que vivem no País. Holanda elogiou a atitude do deputado, classificando como "procedente e muito justa" a reivindicação para que o governo brasileiro se mantenha alerta à necessidade de mediar o conflito.

Enquanto não houver participação da ONU, o Brasil tem prestígio e pode intermediar crises de qualquer país. Contudo, ponderou o embaixador, a eventual intervenção direta só ocorreria em caso de confronto bélico nas nações que fazem fronteira com o território brasileiro. Holanda solicitou a Junji que fosse o porta-voz de um apelo do Itamaraty às lideranças representativas das comunidades nipônicas e chinesas residentes no Brasil.

"O pedido é para que todos mantenham serenidade. E, principalmente, não se deixem contaminar pelo clima de hostilidade existente entre China e Japão", explicou o deputado que também atua no sentido aproximar o Congresso Nacional dos Parlamentos japonês e chinês, a fim de pedir às duas nações que se dediquem ao resgate do entendimento.

Vigília para revitalização de entrepostos

Comissão de Agricultura e Pecuária, que tem Junji como membro titular, é o próximo colegiado da Casa a analisar o projeto para regulamentar Ceasas e criar novas unidades

O presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutifloricultores, deputado federal Junji Abe está empenhado em garantir a aprovação do projeto de Lei (174/2011) que institui o PlanHort – Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros e fixa normas gerais para os entrepostos públicos de abastecimento alimentar. Ele monitora o andamento da proposta que chegou para análise da Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, órgão técnico da Câmara do qual o parlamentar é membro titular.

"Queremos assegurar tratamento adequado e ágil ao projeto de extrema importância para melhorar a tão carente rede de entrepostos públicos, porque contempla as expectativas de reforma, ampliação e construção de modernas unidades, reivindicadas há tempos por todos os elos da cadeia produtiva para garantir a qualidade dos produtos, menores custos e atendimento eficiente ao consumidor", evidenciou Junji.

Avalizada pela CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família na forma de substitutivo, a proposição será avaliada pela Capadr. Na sequência, irá para as comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Havendo consenso quanto à aprovação, a matéria será endossada sem necessidade de votação em Plenário.

Na audiência pública (22/11/11), realizada pela CSSF para discutir o projeto, Junji foi designado pela FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária como defensor da aprovação da proposta naquela comissão, meta que seria consolidada mais tarde (05/09/12).

Segundo Junji, que também faz parte da Frente Parlamentar em Defesa das Centrais de Abastecimento Interno – Ceasas, o projeto prevê a construção de novos entrepostos públicos, revitalização eampliação dos atuais, além de prever que cada unidade disponha de áreas livres a serem destinadas ao produtor rural e suas organizações.

Reapresentado pelo deputado Weliton Prado (PT-MG), o projeto também determina a adoção de um sistema unificado de informações que proporcione o desenvolvimento integrado do setor e a formulação de políticas adequadas, entre outras medidas catalogadas por Junji como "indispensáveis à valorização do agronegócio e o devido zelo pelo bem-estar do consumidor".

Junji cobra urgência na análise

Novo requerimento do deputado pede instalação da Comissão Especial para avaliar projeto que proíbe assinatura básica, garantindo ao consumidor direito de pagar só pelas ligações efetuadas

Se depender dos esforços do deputado federal Junji Abe, a cobrança da assinatura mensal nas contas telefônicas está com os dias contados. Defensor do direito do consumidor de pagar apenas pelas ligações que faz, o parlamentar apresentou à Mesa Diretora da Câmara novo requerimento (4.689/2012) de instalação de Comissão Especial encarregada de manifestar parecer sobre o projeto de Lei 5.476/2001. A constituição do grupo é a próxima fase para fazer avançar a tramitação da proposta que altera a estrutura tarifária dos serviços de telefonia fixa comutada para eliminar a taxa telefônica mensal.

"A cobrança da assinatura básica é uma afronta sem tamanho. Não faz sentido manter esta prática lesiva ao consumidor que deveria pagar exclusivamente pelas ligações efetuadas", disparou Junji. Ele acentuou que a taxa engorda as contas telefônicas em, no mínimo, R$ 40,00 por mês para as linhas residenciais e R$ 56,00 mensais para os terminais não residenciais.

Apresentado em outubro de 2001 pelo ex-deputado Marcelo Teixeira (PMDB-CE), o projeto tramita na Casa há quase 11 anos, registra 20 propostas apensadas e, em maio de 2004, recebeu parecer favorável na CDC – Comissão de Defesa do Consumidor.De lá para cá, foi constituída comissão especial por duas vezes, a matéria chegou a ser arquivada, desarquivada e acabou o prazo para manifestação do segundo grupo formado, em razão de mudança de legislatura.

Desde que assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados, em fevereiro do ano passado, Junji monitora o andamento do projeto. "Na atual legislatura, a proposta não andou um milímetro porque, lamentavelmente, não foi instalada Comissão Especial para analisar a matéria", reclamou ele que já havia solicitado (REQ 4.110/2011) a constituição do grupo.

Junji frisou que a extinção da assinatura básica precisa ser vigiada para impedir o aumento das tarifas por minuto de ligação. "Não podemos admitir que as operadoras, recordistas absolutas de reclamações junto aos órgãos de defesa do consumidor, tentem compensar a justa eliminação da taxa com reajustes", avisou o deputado que também é autor do projeto de Lei (4524/2012) para baratear os valores cobrados dos clientes das linhas pré-pagas de telefonia celular.

Em defesa da PEC dos Jornalistas

Partidário do entendimento de que jornalista não é mero escritor, Junji deputado entra na luta visando restabelecer obrigatoriedade de curso superior específico para o exercício da profissão

Engrossando a campanha em defesa do diploma de Jornalismo, o deputado federal Junji Abe declarou que "empreenderá todos os esforços para corrigir uma injustiça praticada contra os profissionais, em detrimento da adequada qualificação em um setor social como a Imprensa, indispensável à consolidação da democracia brasileira". Manifestando integral apoio à Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como PEC dos Jornalistas (206/2012), ele anunciou a firme disposição de acelerar a tramitação da matéria na Casa.

Aprovada no Senado, a PEC passou a tramitar na Câmara com o objetivo de reverter a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal que, em junho de 2009, revogou a exigência do diploma para o exercício da profissão. "Não basta ter um bom texto para ser um profissional da Imprensa", apontou Junji. E disparou: "Jornalista não é mero escritor nem contador de estórias. Apura, investiga, pesquisa, verifica, compara, entrevista, analisa, volta a questionar e, só então, começa a escrever".

Para desenvolver as tarefas inerentes ao seu trabalho, argumentou Junji, o jornalista precisa de qualificação profissional. "Se há falhas na formação educacional, é vital elevar a qualidade do ensino. Mas, em hipótese alguma, acabar com a obrigatoriedade do diploma", avaliou ele que também integra a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Exigência do Diploma em Comunicação Social/Jornalismo.

Na visão de Junji, a exigência do diploma não cerceia a liberdade de expressão. "Jornalista lida com informação e precisa ter formação profissional para o trabalho. Já as opiniões são objeto de artigos, elaborados por profissionais das diversas áreas, e divulgados normalmente pelos veículos de comunicação. Um não anula e nem substitui o outro".

Junji chamou a atenção para o papel crucial da Imprensa na denúncia de ilegalidades, principalmente no campo político. "Isto depende de bons profissionais que, além da vocação inerente a todas as atividades, tenham formação e qualificação para desempenhar as funções exigidas na lida com a notícia". A dispensa do curso superior, acrescentou, desfere um golpe baixo em todos aqueles que estudaram, se prepararam, investiram tempo e dinheiro para se graduarem jornalistas. "É absurdo que sejam preteridos na contratação por outros sem a devida graduação".

Câmara Setorial acolhe gramicultores

Os gramicultores brasileiros passaram a integrar a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A medida atende solicitação do deputado federal Junji Abe, empenhado em garantir no colegiado a representatividade da categoria, por meio da Agrabras – Associação dos Gramicultores do Brasil, a fim de que possa "interagir com as questões que afetam o agronegócio".

"Desde já, a Agrabras tem assento aqui para representar os gramicultores", anunciou presidente do grupo, Silvia Van Rooijen, em atendimento ao pleito. A decisão foi festejada pela diretoria da associação, representada na reunião por Hélio Mori (PSDB), vereador de São Miguel Arcanjo (SP), que pediu a intervenção de Junji para garantir a representatividade da categoria na Câmara Setorial.

> "Atendendo pedido de Junji, categoria passa a ter assento e garante representação no colegiado técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A Região de Itapetininga desponta como o principal polo produtor de gramas no País porque, segundo Junji, apresenta condições naturais favoráveis à atividade que exige áreas planas ou com mínima declividade, boa capacidade hídrica para irrigação, solo fértil com fácil absorção de água e temperaturas amenas, na faixa de 18 a 25 graus centígrados.

Além de assegurar a inclusão da Agrabras, presidida por Luiz Carlos Cyrineu, na Câmara Setorial, Junji apresentará a categoria de gramicultores a três importantes colegiados do Congresso. Um deles é a Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, presidida pelo deputado com o objetivo de agasalhar as cadeias produtivas de itens dirigidos ao abastecimento do mercado interno. Os outros dois são a FPA – Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária e a Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

De acordo com Junji, as exigências da legislação ambiental impulsionaram a expansão da produção de variedades de gramas para atender grandes obras públicas. Desde a estabilidade econômica advinda do Plano Real, "cada vez mais, residências e empresas procuram implantar ou ampliar jardins, reconhecendo a importância das áreas verdes para a qualidade de vida".

Apoio para vencer burocracia

O fim da obrigatoriedade de cadastro no RNC – Registro Nacional de Cultivares para flores e plantas ornamentais beneficiaria não só este segmento agrícola como também aliviaria a sobrecarga no Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A avaliação foi feita pela presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais da Pasta, Silvia Van Rooijen, depois de receber o pedido formal do deputado federal Junji Abe.

Junji pediu o apoio da Câmara Setorial para reforçar o apelo já enviado ao ministro Mendes Ribeiro, por meio de indicação (INC 3130/2012).“Num mercado competitivo, como o de flores e plantas ornamentais, a demora de dois, três anos até a inscrição no RNC derruba o produtor que se esforçou para obter uma nova variedade”, argumentou.

“É muito bom contar com seu apoio! Muito obrigada por lutar pelo nosso setor”, declarou Ana Paula Sá Leitão, da ABCSem – Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas, dirigindo-se a Junji. Ela expressou a satisfação dos representantes da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais com a iniciativa do deputado.

O RNC visa fazer a prévia habilitação de cultivares e espécies para produção e a comercialização de sementes e mudas no País, independente do grupo a que pertencem – florestais, forrageiras, frutíferas, grandes culturas, ornamentais, entres outros. No caso de flores e plantas ornamentais, as inovações também ficam travadas até que a inscrição seja consolidada, como lembrou Junji.

> “Junji pede ajuda da Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais para dispensar segmento da inscrição no RNC – Registro Nacional de Cultivares

O descumprimento das normas deixa o produtor à mercê de multas administrativas, porque é difícil ter todas as cultivares registradas. Para abranger todas as variedades disponíveis no mercado, seriam necessários cerca de 14 mil registros. A obrigatoriedade do registro para flores e plantas ornamentais faz com que estes itens concorram com culturas com grande impacto na segurança alimentar e precisam ser cadastradas por uma questão de bem-estar da população. “Como são itens utilizados em decoração, não deveriam ser submetidos aos mesmos critérios de insumos e produtos alimentícios”, ponderou Junji.

Ministro impõe rigor para conter abusos

Eduardo Cardozo, da Justiça, garante a Junji e a demais membros da Frente da Agropecuária que a comunidade não indígena será ouvida para evitar arbitrariedade na ampliação de reservas

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decidiu dar voz à comunidade não indígena para evitar arbitrariedade na criação e ampliação de áreas de uso exclusivo dos índios. Em audiência com o deputado federal Junji Abe e membros da FPA – Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agropecuária, ele garantiu que a determinação será seguida à risca pela Funai – Fundação Nacional do Índio, acusada pela bancada ruralista demultiplicar demarcações, a serviço de interesses internacionais para prejudicar o agronegócio brasileiro.

Presente à reunião, a nova presidente da Funai, Marta Azevedo, reiterou o compromisso da fundação de frear o que os parlamentares da FPA classificam como "autoritarismo e abuso". "Ela assegurou que assumiu o cargo com a incumbência de frear o processo de multiplicação arbitrária de reservas indígenas, ouvindo a comunidade não indígena antes de efetivar novas demarcações de terras", relatou Junji.

O conceito de democratizar a discussão sobre a delimitação de áreas de uso exclusivo dos índios também irá reger a conduta da AGU – Advocacia-Geral da União, como confirmou o ministro Luís Inácio Lucena Adams aos deputados de cerca de 15 estados brasileiros que participaram da audiência (22/08/12) com o ministro.

Se essa é a recomendação, por quê a Funai começou a movimentação para criar mais de 150 reservas indígenas, além de trabalhar na expansão das já existentes? Respondendo a esta questão dos deputados, Marta Azevedo disse que eram processos deflagrados antes da sua posse na presidência e assegurou que nada avançará sem a prévia manifestação da comunidade não indígena das áreas envolvidas.

Cardozo também anunciou que pedirá ao ministro Ayres Britto, do STF – Supremo Tribunal Federal, celeridade na conclusão do processo envolvendo a demarcação oficial da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A medida visa fechar a brecha jurídica utilizada pela Funai, com o aval do Executivo, para ampliar as existentes e delimitar novas áreas de uso exclusivo de índios e quilombolas, contrariando decisão da Corte que proibiu a prática. Relator da matéria relativa ao tema, o magistrado já havia recebido o apelo de Junji e demais integrantes da FPA no final do ano passado (25/10/11).

A manifestação do ministro e da presidente da Funai serviu para tranquilizar um pouco os parlamentares da FPA, crí-

ticos do sistema adotado para implantação de reservas. No modelo repudiado, norteado pelo Decreto 1.775/96, a decisão fica a cargo da Funai que elabora um relatório antropológico para identificação e delimitação da área pleiteada pela comunidade indígena. "O processo corre em sigilo até o término dos estudos e publicação das conclusões", frisou Junji. Então, começa o prazo de 90 dias para manifestação dos interessados, exclusivamente quanto a indenizações ou eventuais vícios formais do processo.

A única oportunidade de voz dada à comunidade não indígena é depois da conclusão do estudo antropológico. Mesmo assim, não são aceitos questionamentos de mérito ou em relação à oportunidade e razoabilidade da demarcação, como reclamou Junji, apontando que o processo de elaboração do relatório antropológico ignora aspectos socioeconômicos, políticos, de desenvolvimento regional e também não analisa a conveniência de comprometer extensas áreas do território nacional, além de excluir totalmente a participação do Poder Legislativo.

Terminado o prazo, é a própria Funai que aprecia as manifestações das partes. A etapa seguinte cabe ao Ministério da Justiça que edita portaria declarando os limites de terra indígena e determinando sua demarcação. Por fim, o processo é submetido ao presidente da República para homologação por decreto. Com a declaração do ministro, os ruralistas esperam que a comunidade não indígena tenha a oportunidade de apresentar suas ponderações.

ANTROPÓLOGO CONFIRMA FRAUDES

Engrossando as denúncias já apresentadas pela FPA, o deputado federal Junji Abe evidenciou a ocorrência de fraudes para a conversão de áreas produtivas em reservas indígenas. Segundo ele, os engodos são patrocinados por organizações norte-americanas, interessadas em frear os avanços da agropecuária brasileira no mercado internacional.

Um dos artifícios é enterrar em áreas pretendidas para transformação em reservas, cerca de 1,5 metro abaixo do solo, algumas panelas, outros utensílios domésticos e até ossos humanos retirados de cemitérios indígenas. "É uma ação para configurar o território como ocupado, historicamente, por tribos, e forçar a delimitação para uso exclusivo de índios e quilombolas", acusou Junji. Farsas semelhantes foram confirmadas pelo antropólogo Edward Luz, durante reunião (21/08/12) da FPA. Por muito tempo, ele foi consultor da Funai e respondeu por diversas demarcações de áreas na Amazônia.

As atuais reservas indígenas, constituídas por Lei Federal, já garantem a cada um dos 400 mil índios ou quilombolas cerca de 300 hectares de terras, o equivalente a três milhões de metros quadrados. Segundo Junji, os 5,2 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil ocupam 3,3 milhões de km^2, o correspondente a 38,8% do território nacional. Já os 818 mil índios e quilombolas detêm a propriedade de 12,7% da área total do País, como protestou ele.

Amparo legal para abrigados

Junji estuda meios de sanear superlotação dos abrigos para evitar que jovens cheguem à maioridade e tenham de deixar as instituições sem assistência nem condições de sobreviver

Nelson completou 21 anos de idade, tendo conhecido um único lar: o abrigo. Trata-se do mesmo endereço de Alisson, 18, nos últimos seis anos. Também foi a morada de Ricardo ao longo de 16 dos seus 26 anos. Eles têm mais em comum. Todos sofreram o drama de chegarem à maioridade, terem de deixar a instituição que conhecem como casa e encararem o mundo sem qualquer assistência nem condições de subsistência. O desamparo é o mesmo que marca a história de outros milhares de jovens no País inteiro. É uma triste realidade que surge a partir da superlotação das organizações de acolhimento, como analisou o deputado federal Junji Abe, empenhado em buscar alternativas para lidar com a situação

Além de desumana, a condição de abandono a que são submetidos os jovens em abrigos viola a legislação, segundo Junji. Cada instituição pode acomodar, no máximo, 20 crianças e adolescentes. "Na prática, o número de acolhidos supera o teto em duas e até mais de três vezes", acusou ele, baseado em informações transmitidas pela ex-conselheira tutelar e integrante do FMDDCA – Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mogi das Cruzes, Mônica Marques dos Santos.

A principal ilegalidade é a superlotação que compromete a eficácia de serviços socioassistenciais, como evidenciou Junji. "Os poucos profissionais nas unidades não dão conta das demandas dos jovens, como a necessária articulação com os segmentos da sociedade para viabilizar a subsistência daqueles que completam 18 anos e precisam deixar os abrigos".

O drama dos acolhidos que atingem a maioridade afeta os resultados positivos de todos os esforços empreendidos ao longo do tempo em que permaneceram nas instituições. "Como esperar que o jovem se torne um cidadão integrado à sociedade se é jogado na rua, sem perspectiva de sobrevivência, quando chega aos 18 anos de idade?", questionou, apontando que ignorar isto significa formar uma multidão de novos excluídos sociais.

"Sei bem da complexidade do problema, mas vou me debruçar de corpo e alma na busca de uma solução", garantiu Junji. Ele batalha pela ampliação da rede assistencial para eliminar a sobrecarga e promover as devidas adequações nas unidades existentes, além de estudar medidas para dar assistência aos jovens que completam 18 anos de idade e são obrigados a deixar os abrigos.

Pela votação da proposta dos aposentados

Em requerimento à Mesa Diretora, Junji pede inclusão na ordem do dia da Proposta de Emenda à Constituição que livra servidores inativos da cobrança de contribuição previdenciária

Para acelerar a votação, em plenário, da PEC – Proposta de Emenda à Constituição 555/2006, o deputado federal Junji Abe apresentou à Mesa Diretora da Câmara o requerimento (5.798/2012) de inclusão da proposta na pauta da Ordem do Dia. Com a medida, o parlamentar pretende apressar a análise da proposição, que elimina a cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

"É um contrassenso aplicar os descontos sobre os vencimentos, porque na velhice ou aposentadoria por doença é quando o ser humano mais precisa de dinheiro para bancar despesas com médicos e remédios", apontou Junji, ao engrossar o coro pela reparação de uma injustiça cometida contra os servidores inativos: "A medida obriga muitas pessoas a contribuírem por um tempo bem superior ao necessário para pagar pelos seus benefícios".

A iniciativa de Junji atende ao apelo dos funcionários inativos representados por entidades como o Sindifisco – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. De autoria do deputado Carlos Mota (PSB-MG), a proposta está pronta para apreciação, em dois turnos, no Plenário da Câmara. Já foi analisada pela comissão especial constituída com a finalidade de examinar a matéria.

Originalmente, a PEC 555 propõe a revogação do artigo 4º da Emenda Constitucional 41, de 2003. De acordo com o parecer aprovado pela comissão especial, o parágrafo 21 do artigo 40 da Constituição Federal terá nova redação para livrar do desconto previdenciário os aposentados por invalidez permanente, além de reduzir o valor da contribuição em 20% a cada ano, a partir do sexagésimo primeiro aniversário do titular do benefício, deixando de ser exigido quando o servidor completar 65 anos de idade.

Segundo informação do Mosap - Movimento dos Servi dores Públicos Aposentados e Pensionistas, a cobrança previdenciária sobre os proventos foi imposta para o pagamento da dívida do FMI – Fundo Monetário Internacional. Como os débitos foram liquidados, raciocinou Junji, não há justificativa para continuar a tributar os funcionários inativos.

LDO valoriza transparência de informações

Ao votar pela aprovação do projeto, Junji destaca importância de órgãos públicos disponibilizarem dados orçamentários na internet, entre outras decisões tomadas no Plenário da Câmara

A transparência das informações orçamentárias na internet é um dos pontos de destaque no projeto da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, aprovado pelo Congresso Nacional em julho (17/07/12). Quem avalia é o deputado federal Junji Abe, contumaz defensor do amplo acesso à informação como forma de estimular a participação popular nas ações do poder público.

O texto aprovado obriga estatais, autarquias e fundações públicas a divulgarem dados sobre os salários dos funcionários. Também exige que as secretarias estaduais e municipais de saúde registrem, no BPS – Banco de Preços em Saúde, as compras de medicamentos realizadas com recursos federais. O BPS é um sistema de monitoramento de custos de produtos adquiridos pelo governo federal.

"As pessoas só podem formar juízo de valor sobre o que quer que seja quando têm conhecimento. Cabe a nós, parlamentares, facilitarmos tanto quanto possível o acesso às informações", defendeu Junji, ao lembrar que a LDO traz a definição das regras gerais para a elaboração do Orçamento da União para 2013. É ela que aponta a expectativa do crescimento das receitas, da inflação, da majoração do PIB – Produto Interno Bruto e outras facetas econômicas.

O texto aprovado prevê Salário Mínimo deR$ 667,75, contra os atuais R$ 622. Já os investimentos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento terão, em 2013, crescimento da ordem de R$ 1 bilhão em relação aos deste ano, totalizando R$ 45,2 bilhões. A meta de superávit primário foi fixada em R$ 155,9 bilhões para o setor público consolidado. Destes, R$ 47,8 bilhões serão de responsabilidade de estados e municípios.

O texto também proíbe o Executivo de fixar limites mínimos para celebrar convênios com estados e municípios. Atualmente, os ministérios vêm se recusando, com base em decreto presidencial, a executar emendas individuais com valores inferiores a R$ 100 mil, ou quando o repasse da União é inferior a R$ 250 mil. Junji disse que esta exigência inviabiliza pequenas obras nas cidades, como a reforma de um posto de saúde ou compra de um ônibus escolar.

Comissão aprova parecer de Junji

Deputado emite parecer favorável ao projeto de Lei que estimula produção e consumo do produto não poluente para incrementar geração de empregos em comunidades pobres

A Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovouo parecer do deputado federal Junji Abe ao projeto de Lei (28/2011) que institui o Programa A Bucha Vegetal Brasileira com os objetivos de promover o plantio da espécie vegetal Luffa cyllindrica (L.) Roem e o consumo de seu fruto, também conhecido como esponja vegetal. Relator da matéria, o parlamentar manifestou-se favorável à proposta, amparado por unanimidade no colegiado técnico da Casa.

Elaborado pelo deputado Weliton Prado (PT-MG), o projeto prevê o incentivo à cultura como forma de incrementar a geração de emprego e renda em comunidades rurais pobres. Em seu parecer, Junji fez coro aos argumentos do autor de que se trata de produto não poluente com potencial de aproveitamento como adubo orgânico quando descartado após o uso.

Além disso, defendeu o relator, o uso da bucha vegetal já foi incorporado aos costumes do brasileiro para higiene pessoal e limpeza de ambientes. Também consta a utilização da fibra do fruto na confecção de artesanato e outras peças de decoração, como atestou Junji. Ele mencionou que a melhoria da produtividade do setor e a promoção do consumo da esponja vegetal figuram entre os objetivos do programa.

Ainda de acordo com as diretrizes do projeto, “estão habilitados a participarem do programa os pequenos produtores rurais, que deverão receber capacitação e orientação técnica para o cultivo da espécie”. O relator observou que o novo órgão público de assistência técnica e extensão rural, em fase de constituição, poderá assumir a tarefa de levar ao campo informações sobre a cultura.

Junji também disse que o projeto estabelece as metas do programa, mas não define os mecanismos e estratégias para alcançá-los. “Essas especificações ficarão a cargo do Ministério da Agricultura e Pecuária, assim como de outros órgãos governamentais, dentro dos respectivos planos de trabalho”. A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelos órgãos técnicos da Casa. Após o parecer favorável da Capadr, a proposta seguiu para manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.Se também receber aval do segundo colegiado, ganha aprovação sem necessidade de votação em plenário.

Pilar do Sul homenageia Junji

Deputado é homenageado por reforçar patrulha rural, com entrega de tratores e implementos agrícolas adquiridos com verba solicitada por ele ao governo federal em benefício do agronegócio

A liberação de R$ 200 mil provenientes de emenda do deputado federal Junji Abe beneficiou Pilar do Sul, na região de Sorocaba, com tratores e implementos agrícolas que reforçarão a patrulha rural na Cidade. Ao fazer a entrega oficial (09/07/12) dos equipamentos, na Praça Cel. Fernando Prestes, o parlamentar foi homenageado com uma placa de agradecimento pelo prefeito Antonio José Pereira, o Toninho da Padaria (DEM), e outras lideranças locais.

A verba repassada para Pilar do Sul vem da receita orçamentária da União referente ao ano de 2011, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário do Ministério da Agricultura. Igual fonte deverá contemplar outras cidades para onde Junji solicitou aportes financeiros visando o fortalecimento do agronegócio.

Com os recursos financeiros derivados da emenda de Junji, a Prefeitura de Pilar do Sul adquiriu dois tratores agrícolas e duas grades aradoras. “Assim, a administração amplia a capacidade de atender míni e pequenos produtores que não dispõem de maquinário para práticas como o preparo mecanizado da área para plantio, conservação de solo, construções e reformas de pastagens, entre outras”, detalhou o parlamentar.

A melhoria da infraestrutura de pequenas propriedades traz vantagens diretas para os produtores, como o aumento da produtividade agrícola. Os equipamentos também serão empregados na recuperação e manutenção de vicinais, que dão acesso às propriedades e permitem o escoamento da produção agropecuária.

“Pequenos produtores poderão produzir mais e melhor. O agronegócio será beneficiado com melhores condições no escoamento da produção. Em nível social, o investimento aumenta as chances de geração de empregos e renda, favorece o turismo potencializando uma atividade crescente em Pilar do Sul, eleva a arrecadação municipal e garante à zona urbana maior agilidade no abastecimento com alimentos de melhor qualidade”, discursou Junji.

Em Pilar do Sul, o agronegócio representa nada menos que 70% de toda riqueza gerada na Cidade. Embora os serviços nas vias rurais tenham baixo custo, disse Junji, a maioria dos pequenos municípios tem dificuldade de manter as vicinais em bom estado por causa da reduzida arrecadação municipal. Os moradores da zona rural dependem das estradas rurais para acesso à área urbana e, principalmente, aos equipamentos de saúde e educação.

Mobilização de lideranças rurais

No primeiro aniversário da Frente em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, Junji cobra maior envolvimento de entidades para garantir legitimidade da representação no Congresso

A efetiva participação das lideranças agrícolas nos rumos da política nacional é o ponto de partida para fazer ecoar a voz do campo, consolidar uma representação legítima e dar sustentação às ações dos parlamentares que defendem o setor no Congresso Nacional, viabilizando as esperadas melhorias. Com este alerta e o veemente apelo para maior participação das entidades rurais na discussão de questões que afetam o agronegócio brasileiro, o deputado federal Junji Abe marcou a solenidade (04/07/12), em comemoração ao primeiro ano de existência da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros.

Idealizada e presidida por Junji, a inédita Pró-Horti agrega mais de 230 congressistas – entre deputados e senadores – solidários ao apelo pela implantação de políticas públicas voltadas ao segmento de verduras, legumes, tubérculos, bulbos, frutas, champignon, mel e derivados, aves e ovos, pecuária de leite de pequeno porte, flores e outros itens dirigidos ao abastecimento do mercado interno.

"A Pró-Horti abrange as cadeias produtivas de itens consumidos diariamente pelos brasileiros e, portanto, de fundamental importância para o mercado interno. Ocorre que nenhum político – por melhor, mais dedicado e bem intencionado que seja – poderá viabilizar medidas para atender as necessidades dessas categorias, sem o respaldo das lideranças representativas", advertiu Junji, reforçando o pedido para que a classe escolha e eleja políticos comprometidos com a busca de soluções para os problemas do campo.

Detalhando as ações da Pró-Horti ao longo do seu primeiro ano de existência, Junji destacou a sinergia estabelecida entre as frentes ligadas ao setor agropecuário. "Fortalecemos o entendimento de que precisamos caminhar juntas para obter resultados positivos. Não adianta socorrer o fruticultor e matar o suinocultor", exemplificou, apregoando que "um colegiado tem de apoiar o outro em benefício de todos".

O presidente da Pró-Horti fez um manifesto de gratidão a todas as frentes parlamentares ligadas à agropecuária, assim como aos órgãos públicos e entidades classistas do setor no País. "Com esta rede institucional de apoios, conseguimos sustentação para defender as cadeias produtivas de hortifrutiflorigranjeiros. Por isto, conclamamos as lideranças agrícolas a engrossarem o movimento participando ativamente dos trabalhos", reiterou.

Arquivo pessoal

HORTALIÇAS EM DESTAQUE

A capacidade produtiva anual de hortaliças no Brasil é de 102 quilos por habitante. Ocorre que cada brasileiro consome apenas 27 quilos de verduras e legumes por ano. O contraste foi evidenciado por Junji, na comemoração do primeiro ano de existência da Pró-Horti.

O segmento de hortaliças responde por 13,4% do PIB – Produto Interno Bruto do agronegócio, movimentando R$ 18 bilhões com produção total de 19,3 toneladas cultivadas em 810 mil hectares (cada hectare tem 10 mil metros quadrados) por 7,3 milhões de trabalhadores.

Junji destacou essa cadeia produtiva em alusão ao 6° Simpósio Internacional de Sementes, Mudas e Estabelecimento de Hortaliças, realizado pela Pró-Horti em parceria com a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Hortaliças. A comemoração do primeiro aniversário da frente ocorreu durante o evento.

Comandada, na maioria, por pequenos e médios produtores com bom nível tecnológico, a produção de hortaliças no Brasil alcança a produtividade de 24 toneladas por hectare e emprega nove trabalhadores a cada 10 mil metros quadrados plantados, de acordo com Junji. Ele voltou a defender campanhas para estimular a ingestão de hortaliças e frutas como alicerce de vida saudável.

No Brasil, o consumo anual per capita não ultrapassa 27 quilos de hortaliças e 57 quilos de frutas. Em países como Itália e Canadá, os habitantes consomem 158 quilos de hortaliças e 223 quilos de frutas, respectivamente. Situação semelhante envolve o mercado de flores. Por ano, cada brasileiro não gasta mais de US$ 9 com este item. É um valor bem menor que os US$ 174 despendidos pelo suíço.

No balanço das principais ações desenvolvidas pela Pró-Horti, Junji também sublinhou a luta junto ao governo paulista para vencer a burocracia e zerar altos custos cobrados para regularização de pequenas propriedades rurais quanto à captação de recursos hídricos e critérios de proteção ambiental.

Junji ajuda a estruturar órgão especializado

A convite do ministro do Desenvolvimento Agrário, Junji e outras lideranças estarão no grupo de trabalho encarregado de formatar instituição pública de assistência técnica e extensão rural

Atendendo ao convite do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, o deputado federal Junji Abe e outros integrantes da FPATER – Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, presidida pelo deputado Zé Silva (PDT-MG), deverão compor o grupo de trabalho que tem a missão de estruturar o futuro órgão público especializado em orientar os produtores e levar informações ao campo.

Em resposta ao clamor de parlamentares e lideranças rurais, a presidente Dilma Rousseff (PT) havia anunciado a decisão de criar uma instituição pública específica para assistência técnica e extensão rural. "A reinstalação de um órgão especializado no setor significa um avanço extraordinário para a inclusão rural", assinalou Junji.

Durante audiência (04/07/12), o ministro também fez questão da participação da Asbraer – Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural no grupo de trabalho. Vargas disse que o conhecimento acumulado pela instituição que representa as entidades estaduais da categoria, associado ao trabalho de Junji e demais parlamentares da frente, tem extrema importância no processo de instalação do novo órgão.

Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, Junji apontou os míni, pequenos e médios produtores dessas culturas como as maiores vítimas da inexistência ou precariedade da orientação técnica no campo. O colegiado surgiu há 1,5 ano para representar essas cadeias produtivas.

De todos os grupos parlamentares relacionados à produção de alimentos, as categorias representadas pela Pró-Horti são as que mais prescindem de apoio. "Estão alijadas de qualquer benefício porque não se enquadram nos critérios da agricultura familiar nem correspondem às culturas de exportação que geram commodities", afirmou Junji.

Ao confirmar a importância do futuro órgão de assistência técnica e extensão rural, Junji observou que as deficiências relacionadas à inclusão no campo se agravaram no País com a extinção da Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Segundo o deputado, a "desastrada medida do governo Collor de Mello" selou o sucateamento dos serviços prestados por agrônomos e extensionistas. E, com ela, massacrou os pequenos, porque os grandes produtores têm estruturas próprias, amparadas na grande escala de produção com mercado calcado em preços internacionais.

Junji festeja aprovação de projeto

Legislação define normas para organização e funcionamento de cooperativas de trabalho no País, resguardando direitos trabalhistas de cooperados e combatendo fraudes

A presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou a regulamentação das cooperativas de trabalho (Lei 12.690/2012). A proposta tramitava no Congresso desde 2004 e, em junho último, a Câmara Federal aprovou, em votação simbólica, o projeto de Lei (4.622/2004) que cria o Pronacoop – Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho. O deputado federal Junji Abe foi um dos ardorosos defensores dessa proposta que garante ao profissional cooperado direito aos repousos semanal e anual remunerado, ao seguro de acidente de trabalho, além de assegurar uma jornada máxima de oito horas diárias e 44 semanais e o pagamento de horas extras.

Diretor sindical da Frencoop – Frente Parlamentar do Cooperativismo, Junji explicou que a nova legislação regula as relações de trabalho entre as cooperativas, seus sócios e contratantes, nos contratos de prestação continuada de serviços, além de reconhecer os direitos sociais previstos na Constituição e estabelecer critérios a serem observados pelas cooperativas.

Além disso, completou o deputado, a vigência da legislação também contribui para harmonizar procedimentos do Ministério do Trabalho e ações dos Termos de Ajuste de Conduta que vêm prejudicando as cooperativas de trabalho. As novas regras também pretendem impedir fraudes, como a criação de cooperativas para intermediar mão de obra terceirizada. “Trata-se de uma prática inaceitável e que precisa ser combatida para evitar contratações sem carteira assinada, o que deixa os profissionais sem direitos trabalhistas”.

Não são abrangidas pela lei as cooperativas de assistência à saúde, regidas pela legislação de saúde suplementar; cooperativas de transporte regulamentado pelo poder público; cooperativas de profissionais liberais que exerçam as atividades em seus próprios estabelecimentos; e cooperativas de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimento.

Ministro confirma início de viadutos em 2013

Em resposta a requerimento de Junji, Ministério dos Transportes reitera que construção será iniciada nos primeiros meses de 2013, após conclusão do detalhamento do projeto executivo

Um dos viadutos sobre a linha férrea em Mogi das Cruzes começará a ser construído no início de 2013, após o detalhamento do projeto executivo, sob supervisão do Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Com a informação dada ao deputado federal Junji Abe, o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, confirmou a previsão anunciada em audiência pública da CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano.

A manifestação do ministro responde o requerimento de informações (RIC 2.051/2012), de autoria de Junji, reiterando explicações dadas pelo coordenador geral de Infraestrutura Ferroviária do Dnit, Marcelo Chagas, em audiência pública (26/06/12) realizada a pedido do deputado. Na ocasião, o executivo também adiantou que as obras deverão começar pelo viaduto projetado para o Distrito de Jundiapeba onde há menor volume de desapropriações a serem efetivadas.

O contrato para execução das obras, celebrado entre o Dnit e o Consórcio SPA/Tejofran/Convap, é de R$ 48.474.155,51, cerca de 15% inferior ao valor estimado de55.795.377,86 (maio/2010). Está suspenso desde 14 de julho de 2011, quando surgiram denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes e órgãos a ele vinculados.Os viadutos foram licitados com base no projeto básico doado pela prefeitura mogiana e aprovado pelo departamento. Desde então, Junji tem feito sucessivas cobranças para a retomada dos trabalhos.

O ministro explicou que o adiamento do prazo previsto para o início das obras, outubro de 2012, ocorreu em função da necessidade de contratar o detalhamento do Projeto Executivo de Engenharia. A medida objetiva reduzir a ocorrência de revisões do plano durante os trabalhos, de aditivos ao contrato e eventuais atrasos no cronograma.

Ainda na resposta dada a Junji, é confirmada a perspectiva de iniciar as obras do primeiro viaduto no início de 2013, seis meses após a contratação da empresa que fará o detalhamento do projeto executivo. A previsão para emissão da ordem de serviço relativa à estrutura considera a “confirmação do orçamento, sem muita discrepância de valores”.

Pelo fim das injustiças

"Quem dedicou dezenas de anos da sua vida para fazer carreira no serviço público, chegou ao topo e vive do seu salário não pode ser penalizado com o teto do subsídio do governador que, como agente político, deve ganhar menos para agradar o eleitorado, mas não precisa bancar as mesmas despesas de um assalariado". A análise é do deputado federal Junji Abe que defende a aprovação da PEC – Proposta de Emenda à Constituição 05/2011, acolhida com apresentação de substitutivo pela Comissão Especial da Câmara, constituída para proferir parecer sobre a matéria.

A PEC 05/2011 iguala o teto do funcionalismo público nos Três Poderes, fixando como limite a remuneração dos ministros do STF – Supremo Tribunal Federal, atualmente em R$ 26,7 mil. A proposta também suprime da Constituição os subtetos salariais que correspondem aos subsídios dos prefeitos, no caso dos municípios, e dos governadores, nos estados e distrito federal.

Segundo a legislação vigente, um servidor público estadual não pode receber acima do subsídio do governador. Se ele for um policial que se aposentou no topo da carreira, não tem direito à remuneração completa, como exemplificou Junji. "Todo mês, seu holerite vem com desconto para que o total recebido não ultrapasse o subteto". Ocorre que este aposentado paga suas despesas, vivendo daquilo que ganha. Já o governador, comparou o deputado, não tem gastos com moradia, alimentação, luz, água, telefone, transporte e outros, porque conta com verbas de representação para cobrir tais custos.

> "Junji manifesta-se a favor da proposta que garante a policiais, professores e outros servidores públicos no topo da carreira o direito de teto desvinculado do subsídio do governador

Não bastasse, o governador é um político e depende da receptividade do eleitorado para prosseguir na vida pública. "Logo, sente-se na obrigação de manter seu subsídio baixo e congelado", acrescentou Junji. "Em vez de ter a compensação pelos anos de dedicação ao serviço público, eles passam a sofrer com o redutor mensal da sua remuneração".

Junji assinalou que o subteto considera o vencimento bruto. “Primeiro, é aplicada a redução sobre os salários. Depois, são feitos os descontos legais da Previdência, do Imposto de Renda e outros. O valor restante é creditado ao servidor”. Em São Paulo, nenhum funcionário público estadual, ativo ou inativo, pode ter remuneração bruta superior a R$ 18.725,00 (subsídio do governador).

Se não for corrigida, alertou Junji, a injustiça poderá se agravar no futuro. “Suponha que assuma um governador que resolva elevar drasticamente seu subsídio. Aquele servidor aposentado que, durante anos, teve redutor em seu salário e até já faleceu saiu prejudicado em relação a outro que, na mesma função e topo de carreira, se aposentou tendo como referência um teto mais generoso”. Ele lembrou que as atuais distorções atingem indistintamente todos os servidores que chegam ao auge da carreira, como professores, médicos e policiais.

Segundo Junji, as incoerências relacionadas ao teto remuneratório também acabam eliminando do funcionalismo público profissionais de alto gabarito. Se o servidor for aposentado com a remuneração do ápice da carreira, não poderá lecionar numa universidade pública, por exemplo. “Se o que recebe como aposentado já atingiu o limite, se der aulas na rede pública, terá de ser de graça, por caridade. Resultado: ele leva seu talento e experiência para o setor privado”, observou.

O texto aprovado pela Comissão Especial da Câmara sobre a PEC 05/2011 suprime do Inciso 11 do Artigo 37 da Constituição Federal a expressão “cumulativamente ou não” da norma constitucional. Na prática, a alteração permitirá aos funcionários públicos acumularem mais de um provento e, com isso, superarem o teto remuneratório que, se aprovado o fim dos subtetos salariais, passaria a ser o vencimento dos ministros do STF.

PROPOSTA NÃO ACABA COM TETO

A PEC 05/2011 não acaba com o teto remuneratório, mas sim com os subtetos salariais correspondentes aos subsídios de governadores e prefeitos, que geram distorções no País inteiro. Da mesma forma, não acarreta novas despesas para estados e municípios que continuam sendo os responsáveis pela definição dos salários dos servidores. Além disso, a proposta impede que o Congresso Nacional fixe vencimentos para privilegiar um dos Três Poderes. O que for feito para um, valerá para Legislativo, Executivo e Judiciário.

O substitutivo do deputado Mauro Lopes (PMDB-MG) à PEC 05/2011, aprovado pela comissão especial, precisa ser votado em dois turnos pelo Plenário da Câmara, onde poderá ser modificado. Só depois de avalizada pelos deputados a proposta será encaminhada à apreciação e votação do Senado também em dois turnos de votação. Se aprovada pelas duas Casas Legislativas, será promulgada e passará a integrar a Constituição.

Grupo tenta evitar colapso do sistema

Junji e deputados da Frente Parlamentar cobram urgente correção da tabela SUS para contornar alto grau de endividamento das filantrópicas que atendem pacientes da rede pública de saúde

A urgente correção da tabela SUS – Sistema Único de Saúde para adequar à realidade os defasados valores repassados às instituições conveniadas pelos serviços prestados é a principal reivindicação contida no relatório final da subcomissão criada para analisar a situação de Santas Casas, hospitais e entidades filantrópicas que prestam serviços aos pacientes do sistema. "Sem uma ação imediata do governo federal, as maiores parceiras da rede pública entrarão em colapso", advertiu o deputado federal Junji Abe.

Integrante da Frente Parlamentar em Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas da área da Saúde, Junji cobra a correção da tabela SUS desde que assumiu a vaga na Câmara Federal em fevereiro de 2011. "Esperamos que haja sensibilidade do governo para a gravidade da situação mostrada no relatório", disse o deputado, referindo-se ao documento elaborado pelo deputado Antonio Brito (PTB-BA), presidente do colegiado.

Encaminhado ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o relatório mostra que, em 2011, as Santas Casas encerraram o ano com um déficit de R$ 5 bilhões. Motivo: receberam do governo R$ 9 bilhões, mas tiveram gastos de R$ 14 bilhões."É um rombo três vezes maior do que o registrado em 2005", comparou Junji, lem

Arquivo pessoal

brando que essas instituições respondem por 45% de todas as internações feitas pelo SUS. Entretanto, completou, a cada R$ 100 gastos com serviços ambulatoriais e hospitalares para pacientes da rede pública, apenas R$ 65 são ressarcidos.

De acordo com Junji, a defasagem da tabela SUS responde por grande parte do colapso financeiro de Santas Casas e demais entidades ligadas à saúde. "São valores totalmente fora da realidade que não cobrem nem os custos de materiais e dos profissionais", protestou. Atualmente, há 2,1 mil Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos no País, que respondem por aproximadamente 10 milhões de atendimentos por ano.

O relatório mostra que, a longo prazo, são necessários R$ 12 bilhões para o reajuste de toda a tabela. Porém, a curto prazo, é preciso viabilizar o aporte de R$ 4 bilhões para os 84% dos maiores números de procedimentos – correspondentes a cerca de 1,1 mil intervenções.

O subfinanciamento leva as Santas Casas e outros hospitais filantrópicos a acumularem dívidas com bancos, com o INSS – Instituto Nacional de Seguro Social e com a Receita Federal. Para completar, lamentou Junji, essas instituições são obrigadas a arcarem com juros altos, o que encarece mais ainda seus custos. Para aliviar a situação, o relatório defende a necessidade de um parcelamento a longo prazo ou até a anistia das dívidas das Santas Casas. A remissão dos saldos devedores está prevista em projeto de Lei (3.471/2012) que tramita na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara."Os números provam que as principais parceiras do SUS estão quebradas e o sistema entrará em colapso, se nada for feito emergencialmente", argumentou o deputado.

CRÉDITO FÁCIL E ÁGIL

O documento da subcomissão recomenda ainda que a União edite uma norma capaz de permitir ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social liberar uma primeira parcela da linha de crédito "BNDES Saúde", criada em janeiro de 2011. O restante da liberação ficaria condicionado à apresentação das certidões negativas de débito exigidas pela instituição bancária. "Não faz sentido exigir que as Santas Casas estejam em dia com INSS, Receita e afins para obterem financiamentos, porque vivem o caos criado pelas incoerências do próprio governo", apontou Junji.

Para as filantrópicas voltadas ao atendimento de saúde de pessoas com deficiência, o relatório recomenda que fique explícita a possibilidade de essas instituições comporem a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. O texto também sugere a retomada do credenciamento de entidades que prestam atendimento a pessoas com deficiência intelectual e com autismo, assim como a revisão do critério de habilitação para os estabelecimentos de saúde capacitados em apenas um serviço de reabilitação, entre outras ações.

Outro alvo de críticas de Junji é a fixação de limites para instituições que prestam assistência a pacientes da rede pública. "Não faz sentido ter um teto que, se atingido, impeça os atendimentos e deixe as pessoas amargando total desamparo", criticou, defendendo que as entidades parceiras recebam os repasses necessários para suprir as demandas. Segundo ele, caberia às entidades apenas realizar a devida prestação de contas sobre os valores recebidos.

Susep nomeia concursados

Após mobilização de Junji junto ao Ministério de Planejamento e Gestão, é autorizada contratação dos aprovados em concurso da Superintendência de Seguros Privados

O Diário Oficial da União publicou a nomeação dos excedentes aprovados em concurso público da Susep – Superintendência de Seguros Privados. A medida foi tomada após mobilização do deputado federal Junji Abe junto ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para viabilizar as contratações com o objetivo de melhorar as ações da instituição que registra um déficit aproximado de 47% em seu quadro funcional.

"Se a providência não fosse tomada até 28 de junho, seria necessário refazer todo o processo de seleção de pessoal, começando do zero, além de frustrar os candidatos aprovados e não nomeados", avaliou Junji, ao lembrar que a Susep já amarga morosidade e graves deficiências em sua atuação por falta de funcionários.

Foram nomeados 69 excedentes e mais seis vacâncias, todos aprovados no concurso público da superintendência, realizado em 2010. O reforço no quadro funcional não soluciona todos os problemas da instituição, mas alivia a sobrecarga atual que, segundo Junji, vem prejudicando ações como o combate à pirataria.

Uma das incumbências da superintendência é coibir a ação irregular de empresas que comercializam serviços assemelhados a seguros, sem obedecer às regras de solvência e sem a autorização da entidade supervisora. Para cumprir a tarefa, houve necessidade de deslocar fiscais de outras áreas de supervisão porque apenas 448 das 832 vagas existentes na Susep estavam ocupadas, como observou Junji.

Além da redução do seu quadro funcional por aposentadorias e pedidos de exoneração para posse em outros cargos, inacumuláveis, a carência de profissionais na Susep foi agravada pelo incremento de suas atribuições. Em especial, por causa da abertura do mercado de resseguro, ocorrido com a LC – Lei Complementar 126/07.

Junji esclareceu que a então estatal, Instituto de Resseguros do Brasil, deixou de deter o monopólio do setor para disputar mercado com mais de 60 empresas. "Houve ainda a abertura de muitas dezenas de corretoras de resseguros, todas sob o âmbito da fiscalização da Susep". Com a finalidade de acelerar as providências para as nomeações, o deputado havia intermediado uma audiência (19/06/12), no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Patrulha rural ganha reforço

Junji entrega dois tratores e implementos agrícolas adquiridos com verba do governo federal, liberada em função de emenda, de sua autoria, ao Orçamento da União

A liberação de R$ 200 mil provenientes de emenda do deputado federal Junji Abebeneficiou Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, com tratores e implementos agrícolas que reforçam a patrulha rural na Cidade. O parlamentar participou da entrega oficial (30/06/12) dos equipamentos, na Praça Conselheiro Rodrigues Alves, na área central, ao lado de autoridades municipais e lideranças agropecuárias.

Os recursos liberados para Guaratinguetá vêm da receita orçamentária da União referente a 2011, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário do Ministério da Agricultura. Igual fonte deverá contemplar outras cidades para onde Junji solicitou aportes financeiros visando o fortalecimento do agronegócio.

Com a verba federal derivada da emenda de Junji, a Prefeitura de Guaratinguetá comprou dois tratores agrícolas, grade aradora intermediária com controle remoto, plaina agrícola traseira reversível e carreta tanque para irrigação com motobomba. "A aquisição destes equipamentos aumenta a capacidade de atendimento aos mini e pequenos produtores que não dispõem de maquinário para práticas como conservação de solo, construções e reformas de pastagens, entre outras", observou o deputado.

Além da melhoria da infraestrutura de pequenas propriedades com vantagens diretas para os produtores, como o aumento da produtividade agrícola, os equipamentos serão empregados na recuperação e manutenção de vicinais, como acentuou Junji.Em Guaratinguetá, são 410 quilômetros de estradas rurais. "Por elas, também são transportados, diariamente, mais de 1,5 mil alunos que frequentam as escolas públicas urbanas".

A preocupação de Junji com o agronegócio reflete seu histórico de profundo conhecedor do setor com o qual convive desde que nasceu. Ele é a terceira geração da família Abe na agricultura e acumula mais de 35 anos de experiência como líder de grandes instituições representativas do campo. No Congresso Nacional, idealizou e preside a inédita Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, lançada em 30 de junho de 2011.

Junji recorre à Jica para viabilizar pesquisa

Junji entrega dois tratores e implementos agrícolas adquiridos com verba do governo federal, liberada em função de emenda, de sua autoria, ao Orçamento da União

Deputado pede à Agência de Cooperação Internacional que financie experimento voltado à legalização do uso do insumo para melhorar qualidade e produtividade na agricultura orgânica

A legalização do uso do extrato pirolenhoso no Brasil para melhorar a qualidade e produtividade na agricultura orgânica é o objetivo do Plano de Experimento idealizado por pesquisadores da Faculdade de Ciências Agronômicas da Unesp – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita", de Botucatu. Na expectativa de obter recursos para o projeto, o deputado federal Junji Abe recorrerá à Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão.

A execução Plano de Experimento depende de R$ 200.527,80, quantia que poderá ser obtida por meio de convênio entre a Unesp e a Jica. "A agência registra um vasto histórico de cooperação com o Brasil, especialmente no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias dirigidas à agropecuária", observou o deputado.

Junji foi procurado por Yosizo Kubota para que intermediasse o pedido junto à Jica. Ele é consultor técnico da equipe de pesquisadores, encabeçada pelo professor doutor Roberto Lyra Villas Boas, que se dedica ao estudo e uso do extrato pirolenhoso na agricultura, como coordenador do Gemfer – Grupo de Estudos e Pesquisas em Manejo de Fertilizantes e Resíduos.

O trabalho tem a colaboração da Apan – Associação dos Produtores de Agricultura Natural, organização não governamental que se dedica a divulgar a produção e uso do composto a partir da tecnologia importada do Japão. Com o Plano de Experimento, será possível aprofundar os estudos de extrato pirolenhoso para viabilizar sua produção no País, assim como legalizar sua utilização.

É um subproduto de carbonização da madeira, obtido pela condensação da fumaça, que tem preço baixo e alta qualidade. "Na ponta inicial de produção, garantirá renda extra a pequenos produtores de carvão. Na ponta final de uso, beneficiará pequenos lavradores, com a melhoria da qualidade de seus produtos e maior produtividade", discorreu Junji.

O extrato pirolenhoso ainda não pode ser utilizado nas lavouras brasileiras, porque precisa ser registrado junto ao Ministério da Agricultura. O Plano de Experimento possibilitará obter dados exigidos para o registro do insumo. "Faremos o possível para viabilizar o convênio com a Jica", disse Junji, completando que o produto é ambientalmente correto. Vem da madeira, que armazena a energia do sol e do solo, e retorna a sua origem ao ser utilizado nas lavouras.

Grande legado dos imigrantes

Em sessão solene pelos 104 anos da Imigração Japonesa no Brasil, Junji emociona plateia ao pregar que os valores morais são a principal herança a ser transmitida às gerações futuras

A melhor forma de honrar a perfeita simbiose estabelecida entre dois povos tão diferentes, de lugares opostos no planeta, "é preservar e repassar às gerações futuras a altivez dos valores morais que são a grande herança deixada pelos imigrantes japoneses no País", segundo o deputado federal Junji Abe. "Este é o principal legado para a construção de um mundo melhor, mais justo e mais humano", definiu, emocionando a plateia da Sessão Solene (26/06/12), em homenagem aos 104 anos da Imigração Japonesa no Brasil, realizada na Câmara Federal.

Filho e neto de imigrantes japoneses, Junji contou que, desde a infância, recebeu dos seus ancestrais a missão de "amar este País, de todo coração, ajudar o povo em tudo o que for possível e fazer mais pelo Brasil que os próprios brasileiros". É o ensinamento que traduz gratidão à Nação que acolheu tantas famílias vindas do outro lado do mundo. Ao mesmo tempo, prosseguiu, demonstra o afeto por esta gente alegre, hospitaleira e carinhosa que passou por cima de todas as diferenças, não viu barreiras culturais e nem de idioma para interagir e estabelecer os laços que se consolidaram sob a linguagem universal da amizade.

"Mais do que palavras na mente da criança que fui, são princípios gravados na alma do homem que sou", filosofou Junji, referindo-se aos ensinamentos transmitidos pelos seus ancestrais. Vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão, ele assinalou o histórico de colaboração mútua que marca os dois países ao longo destes 104 anos desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao País.

Gaman (suportar, resistir), *omêwaku* (não incomodar),*mootainai* (não desperdiçar), *seikaku* (pontualidade), *yakussoku* (compromisso), *shinyô* (credibilidade), *doriyôku-ka* (trabalhador), *okaguessama* (dar graças – a Deus ou a alguém), *kenson* (humildade) e *gambarimashou* (unidos avante) foram algumas das expressões japonesas citadas por Junji para traçar o perfil da formação cultural do povo nipônico. "Interpretadas com a força das ações que representam, demonstram hábitos que precisamos difundir, honrando nossos ancestrais e tornando melhor e mais promissor o futuro dos nossos descendentes".

Recepção à delegação chinesa

Depois, Junji é nomeado vice-presidente do Grupo Parlamentar, reinstalado na Câmara com o objetivo de fortalecer a relação bilateral e fomentar o intercâmbio entre os dois países

Liderada pelo vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular da China, Wang Zhaoguo, a delegação oficial da China foi recepcionada na presidência da Câmara Federal, em solenidade que teve a participação do deputado federal Junji Abe. Na mesma data (21/03/12), o congressista comemorou sua nomeação como vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, reinstalado na Casa com a presença do embaixador da China no Brasil, Jinzhang Li.

"Sinto-me extremamente honrado pela oportunidade de integrar o Grupo Parlamentar Brasil-China, objetivo que persigo desde o ano passado, quando cheguei à Câmara. Meu compromisso é contribuir tanto quanto possível para o fortalecimento dos laços que unem os dois países. Fico ainda mais feliz por tudo estar acontecendo em 2012, quando se comemora os 200 anos da imigração chinesa para o Brasil", manifestou-se Junji.

O embaixador da China reiterou sua convicção quanto ao sucesso da união de esforços entre brasileiros e chineses na busca da meta comum de estreitar o relacionamento."É uma parceria para aperfeiçoar a convivência entre as duas nações", definiu. Junji pinçou um dos pontos de maior interesse dos chineses: o setor agrícola. Em especial, a produção de alimentos, próspera até em localidades com condições naturais adversas, como o Cerrado.

"A tecnologia empregada pelos nossos produtores em segmentos como a sojicultura assombra o mundo pela audácia e eficiência. Assim como outras nações, a China reconhece os méritos do nosso agronegócio, diferentemente do governo brasileiro", avaliou Junji. Por outro lado, completou, a China Popular surpreende o mundo com um crescimento que atinge de 8% a 12% do PIB – Produto Interno Bruto, consecutivamente nos últimos dez anos.

Segundo Junji, se o Brasil não tivesse ampliado o intercâmbio comercial com a China, teria enfrentado dificuldades para superar a crise mundial de 2008. "Após o desaquecimento da economia americana, japonesa e europeia, os chineses conquistaram o epicentro internacional das atenções como polo consumidor", observou, assinalando o interesse brasileiro na exportação de *commodities* (agrícolas e minerais) e de vários produtos industrializados.

Crimes tentam amordaçar Imprensa

A sucessão de crimes praticados contra jornalistas, no exercício da profissão, "é uma tentativa de amordaçar a Imprensa", como classificou o deputado federal Junji Abe, ao cobrar medidas efetivas para frear a violência sofrida pelos profissionais de comunicação e zerar a impunidade. A manifestação do parlamentar ocorreu durante audiência pública (03/07/12), realizada pela CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

"Temos a obrigação de proteger o estado democrático de direito que, simplesmente, não existe sem Imprensa livre", apregoou Junji, chamando atenção para a trajetória ascendente de crimes praticados contra jornalistas. Seis foram assassinados nos primeiros seis meses de 2012. É um número de mortes correspondente ao ano inteiro de 2011. Em 2010, houve um caso. Em 2009, foram dois. De 1995 para cá, 41 profissionais foram mortos no País.

> "Em audiência pública, Junji cobra ações efetivas para combater violência contra jornalistas no exercício da profissão, alertando que impunidade ameaça democracia brasileira

Baseado em dados da Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas, Junji observou que a violência contra a categoria vai além dos assassinatos. Abrange ameaças, agressões físicas e ofensas verbais. "Lamentavelmente, são covardias frequentes. Muitas ficam fora dos registros porque o elevado grau de impunidade desestimula os profissionais a prestarem queixa", apontou.

A maioria dos casos de violência contra jornalistas tem agentes públicos como autores. Principalmente, políticos estaduais e municipais e policiais locais. Em cidades do interior, há ocorrências não investigadas por pressão política ou conivência da polícia e do judiciário local, como denunciou o representante da federação, José Carlos Torves. Ele defendeu a aprovação do projeto de Lei (1.078/2011) que federaliza os crimes contra a atividade jornalística.

Os participantes da audiência também defenderam a aprovação de uma nova Lei de Imprensa, já que a antiga, de 1967, foi considerada inconstitucional pelo STF – Supremo Tribunal Federal.Para Junji, é necessário usar todas as ferramentas possíveis para combater a violência contra os jornalistas que, segundo ele, é também um atentado à democracia brasileira. A existência de uma Imprensa livre diferencia o Brasil de povos reféns de governos autoritários e ditaduras. "Ainda que saibamos que nossa Imprensa não é infalível, temos de evitar, com todas as forças, que seja amordaçada por qualquer que seja o ato: medida governamental ou violência contra profissionais".

Chamado contra incoerências

Junji diz que desprezo do campo, guerra de classes dentro do setor, ignorância à natureza humana da evolução e desvalorização do capital humano inviabilizam sucesso do programa

"Enquanto perdurarem o desprezo do campo pela população urbana, as tarjas equivocadas que fomentam a guerra de classes dentro do setor agrícola, a ignorância à condição humana de evoluir e a desvalorização do capital humano em relação à força do dinheiro, não haverá chance de sucesso para ações como as do Plano Safra 2012/2013". Com esta declaração, o deputado federal Junji Abechamou a atenção para fatos que passavam despercebidos durante a audiência pública (05/06/12) realizada pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater as medidas contidas no programa federal.

O valor seminulo atribuído pelo cidadão urbano ao profissional do campo potencializa a desatenção do poder público com o setor agrícola, como indicou Junji, criticando a crescente desconsideração com os produtores rurais que trabalham para alimentar as cidades. A população urbana é maioria e, se mantiver a postura de desvalorizar a agricultura, os governantes adotarão igual procedimento, como alertou ele.

Ao falar da "guerra de classes" dentro do setor agrícola, Junji pregou que tanto o agricultor familiar, como o mini, o pequeno, o médio e o grande produtor pertencem à mesma categoria profissional. "Não existem vilões, nem mocinhos. Nem um nem outro é coitadinho ou ícone do imperialismo econômico. Todos se esforçam para produzir com qualidade e rentabilidade".

O protesto mais contundente de Junji foi quanto ao que ele classificou como castigo por evoluir. "Enquanto o cidadão é agricultor familiar, é tratado como coitadinho e recebe alguma atenção do poder público. Agora, se ele cresce e vira um míni produtor, é punido com o descaso total porque não existem políticas públicas para os mini e pequenos produtores", atacou, apontando que a situação contrasta com a natureza humana de buscar a evolução.

Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, Junji relatou que idealizou o colegiado para lutar por políticas públicas direcionadas aos produtores alijados de qualquer ajuda governamental. "Da forma como as políticas públicas para o setor são formuladas, os agricultores são estimulados a não avançar, ignorando o desejo humano de evoluir", alfinetou, ao lembrar que os grandes produtores já foram pequenos.

Ações têm "cacoetes conceituais"

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, ressaltou a liberação de R$ 22 bilhões para ações de apoio à agricultura familiar. Do total, R$ 18 bilhões correspondem ao crédito no âmbito do Plano Safra 2012/2013, R$ 1,2 bilhão serão destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos, R$ 1,1 bilhão vão para a compra de alimentos para escolas e R$ 542 milhões para a assistência técnica.

As ações ainda sofrem com "os efeitos práticos dos cacoetes conceituais", como definiu Junji apontando outras barreiras para o sucesso da iniciativa, como burocracia e regras excessivas para o acesso ao crédito agrícola, alto grau de endividamento dos produtores e falta de recursos para o seguro rural.

O seguro rural é uma garantia, principalmente para os pequenos agricultores, de que não haverá prejuízos em caso de perda da produção. Em outras palavras, é uma proteção do investimento feito pelo produtor, com ou sem financiamento. Neste ano, o governo federal aplicou cerca de R$ 174 milhões em seguro rural, uma redução superior a 30% em relação a 2011, quando o valor foi de R$ 253 milhões.

Dados do Ministério da Agricultura dão conta de que apenas 7,9% da área plantada no Brasil é beneficiada pelo seguro rural, criado em 2006. Atualmente o governo subvenciona de 30% a 70% do valor do seguro, dependendo da cultura. No caso do trigo, por exemplo, considerada de alto risco, os produtores recebem o percentual máximo. Significa que mais de 92% da produção nacional estão descobertas, como reclamou o deputado.

Junji insistiu que os sucessivos descasos com os míni e pequenos produtores rurais põem a perder o maior potencial econômico do País. "São os pequenos que respondem por metade da produção agropecuária nacional. E nossa expectativa é que os atuais agricultores familiares evoluam para mini, pequenos, médios e grandes produtores", pontuou, questionando: "Ou não deve ser assim? E o pequeno precisa estar fadado a não crescer?"

Luta pela devolução de dinheiro

Não bastasse o fato de os brasileiros arcarem com uma das maiores contas de luz do planeta, as concessionárias de energia elétrica se recusam a devolver aos consumidores os valores cobrados a mais por erro de cálculo das tarifas entre 2002 e 2009. Ao manifestar sua indignação, o deputado federal Junji Abe disse que a situação confirma a necessidade de assegurar o barateamento da eletricidade no País.

A cruzada pela redução das contas de luz é empreendida pela FPMDCEECT – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia, que tem o deputado César Hallum (PSD-TO) na presidência e Junji como vice-presidente. Ambos participaram da audiência pública (13/06/12), promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor.

> “Ao lado de membros da frente, Junji participa de audiência pública para defender ressarcimento dos consumidores que pagaram tarifas mais caras de luz por erro de cálculo

Na ocasião, Junji expressou total apoio ao PDC – Projeto de Decreto Legislativo 10/11 que obriga as concessionárias de energia elétrica a devolver aproximadamente R$ 7 bilhões cobrados indevidamente dos consumidores nas contas de luz entre 2002 e 2009. O montante foi apurado pela CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito das Tarifas de Energia, com base em auditoria do TCU –Tribunal de Contas da União.

“É mais uma prova de total descaso das concessionárias com os consumidores. Precisamos conseguir o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente e fazer mais: garantir o barateamento de 20% a 30% nos valores da conta de luz de pessoas físicas e empresas”, apregoou Junji, que integra as comissões mistas instaladas no Congresso para discutir as medidas provisórias (5.77/2012 e 579/2012) editadas pelo Planalto sobre a redução das contas de luz.

Na audiência, o diretor-geral da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hübner, explicou que as empresas se recusam a discutir a devolução, alegando que as regras partiram da estatal. “É a política da mão única em que prevalecem os interesses das concessionárias. Se fosse o inverso, o consumidor já teria pago. Ou estaria no escuro”, criticou Junji, ao lamentar que o assunto tenha de ser submetido à morosidade do Judiciário.

Preocupado com o desfecho do PDC 10/11, Junji conclamou os parlamentares a aprovarem a proposta com urgência. Ele também apelou pelo rápido trâmite e aval da Casa a dois projetos de Lei (3.172/2012 e 3.173/2012) de autoria da FPMDCEECT.

Distribuição gratuita de sacolas biodegradáveis

Na tribuna da Câmara, Junji classifica proibição como inútil, diz que consumidor tem direito a meios gratuitos para transportar compras e prega que foco deve ser a conscientização

Em pronunciamento na tribuna da Câmara, o deputado federal Junji Abe fez a veemente defesa do direito do consumidor de ter meios gratuitos para transportar suas compras. "Não basta simplesmente proibir a distribuição de sacolinhas e fazer o consumidor pagar por biodegradáveis ou retornáveis", criticou. Com a medida, apontou ele, "ganham apenas supermercadistas que transformaram a venda de ecobags e afins em fonte de renda".

A proibição é inútil para o meio ambiente porque todos os outros produtos continuam em embalagens, "com chamativas propagandas, feitas com tintas ambientalmente nocivas". Defendendo a distribuição gratuita de sacolas biodegradáveis para o transporte das compras, Junji disse que as classes de menor poder aquisitivo são penalizadas em dobro.

Além de ser obrigado a pagar por sacolas biodegradáveis para transportar suas compras, o consumidor, principalmente o de baixa renda, fica impedido de reutilizar as sacolinhas plásticas para acondicionar os resíduos domésticos.

Ao falar na tribuna (24/05/12), o deputado apontou que "o pecado original do Brasil na gestão dos resíduos sólidos é a utilização de aterros sanitários para disposição final dos detritos". Segundo ele, "enquanto não houver ações para substituir a prática de enterrar lixo por modelos de tecnologia limpa, associada à implantação efetiva da coleta seletiva e da reciclagem, continuaremos patinando em medidas paliativas de parcos resultados, com transferência de contas para a população e danos irreparáveis para as gerações futuras".

Junji evidenciou que o problema não são as sacolinhas, mas sim o descarte inadequado delas e de qualquer outro material. A prática do rejeito indevido causa o entupimento de bueiros, provocando enchentes, assim como a decomposição do plástico e de diversos recicláveis leva mais de cem anos. Esta constatação mostra que a proibição das sacolinhas é "inócua", sem a conscientização da população para separar lixo úmido (orgânico) do seco (reciclável), a devida coleta seletiva para reciclagem e a substituição dos aterros por modelos ambientalmente sustentáveis, como incineração e aproveitamento de resíduos para biomassa.

Por fim, Junji cobrou que as boas práticas ambientais envolvam todas as cadeias produtivas, desde a produção da matéria prima até a casa do consumidor, associadas a investimentos em educação ambiental, além do sepultamento dos aterros sanitários. "Só assim, começaremos, de fato, a cuidar do planeta. Sem hipocrisia, com justiça e em favor do povo".

Saúde e transportes concentram debate

Ao participar da 2ª reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Junji destaca importância de ações regionais

O atendimento regionalizado nas áreas de saúde e transportes concentraram as discussões na 2ª reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento da RMVale – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, realizada em maio (28/05/12), sob o comando do secretário estadual de Desenvolvimento Metropolitano, Edson Aparecido. "Estou aqui como ouvinte, como aprendiz. Nosso objetivo é fazer com que o encontro evolua com celeridade e tenha a praticidade esperada pela população", manifestou-se o deputado federal Junji Abe.

Contumaz defensor e entusiasta da criação da RMVale, o deputado foi bastante aplaudido pelo público de mais de 150 pessoas, formado por representantes das 39 cidades da Região onde vivem mais de 1,750 milhão de habitantes."É fundamental responder com eficiência e rapidez às complexas questões urbanas enfrentadas em todas essas localidades, geradoras de empregos e riquezas, e com alta densidade populacional", observou Junji.

Segundo o deputado, a meta é promover a cooperação articulada e integrada entre diferentes níveis de governo para otimizar o emprego dos recursos públicos e viabilizar o uso racional do território, dos recursos naturais e culturais, além de proteger o meio ambiente e reduzir as desigualdades regionais.

O secretário de Saúde, Giovanni Guido Cerri, destacou que as Câmaras Temáticas, a serem constituídas, tratarão de temas de interesse comum aos municípios da Região. Um dos assuntos em evidência serão os investimentos visando melhorias nas unidades de referência para assistência aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde.

De 2011 até 2014, a RMVale terá recebido investimentos superiores aR$ 1,076 bilhão nas áreas de infraestrutura, acessos e estradas, além da construção de viadutos para melhorar o fluxo de veículos, entre outras obras estruturais. A duplicação da Rodovia dos Tamoios figura entre as prioridades do governador Geraldo Alckmin para a Região.

Junji lembrou que as cidades abrangidas pela RMVale fazem parte da porção geográfica delineada como a Grande Região Metropolitana, que corresponde a menos de 1,5% do território nacional, mas abriga 2/3 dos 40 milhões de habitantes do Estado e responde por 65% do PIB – Produto Interno Bruto brasileiro. Compreende a Grande São Paulo, tem ao norte Campinas e adjacências, ao sul, a Baixada Santista, a oeste, Sorocaba e municípios vizinhos, e a leste, o Vale do Paraíba.

Prioridade para coletivos e ciclovias

Segundo Junji, políticos precisam agir com "pulso firme" para facilitar deslocamentos, principalmente nas regiões metropolitanas, com mais investimentos em transporte público

Não há como pensar em desenvolvimento sustentável dos municípios sem cuidar da infraestrutura de transportes, com prioridade para elevar a eficiência dos coletivos e multiplicar ciclovias. Esta é a avaliação do deputado federal Junji Abe, ao cobrar "pulso firme" dos políticos em todas as esferas para garantir a necessária mobilidade urbana, livrando a população da precariedade do transporte público e da inexistência de condições para o uso de bicicletas, que só agravam os congestionamentos nas grandes cidades.

As considerações de Junji foram feitas durante o Seminário Internacional Brasil-Estados Unidos sobre o tema "Transporte Público nas Regiões Metropolitanas: Planejamento, Governança e Financiamento".Promovido pela CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, o evento (13/06/12) destacou a experiência norte-americana no setor onde predomina o transporte individual com graves prejuízos para a qualidade de vida da população, fluidez do trânsito e para o meio ambiente.

"Estamos tardando na adoção de medidas para melhorar a mobilidade urbana, equacionando a oferta de transporte coletivo de qualidade e dando condições para o aumento do uso de bicicletas", advertiu Junji, ao lembrar que a população dos EUA representa 5% dos habitantes do planeta, mas consome 25% do petróleo e seus derivados gastos no mundo.

Os males enfrentados nas grandes cidades brasileiras sinalizam para o agravamento do caos no trânsito e da crescente perda da qualidade de vida, em função do descaso com a mobilidade urbana. "É preciso oferecer agilidade, praticidade e conforto no deslocamento de um ponto a outro para todos os segmentos sociais, incluindo portadores de deficiência", apregoou o parlamentar.

O Brasil vive o estágio em que cidades super-habitadas expandem-se nas regiões metropolitanas. Embora os empregos estejam concentrados no eixo central desses aglomerados, quem garante o sustento das cidades são os cerca de 70% da população de menos favorecidos, cada vez mais distantes dos polos de negócios e vitimados por transporte coletivo precário, como pontuou Junji.

Assim como os norte-americanos, observou Junji, os brasileiros das classes média e alta optam pelo transporte individual. "Por conta das sérias deficiências do transporte coletivo, da inexistência ou baixa oferta de ciclovias e das facilidades de comprar um carro, cada vez mais

gente se desloca com condução própria", completou ele, ao defender investimentos maciços e eficazes em mobilidade urbana.

Num cálculo simples, evidenciou Junji, os custos do tempo perdido em congestionamentos monstruosos somados aos da multiplicação de grandes áreas para estacionamentos, que poderiam ser direcionadas a iniciativas de maior alcance social, seriam suficientes para assegurar o aporte dos investimentos necessários para aperfeiçoar os serviços de ferrovias, metrôs e outros coletivos, além de ampliar as ciclovias.

Com um sistema ferroviário moderno e abrangente, completou Junji, os deslocamentos de cargas também deixariam de se concentrar nas rodovias. "Isto resultaria em agilidade, menos perdas e menores custos para os setores produtivos, ampliando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e reduzindo os preços no mercado interno".

Já a população passaria a optar pelo transporte coletivo se tivesse um serviço de qualidade. "Para trocar o uso do seu carro pelo coletivo ou pela bicicleta, o cidadão precisa sentir que compensa. Ou seja, saber que gastará bem menos e economizará tempo", comentou Junji. Endossando o raciocínio, os consultores norte-americanos relataram que a prioridade no país é o investimento em ciclovias.

Megaciclovia será realidade

Ex-prefeito de Mogi das Cruzes (2001-2008), na Grande São Paulo, Junji relatou que, em sua primeira gestão, começou a demarcar faixas para ciclistas, apesar da falta de espaço nos percursos mais movimentados. "No meu segundo mandato, já com um orçamento melhorado, comecei a planejar as ciclovias nas novas obras de vias públicas", contou.

Em plenária da Agenda Metropolitana, realizada em Mogi das Cruzes em março último (30/03/2012), Junji recebeu a boa notícia de que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) pretende concretizar um antigo sonho do ex-prefeito, engavetado por falta de recursos: a implantação de uma ciclovia para ligar os parques mogianos Leon Feffer, em Braz Cubas, e Centenário, em César de Souza, em dois extremos da Cidade.

Arquivo pessoal

Junji quer aprofundar discussão

Requerimento do deputado, aprovado na comissão especial que analisa o projeto da nova legislação, sugere a participação do professor Gustavo Diniz em audiência pública a ser agendada

Com o objetivo de ampliar e aprofundar a discussão sobre o projeto do novo Código Comercial (1572/2011), o deputado federal Junji Abe apresentou pedido para realização de nova audiência pública na comissão especial instalada para analisar a proposta. Aprovado em reunião (13/06/12), o requerimento (36/2012) prevê a participação do advogado Gustavo Saad Diniz, professor doutor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP – Universidade de São Paulo.

É o segundo especialista indicado por Junji para debater o projeto que institui a nova legislação sobre as relações empresariais entre pessoas jurídicas. A ideia de convidar Diniz para a próxima audiência, em data a ser definida, partiu da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Também foi a entidade que pediu a participação do deputado na comissão especial.

Vice-presidente da comissão especial, Junji explicou a importância de aprofundar a discussão sobre o conteúdo da legislação proposta. "Dado meu histórico como pequeno produtor, líder rural, associativista e cooperativista, dedico-me a assegurar que o novo Código Comercial reconheça a legitimidade das cooperativas no mundo contemporâneo".

O primeiro convidado sugerido por Junji foi Ricardo Hasson Sayeg que participou de audiência pública realizada em maio (16/05/12).Mestre e doutor em Direito Comercial, o especialista confirmou a necessidade de corrigir distorções na proposta do novo Código Comercial. Segundo ele, há conceitos equivocados que, se mantidos no texto final, ameaçarão a sobrevivência das cooperativas, assim como punirão os micro, pequenos e médios empreendedores.

De autoria do deputado Vicente Candido (PT-SP), o projeto agrega 670 artigos, divididos em cinco livros. O primeiro apresenta os conceitos gerais sobre empresa; o segundo aborda as sociedades empresariais; o terceiro regula as obrigações dos empresários; o quarto trata da crise do empreendimento; e o quinto abrange as disposições transitórias.

Junji enfatizou a importância dos debates com especialistas em torno do tema."Temos uma enorme responsabilidade com a sociedade brasileira e precisamos ampliar a discussão, tanto quanto possível, para não cometermos injustiças na avaliação do projeto", apregoou o deputado.

Na destinação do lixo

Deputado diz que iniciativa comprova eficiência do uso de tecnologia limpa na gestão dos resíduos sólidos e prega incentivos para conquistar adesão popular à coleta seletiva e reciclagem

A adesão popular à separação do lixo doméstico, associada à competência da coleta seletiva, ao fortalecimento da Educação Ambiental e ao incentivo à formação de organizações "bem azeitadas" de catadores são os pilares para o funcionamento de uma usina verde eficiente. A avaliação é do deputado federal Junji Abe que participou do encontro (25/05/12) promovido em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, para debater o Plano Regional de Gestão de Resíduos Sólidos e apresentar a proposta de instalação de uma central de incineração de resíduos sólidos e geração de energia no Alto Tietê.

Mogi é, segundo Junji, "palco de uma feliz coincidência entre dois projetos". De um lado, o convênio firmado com a Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão e a cidade-irmã japonesa de Toyama para o desenvolvimento da reciclagem, a partir da adesão popular à coleta seletiva, com a separação dos detritos orgânicos dos materiais recicláveis. De outro, o planejamento do governo estadual, por meio da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para instalar na Região uma usina de incineração e transformação em energia do lixo gerado na Cidade e nos municípios vizinhos de Biritiba Mirim, Salesópolis, Guararema e Arujá.

Conhecido por sua eficiência ambiental, técnica e energética, o modelo proposto pelo governo estadual vem ao encontro da substituição da prática arcaica de enterrar lixo por métodos de tecnologia limpa, tão apregoada por Junji. "É, sim, possível acabar com os ultrapassados aterros sanitários usados na disposição final dos resíduos, que massacram o meio ambiente, detonam de modo irremediável o solo ocupado, ameaçam a saúde pública e geram conflitos de vizinhança".

Feroz combatente da prática de enterrar lixo, Junji trava há décadas, desde que era prefeito de Mogi das Cruzes (2001-2008), uma batalha para impedir a instalação de um aterro sanitário na Cidade. Integrante do Movimento Aterro Não!, ele envolveu os órgãos federais na cruzada para inviabilizar o empreendimento que a empresa Queiroz Galvão insiste em construir no Distrito Industrial do Taboão.

Em maio último (22/05/12), Junji recebeu uma boa notícia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário proibiu a emissão de licença ambiental para o aterro sanitário que tende a promover conflitos de vizinhança entre as destinações do solo, porque compromete a sustentabilidade de um assentamento consolidado do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária existente no Taboão, nas proximidades da área pretendida pela Queiroz Galvão para o repudiado depósito.

Associada ao projeto de instalação de uma usina verde e ao convênio para o desenvolvimento da reciclagem em Mogi, a manifestação do Ministério afasta cada vez mais a possibilidade de concretização de um novo aterro sanitário na Cidade. "O modelo arcaico de enterrar lixo precisa acabar

em todo Brasil. Há tecnologias limpas e de fácil acesso para a gestão adequada dos resíduos sólidos", frisou Junji.

A área ocupada por um aterro não será recuperada para produção de alimentos por, no mínimo, 100 anos após sua desativação. Já o funcionamento de uma usina de incineração não lesa o terreno nem emite toxinas na atmosfera, porque dispõe de sistemas para impedir a emissão de poluentes acima dos níveis admitidos de acordo com os mais rígidos padrões do mundo, como pontuou Junji, acrescentando que a unidade ainda gera energia.

Modelo avançado gera energia

Trata-se de uma unidade a ser implantada em área de 40 mil metros quadrados (m^2), com capacidade para queima de 500 toneladas diárias de resíduos, com controle da qualidade dos gases e geração de energia capaz de abastecer uma cidade com 25 mil habitantes, descreveu o engenheiro Jean Cesari Negri, da Sabesp, para falar sobre o modelo de usina proposto para o consórcio de municípios do Alto Tietê, classificado por ele como um dos mais modernos do mundo. O empreendimento proposto enquadra-se nas Políticas Públicas Nacional, Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos, normatizadas por Lei Federal de 2010.

Junji reafirmou que o Brasil tarda em adotar tecnologias limpas na gestão dos resíduos sólidos. "Além de acabar com o problema de falta de espaço para deposição dos rejeitos, as usinas verdes permitem gerar energia e outros produtos, com a transformação dos detritos". Ao ressaltar a importância defomentar a "cultura do desperdício zero e aproveitamento máximo", ele invocou a filosofia de gestão dos resíduos sólidos domiciliares no Japão, que está calcada no processo denominado 3 R's – redução, reutilização e reciclagem.

Combate à contaminação com chumbo

Em indicação ao ministro da Saúde,Alexandre Padilha, Junji pede medidas para controlar o uso do chumbo e dos Riscos à saúde pública trazidos pelo metal

Baseado em trabalhos científicos realizados dentro e fora do Brasil, o deputado federal Junji Abe manifestou sua preocupação com os efeitos nocivos da contaminação por chumbo para a saúde pública e meio ambiente. Em indicação (INC 2957/2012) ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ele pediu a implantação de um programa interministerial para controlar o uso do metal e combater os riscos de intoxicação.

"Estudos atuais relacionam a contaminação por chumbo em crianças e adolescentes com comportamentos agressivos, delitos, atos de vandalismo e baixo desempenho escolar", alertou Junji, acrescentando que as ocorrências não se restringem aos trabalhadores que têm contato mais frequente com o metal.

A proposta de Junji abrange o desenvolvimento de um amplo programa interministerial e interfederativo de controle do uso do metal e da contaminação, com o envolvimento das áreas do meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, da agricultura, da indústria e comércio, além da saúde, entre outras.

O programa trará benefícios diretos à população, principalmente na prevenção de milhares de casos de doenças que agravam a já sobrecarregada rede pública de saúde. Entre as enfermidades que poderiam ser evitadas, ele cita perturbações da biossíntese da hemoglobina e anemia, aumento da pressão sanguínea, danos aos rins, abortos, alterações no sistema nervoso, danos ao cérebro, fadiga, dores de cabeça, perda de peso e constipação, diminuição da fertilidade do homem por causa de danos ao esperma, déficit da aprendizagem infantil e transtornos no comportamento de crianças e adolescentes – como agressão, impulsividade e hipersensibilidade.

Um trabalho abrangente para lidar com o problema inclui ganhos ambientais, com a redução dos níveis de contaminação da fauna, da flora e dos cursos d'água. Segundo Junji, informes de órgãos estaduais de preservação ambiental do Pantanal estimam que, numa temporada de pesca, cerca de 40 toneladas de chumbo se acumulem no fundo das águas pantaneiras. "Um pescador perde entre 150 a 300 gramas de peso desse metal pesado numa pescaria".

Comissão aprova parecer sobre Apacs

A CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o parecer do deputado federal Junji Abe para o projeto de Lei (1685/11) que autoriza a União a transferir recursos, a título de contribuições de capital, para as Apacs – Associações de Proteção e Assistência aos Condenados, por meio da celebração de convênios. Relator da matéria, o parlamentar manifestou-se a favor da proposta de autoria do deputado Eros Biondini (PTB-MG), opinião compartilhada pelos demais membros do colegiado técnico da Câmara.

A proposta será analisada pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Havendo consenso quanto ao parecer favorável em todas elas, o projeto será aprovado sem necessidade de apreciação no plenário da Câmara. Avalizado pela CSPCCO em maio (09/05/12), o manifesto de Junji levou em conta a "importância das Apacs no contexto do complexo sistema dos estabelecimentos penais no Brasil".

As Apacs são entidades sem fins lucrativos que surgiram com o objetivo de oferecer um novo modelo para a ressocialização de pessoas criminalmente condenadas. As tarefas do estabelecimento penal, incluindo a vigilância, ficam a cargo dos próprios prisioneiros e de voluntários."É uma experiência inovadora e interessante, uma vez que promove a prática dos princípios da legislação de execução penal de uma forma que envolve a sociedade e os próprios detentos. É uma forma de aumentar a participação e o compromisso dos apenados na sua ressocialização, o que os sistemas tradicionais não vêm conseguindo concretizar".

> "Relator do projeto de Lei que autoriza União a transferir recursos para associações de assistência a presos, Junji defende ampliação de vagas e oferta de serviços voltados à ressocialização

Em seu parecer, Junji apontou a necessidade de fortalecer a atuação das associações por meio do aporte de recursos públicos para construção e ampliação e reforma de imóveis empregados nas unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade, compra de material permanente, aquisição e instalação de equipamentos, assim como obras de adequação física necessárias ao funcionamento da aparelhagem.

Sob o ponto de vista da segurança pública, "é muito interessante que as medidas de ressocialização sejam diversificadas e que ofereçam condições de receber a quantidade de detentos que tenham o perfil para cumprir a sua pena nesse modelo", analisou Junji, evidenciando que a meta é viabilizar o repasse de recursos públicos às Apacs para ampliação de vagas e efetiva oferta dos serviços previstos na legislação.

Rapidez para corrigir injustiça

Em ofícios dirigidos aos governadores em todo País, Junji pede agilidade para garantir proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez

Preocupado com a demora da União, Distrito Federal, estados e municípios em garantir a concessão de proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente, constante da EMC – Emenda Constitucional 70, o deputado federal Junji Abe encaminhou ofícios a todos os governadores no País. Ele pediu colaboração geral no sentido de acelerar a aplicação da norma que visa "corrigir injustiça vigente há quase uma década".

Junji foi um ferrenho defensor da matéria, aprovada em dois turnos de votação na Câmara Federal como PEC – Proposta de Emenda à Constituição 270/2008, avalizada pelo Senado como PEC 05 e convertida na EMC 70 que foi promulgada em março último (29/03/12). Ele somou forças com representantes de movimentos populares na grande mobilização em defesa da medida. "Ocorre que, em vários estados, os procedimentos para regularizar a situação dos funcionários estão muito lentos", pontuou ele, ao informar que o prazo para a prática da norma era de 180 dias, contados da promulgação.

A nova legislação altera a redação do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 para conceder aposentadoria integral aos servidores públicos, aposentados por invalidez permanente, que tenham ingressado no serviço público até 23 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional 41, a última reforma da Previdência, assim como aqueles que venham a se aposentar pelo mesmo motivo.

De acordo com a EMC 70, o servidor que ingressou no setor público até 23 de dezembro de 2003 e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como previa a Lei 10.887/04, que disciplinou o tema. Também ficou garantida para essas aposentadorias a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões resultantes desses proventos.

Reiterando o argumento que norteou sua batalha em defesa da medida, Junji assinalou: "É desumano recusar ao servidor o direito de receber proventos integrais, com paridade de reajuste com os cargos da ativa, no momento em que ele mais precisa de dinheiro para seu tratamento de saúde". Ele lembrou que os aposentados por invalidez permanente dedicaram uma vida de trabalho ao serviço público, mas amargam crítica situação financeira por não terem acesso aos proventos integrais com paridade.

Cobrada solução para pendências

Em reunião na Secretaria da Fazenda, Junji pede conclusão da transferência da Companhia do Estado para a União visando abrir caminho para modernização do entreposto

O deputado federal Junji Abe espera ver solucionadas as pendências envolvendo a transferência da Ceagesp – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo para a União, encerrando o processo iniciado em 1997 quando o governo estadual repassou o complexo para amortizar a dívida paulista na esfera federal. O assunto foi tratado em audiência (05/04/12) na Secretaria de Estado da Fazenda.

"Sem oficializar a transferência, colocando um ponto final nos problemas que prejudicam ainda mais a já sucateada Companhia, não há como se pensar na modernização da Ceagesp e muito menos na viabilização de um megacomplexo de abastecimento, como defendemos", analisou Junji, referindo-se à necessidade de instalar um empreendimento moderno e bem estruturado, que atenda as necessidades das cadeias produtivas, garantindo melhores resultados a todos os elos da corrente – do produtor ao consumidor.

Junji foi informado de que o principal entrave para a conclusão do processo de transferência envolve a atribuição de responsabilidades quanto ao passivo trabalhista da Ceagesp. "Está difícil de acertar quem vai arcar com as dívidas trabalhistas – Estado ou União – e como isso será feito", ponderou.

Na ocasião da transferência do controle acionário da Ceagesp do Estado para a União, o complexo teve seu valor estimado em R$ 250 milhões. O presidente da Companhia, Mário Maurici de Lima Moraes, pediu a intervenção de Junji, entre os 70 parlamentares paulistas na Câmara, e do deputado estadual Jooji Hato (PMDB) junto à Secretaria da Fazenda, na expectativa de acelerar a resolução das pendências administrativas.

Os custos decorrentes de obrigações trabalhistas neutralizam a possibilidade de a Companhia investir em melhorias com recursos próprios. Dados da direção do complexo dão conta de que o fluxo de caixa mensal precisa cobrir aproximadamente R$ 60 mil em complementações dos proventos de aposentadoria e destinar algo em torno de R$ 100 mil para cumprir acordos judiciais a serem quitados no período estimado de 10 meses.

Os números refletem as despesas mensais da atualidade. Não incluem os valores já destinados pela Ceagesp para custear indenizações derivadas de processos trabalhistas. Estimativas preliminares dão conta de que, somente em 2012, os custos relativos à determinação judicial para complementação de pensões, aposentadorias, licenças-prêmios e outras obrigações trabalhistas dos ex-empregados do complexo já beiram R$ 15 milhões.

Resgate das cooperativas

Em audiência da Comissão de Agricultura, Junji diz que segmento de hortigranjeiros precisa voltar a contar com a eficácia do sistema para avançar e vencer gargalos na cadeia produtiva

Ao fazer um veemente discurso em defesa do cooperativismo, o deputado federal Junji Abe pregou a urgência do resgate de cooperativas que agasalhem o segmento de hortigranjeiros "para os produtores avançarem na atividade e vencerem os grandes gargalos existentes na cadeia produtiva". Ele falou sobre a importância do sistema durante audiência pública (17/04/12), realizada pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para debater o Ano Internacional das Cooperativas, comemorado em 2012, com apoio da ONU – Organização das Nações Unidas e participação do governo federal.

Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros e diretor sindical da Frencoop – Frente Parlamentar do Cooperativismo, Junji frisou que o grande inimigo dos cooperados são as turbulências na economia nacional. "Livres dos revezes econômicos, as cooperativas vão muito bem, obrigado", apontou, rememorando a escalada inflacionária dos anos 80 que exterminou potências do agronegócio, como a Cotia e a Sul Brasil.

Desde a quebradeira dessas cooperativas agrícolas, nenhuma outra surgiu para desenvolver funções de pesquisa, assistência técnica e comercialização – tanto na compra de insumos como na venda do produto final – dirigidas à produção de olerícolas, aves e ovos. "Com a união, é possível produzir mais, colher os frutos esperados e distribuir melhor os resultados", sintetizou.Junji definiu que o cooperativismo é mais que um sistema econômico, porque se propõe a fazer "uma reforma social" dentro do capitalismo.

Ao evidenciar que o conceito do sistema cooperativista vale para toda e qualquer atividade, Junji focou o setor agrícola para mostrar a importância das cooperativas."Só para falar o básico, dá para comprar insumos pagando menos, compartilhar experiências e conhecimentos para aperfeiçoar os métodos de plantio, aumentar a produtividade e escoar a produção com mais agilidade, menos perdas e melhores ganhos".

A cooperativa agrícola abrange os atores e respectivas atividades ligadas à agricultura. "Não é somente o cultivo, transporte e comercialização, mas todo o agronegócio, porque o cooperativismo é a alavanca capaz de igualar os pequenos aos grandes", argumenta, indicando o sistema como vital para o fortalecimento e expansão das cadeias produtivas abrangidas pela Pró-Horti.

Plataforma deve abranger todos os produtos

A PGA – Plataforma de Gestão Agropecuária inaugura um modelo de monitoramento que, num futuro próximo, deverá abranger todos os produtos agrícolas, possibilitando o fortalecimento do agronegócio com a adoção de políticas públicas direcionadas à solução dos problemas detectados. Quem avalia é o deputado federal Junji Abe.

Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, Junji participou do lançamento da PGA, em abril (18/04/12). O sistema informatizado, responsável pela unificação dos dados sobre o trânsito do gado no País e integração dos mecanismos de controle, incluindo o sanitário, foi entregue pela CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

> “Segundo Junji, sistema lançado pela CNA permite maior controle sobre movimentação de rebanhos e inaugura modelo que deve englobar demais itens agrícolas num futuro próximo

“Atualmente, só existem informações escassas e dispersas sobre as diferentes cadeias produtivas, o que prejudica o fortalecimento do setor”, observou Junji. Assinalando que a situação se repete com outros produtos agrícolas, ele apontou que a coleta e sistematização dos dados despontam como grande desafio a ser vencido para dimensionar os diversos segmentos. “Estamos iniciando com a carne, mas em breve, poderemos ter a alface e demais produtos produzidos no Brasil”, concordou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (PSD-TO).

A plataforma possibilitará maior controle sobre a movimentação dos rebanhos, compondo uma única base de dados que evita a duplicidade de informações. O sistema também viabiliza medidas de urgência para lidar com os chamados eventos sanitários, como febre aftosa. “Até então, ocorrências dessa natureza, praticamente, bloqueavam o mercado, em função das dificuldades de se identificar a origem do problema, assim como de tomar ações rápidas para resolvê-lo”, observou Junji.

Segundo o deputado, “o maior beneficiado com isso é o consumidor, que vai ter informações fidedignas em tempo real da procedência daquilo que compra”. A atualização do sistema será feita por todos os envolvidos no processo, como produtores, órgãos de fiscalização e laboratórios. A fiscalização ocorrerá por amostragem, com auditorias.

Governo estuda meios de ampliar qualificação

Em resposta à indicação de Junji, Ministério do Trabalho e Emprego informa que plano nacional poderá melhorar inserção profissional de portadores de deficiências severas

O governo federal discute ações para implantar um plano nacional que poderá ampliar as possibilidades de inserção profissional de pessoas com deficiência. A informação foi transmitida ao deputado federal Junji Abe, em resposta à indicação (INC 376/2011) apresentada por ele com o objetivo de propor a adoção de medidas de qualificação especializada para portadores de deficiências severas.

Dirigido ao Ministério do Trabalho e Emprego, o documento do parlamentar pedia a destinação de recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador para o treinamento profissional de portadores de deficiências severas visando sua inserção no mercado. Junji sugeria que a Pasta atuasse em parceria com o Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência visando a formulação de convênios com entidades especializadas no atendimento desse segmento social.

"Falo de portadores de deficiências severas. Ou seja, aqueles que o mercado de trabalho, em geral, não tem qualquer interesse de contratar por causa dos elevados custos de adaptação dos ambientes de trabalho ou mesmo do grau de comprometimento das habilidades motoras", explicou Junji, ao evidenciar o propósito de garantir o acesso dessas pessoas a programas de qualificação que as habilite a desempenhar melhor funções cotidianas e, consequentemente, ter uma atividade produtiva.

Junji destacou que acompanhará de perto a evolução do trabalho que também envolve o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria dos Direitos Humanos. Atualmente, os projetos de qualificação social e profissional preveem a reserva obrigatória de 10% das vagas para portadores de necessidades especiais. Entretanto, ponderou o deputado, "entendemos que o processo tem de abranger instituições especializadas e com experiência para proporcionar treinamento profissional adequado às pessoas com diferentes limitações".

As entidades conveniadas poderiam, inclusive, promover atividades esportivas, lúdicas e outras, completando o preparo adequado para que as pessoas com deficiência sejam "efetivamente inseridas" não apenas no mercado de trabalho, mas também no convívio social. Como os recursos do FAT têm natureza eminentemente social, observou Junji, "nada mais legítimo e inclusivo do que possibilitar que sejam carreados à qualificação profissional de portadores de deficiências severas".

Arquivo pessoal

Junji pede criação de agrovilas

Em indicação ao ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, deputado solicita medida para beneficiar trabalhadores rurais e agricultores, concretizando programa no campo

Para contemplar trabalhadores rurais e agricultores no Programa Minha Casa Minha Vida, o deputado federal Junji Abe apresentou uma indicação (INC 2.846/2012) ao ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. "É uma necessidade premente garantir que os profissionais do campo tenham acesso ao benefício", considera o parlamentar.

No documento, Junji pede ao ministro que a Pasta proporcione incentivos à criação de agrovilas. Embora o programa já contemple trabalhadores rurais e agricultores, observa ele, na prática, o benefício não chega ao campo em função de exigências como a necessidade de aquisição de terras por parte dos profissionais das lavouras.

"É uma injustiça que precisa ser corrigida pelo governo, garantindo, a quem vive no campo, condições semelhantes aos dos moradores de áreas urbanas no acesso à casa própria", defende Junji. As reivindicadas agrovilas consistem na implantação de núcleos habitacionais de casas térreas, com infraestrutura nas zonas rurais. O deputado ressalta ainda a importância da medida para combater o êxodo rural.

Açoes para conter tragédia anunciada

Junji roga medida imediata do Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário a fim de resguardar 1,5 mil famílias de produtores que vão confrontar Polícia para evitar despejos

Empenhado em evitar um conflito violento e sem precedentes na Região do Alto Tietê, o deputado federal Junji Abe apelou por ação emergencial do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para resguardar o bem-estar de 1,5 mil famílias de produtores rurais, no Distrito de Jundiapeba, em Mogi das Cruzes, que já anunciaram a disposição de resistir aos despejos, caso a Justiça determine a reintegração de posse reivindicada pela proprietária da área, Itaquareia Industria Extrativa de Minérios Ltda.

O deputado reiterou os sucessivos apelos, desde que era prefeito de Mogi das Cruzes (2001 a 2008), ao governo federal para que determine a imediata desapropriação e posterior repasse da área, dentro do programa de reforma agrária, aos agricultores. Em ofícios dirigidos ao presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, Junji relatou o risco iminente de conflitos entre a força policial e os produtores que, há décadas, cultivam hortaliças no local.

"Não podemos admitir que se repitam em Mogi das Cruzes tragédias como a do Pinheirinho (em São José dos Campos)", vociferou Junji. "Essas famílias só precisam que o governo lhes garanta o direito de continuar produzindo. Falo de gente trabalhadora, que planta para alimentar a Nação", completou, ao lembrar que o Incra já manifestou parecer favorável quanto à desapropriação da área para fins de reforma agrária.

Ao contrário do que ocorre em outros pontos do País, onde o governo distribui terras para quem jamais lidou com agricultura, a intervenção federal na área mogiana contemplaria legítimos produtores rurais que conhecem e desenvolvem a atividade com eficiência, sem risco de êxodo, como argumentou Junji. O parlamentar foi alertado sobre a movimentação da Itaquareia para acelerar o trâmite das ações de despejo e reintegração de posse, movidas contra os chacareiros, pelo advogado da União das Associações Pró-Moradia Digna, Trabalho e Meio Ambiente de Mogi das Cruzes, Carlos Alberto Zambotto.

Até então, contou Junji, havia perspectiva de a proprietária da área concordar com uma solução amigável para o processo, recebendo a indenização pela expropriação sem forçar a desocupação. "Pelo que nos informou Zambotto, a Itaquareia fechou as portas para um acordo. Resta-nos, portanto, insistir com o governo federal para que acelere o processo de desapropriação", afirmou o deputado.

Chacareiros vivem décadas de sofrimento

O drama dos chacareiros de Jundiapeba arrasta-se há 20 anos, desde que a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo deixou de renovar o contrato com os produtores, que eram arrendatários das terras vendidas à Itaquareia em 2005. Com a medida reivindicada ao governo, os agricultores teriam a garantia de permanência no local. O processo consiste na incorporação da área ao patrimônio do Incra e sua consequente destinação aos chacareiros para que mantenham a atividade agrícola.

O sinal para uma transição pacífica do processo ocorreu em novembro último (16/11/11), em audiência no Incra, intermediada por Junji. O coordenador de Obtenção de Terras do órgão, Emerson Luís Schimidt, confirmou ao advogado da Itaquareia, Nilson Santos de Godoy, a existência de mecanismos para viabilizar a desapropriação da área, apesar de as escrituras do imóvel ainda estarem em nome da proprietária anterior, Santa Casa.

O advogado da Itaquareia disse que a empresa só aceitaria o acordo se recebesse o valor da desapropriação com atualização monetária e em espécie. O executivo do Incra explicou que a avaliação constante no processo não poderia sofrer majoração e sugeriu à empresa que concordasse com o encaminhamento, porque, mesmo sem correção monetária, a indenização seria muito superior ao custo de aquisição do terreno.

A sequência do processo de desapropriação dependia de um documento, reconhecido em cartório, em que a empresa confirmasse ter a propriedade da área, concordasse com os critérios do governo federal para a indenização e abdicasse de qualquer reclamação posterior junto à Justiça. Tanto Zambotto quanto o vice-presidente da Aprojur – Associação dos Produtores Rurais de Jundiapeba, Josemir Barbosa de Moraes, presentes á reunião, manifestaram a disposição dos chacareiros de apresentar plena resistência aos despejos.

Coube a Junji propor um acordo. De um lado, Zambotto e Moraes cuidariam de pedir tranquilidade aos chacareiros para o avanço do processo. De outro, o advogado da Itaquareia levaria à diretoria da empresa o apelo para que acionasse o Fórum Distrital de Braz Cubas solicitando a suspensão temporária de todas as ações de despejo, com o compromisso do parlamentar de empreender esforços junto ao governo Dilma para acelerar a desapropriação.

"Infelizmente, os procedimentos para a desapropriação da área estão demorando demais. Até por envolver o desembolso financeiro por parte do governo", lamentou Junji, frisando a urgência de providências imediatas dos órgãos competentes.

Em 2008, quando exercia sua segunda gestão como prefeito de Mogi das Cruzes, Junji intermediou, junto ao juiz responsável pelo caso no Fórum de Braz Cubas, uma trégua na emissão das ordens de despejo até a conclusão da desapropriação e caracterização da área no programa de reforma agrária. Entretanto, o magistrado foi substituído por outros que, por desconhecerem o processo, passaram a determinar desocupações.

Projeto criminaliza clandestinos

Junji pede inclusão, na pauta da Ordem do Dia, da proposta que prevê detenção de três a seis meses para quem conduzir escolares sem portar autorização prevista em lei

Para apressar a votação, em plenário, do projeto de Lei (8.41/2007), o deputado federal Junji Abe apresentou à Mesa Diretora da Câmara o requerimento (4.879/2012) de inclusão da proposta na pauta da Ordem do Dia. Com a medida, o parlamentar pretende acelerar a análise da proposição, que institui pena de detenção, de três a seis meses, ou multa, para quem executar transporte escolar clandestino.

Segundo Junji, a legislação atual caracteriza o transporte escolar clandestino como infração administrativa grave. "Quem é flagrado conduzindo alunos sem a devida autorização legal, sofre como penalidade uma multa e a apreensão do veículo", explicou, ao defender punição mais rigorosa para o infrator considerando a necessidade de proteger os escolares, coibindo a prática ilegal.

De autoria do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), o projeto já passou por dois colegiados permanentes da Casa e está pronto para entrar em votação. Recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Viação e Transportes. Nesta última, a relatoria avalizou a proposta, apresentando um substitutivo que não altera o teor da proposição. Apenas ajusta o formato da legislação defendida.

Recursos estaduais para a saúde

Junji apela ao governo do Estado para obter liberação de R$ 650 mil em benefício das Santas Casas de Mogi das Cruzes e de Salesópolis e da rede básica de Itaquaquecetuba

Com o objetivo de aliviar o caos que toma conta da rede pública de saúde, o deputado federal Junji Abe reforçou os pedidos ao governo do Estado para liberação de R$ 650 mil destinados a investimentos em Mogi das Cruzes, Salesópolis e Itaquaquecetuba, no Alto Tietê. Os recursos são referentes a indicações do parlamentar, feitas em 2011 e reapresentadas neste ano.

Para reiterar a importância dos repasses financeiros, Junji esteve no Palácio dos Bandeirantes. Ele apresentou à subsecretária de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Rosmary Corrêa, as razões que motivaram os apelos ao Estado. "Nem é preciso dizer o quanto as Santas Casas em todo País enfrentam graves dificuldades financeiras para manter o atendimento aos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde), assim como as prefeituras com orçamento reduzido carecem de recursos para investir na rede básica", ponderou.

Do valor total solicitado por Junji, R$ 300 mil destinam-se à Santa Casa de Mogi das Cruzes. A verba será empregada na reforma e adequação da cabine de força, adequando o abastecimento de energia elétrica na unidade. Outros R$ 250 mil visam contemplar a instituição localizada em Salesópolis que precisa de melhorias em infraestrutura. Já a quantia de R$ 100 mil é requisitada para o sistema municipal de saúde de Itaquaquecetuba que prescinde de um veículo adaptado para cadeirantes.

A ex-deputada estadual, conhecida como delegada Rose, mostrou-se sensível ao pleito de Junji. "Estamos confiantes na perspectiva de autorização do governo estadual para liberação dos recursos até o final deste mês de maio", disse o deputado, assinalando que as verbas contribuem para viabilizar medidas emergenciais para a saúde nas três cidades.

Em abril último, Junji já havia conseguido do Estado a liberação de R$ 200 mil para a Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, também no Alto Tietê, comprar mobiliário e equipamento destinados ao Hospital Municipal. O benefício resultou de uma indicação do deputado, acolhida pelo governo. Se forem autorizados, os recursos solicitados para Mogi, Salesópolis e Itaquá também serão liberados pela Secretaria Estadual de Saúde após a formalização de convênios com as cidades, que se encarregarão de fazer os repasses. "Evidente que um avanço mais significativo na qualidade da saúde pública depende de um conjunto de políticas públicas a ser implementado em nível nacional", ponderou ele.

AME amplia capacidade da rede pública

Junji destaca importância do Ambulatório Médico de Especialidades, inaugurado em Mogi das Cruzes, para dar continuidade às ações, iniciadas por ele na Cidade, para melhorar atendimento

Reconhecido como executor das ações que revolucionaram a saúde pública em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, o ex-prefeito e atual deputado federal Junji Abe participou da entrega oficial do AME – Ambulatório Médico de Especialidades na Cidade pelo Estado. "Felizmente, concretizamos, agora, este importante investimento que é fruto de um intenso trabalho iniciado pelo Junji, desde sua primeira gestão na Prefeitura", confirmou o governador Geraldo Alckmin (PSDB), com o endosso do atual chefe do Executivo mogiano, Marco Bertaiolli (PSD).

Com capacidade para oferecer consultas em 13 especialidades médicas, o AME garante atendimento em cirurgia geral/gastroenterologia, pequenas cirurgias, cirurgia vascular, ortopedia e oftalmologia, além de realizar exames de apoio diagnóstico, como ultrassonografia, mamografia e endoscopia, entre outros serviços como fisioterapia e fonoaudiologia. O ambulatório deverá passar a funcionar com capacidade plena, o que significam 3.450 consultas médicas, 1.700 consultas não-médicas, 500 exames de apoio diagnóstico e 80 pequenas cirurgias por mês.

O deputado disse que o AME entra em funcionamento num "momento oportuno, quando a saúde pública registra uma demanda muito acima da sua capacidade". A estrutura permitirá "aliviar um pouco a dramática demora nos atendimentos" aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde. "Foi projetada para atender em situação intermediária, entre os casos destinados a postos de saúde e aqueles que precisam ser tratados em hospitais", definiu, na inauguração (30/03/12).

Junji foi o idealizador de um conjunto de equipamentos públicos que alavancaram a guinada na qualidade de vida da população. Destaca-se a rede de prós, caracterizada pela implantação de unidades para atendimento especializado a segmentos sociais específicos. Assim, surgiram as clínicas especializadas para o público feminino (Pró-Mulher), para crianças (Pró-Criança) e para os veteranos (Pró-Hiper), além do ProMeg, que consiste na distribuição gratuita de medicamentos em todas as unidades básicas, e do Pró-Parto (rebatizado pela atual administração como Mãe Mogiana) para atendimento à gestante e incentivo ao parto natural.

Sem prazo para atenção em genética

Junji reclama da resposta dada pela, coordenação técnica do Ministério, que diz não ter previsão para começar a prestar atendimento aos portadores de doenças genéticas, pacientes do SUS

A resposta do Ministério da Saúde ao requerimento (RIC 1813/2012) de sua autoria não agradou o deputado federal Junji Abe que manifestou disposição de manter a cobrança pelo atendimento aos portadores de doenças genéticas na rede pública. No documento recebido pelo parlamentar, a CGMAC – Coordenação Geral da Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, vinculada à Pasta, informa que os procedimentos estão em curso e detalha aspectos técnicos, mas não apresenta prazo para o início da prestação dos serviços.

"Quanto tempo mais as pessoas que sofrem com doenças genéticas terão de esperar para ter acesso a exames para diagnóstico e tratamento pela rede pública de saúde?", questionou Junji, depois de receber, em abril (24/04/12), a resposta do Ministério.Ao frisar a existência de uma portaria (81/2009) que institui, no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, o deputado criticou a demora na regulamentação da assistência.

Segundo Junji, já se passaram quase 4 anos desde a publicação da portaria, em 21 de janeiro de 2009, no Diário Oficial da União. Ocorre que a regulamentação pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério "caminha a passos de tartaruga". A nota técnica da CGMAC diz que a intenção é organizar uma linha de cuidados integrais, envolvendo promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, como consta no documento. Assim, os diferentes níveis de atenção seriam garantidos por equipe multiprofissional, com atuação interdisciplinar, para "possibilitar a identificação dos determinantes e condicionantes dos principais problemas de saúde relacionados às anomalias congênitas e doenças geneticamente determinadas". O cronograma não é informado.

Em que pesem os cuidados técnicos para eficiência do atendimento a ser prestado aos pacientes do SUS, ponderou Junji, "nada justifica a inexistência de prazo para a oferta de um benefício que deveria ter sido regulamentado há muito tempo". O deputado voltou a cobrar do Ministério da Saúde uma "resposta clara" para o terceiro item de seu requerimento: a previsão de quando será publicada a portaria que regulamentará o funcionamento dos serviços de genética.

Alunos participam de estágio-visita

Ao longo de uma semana, estudantes indicados por Junji conhecem o funcionamento da Câmara, trabalhos nas comissões permanentes e forma de atuação de seus representantes

Para incentivar a participação democrática e o exercício da cidadania, a Câmara realiza anualmente o Programa Estágio-Visita de Curta Duração. Os dois alunos indicados pelo deputado federal Junji Abe concluíram sua incursão na edição 2012 do projeto. "Infelizmente, há pouquíssimas vagas, o que nos permite pleitear a aceitação de apenas dois estudantes por ano", observou o parlamentar.

Juliana da Silva Cesar, aluna do 10º semestre de Economia, e Gabriel de Souza Talasso, que cursa o 5º semestre de Relações Internacionais, ambos da Facamp – Faculdades de Campinas, foram contemplados para integrar o programa, com o respaldo de Junji. O deputado esclareceu que a escolha obedeceu a ordem de solicitações recebidas em seu gabinete.

Moradora de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba, Juliana contou que soube do programa por meio de colegas da faculdade. "Fiquei interessada, resolvi me candidatar e, felizmente, fui indicada pelo deputado Junji". Talasso, paulista de São João da Boa Vista, também procurou o gabinete do parlamentar, em função de experiências narradas por amigos que participaram do projeto.

Ao longo de uma semana, os universitários tiveram a oportunidade de conhecer como funciona a Câmara, acompanhar votações em plenário, assistir aos trabalhos nas comissões permanentes da Casa e conferir a forma de atuação de seus representantes em Brasília. Juliana e Talasso participaram do programa no período de 25 a 31 de março último.

Os alunos indicados e selecionados para participar do Programa Estágio Visita tem hospedagem gratuita no período de realização das atividades, das 12 horas de domingo ao meio dia do sábado. A Câmara dos Deputados proporciona as acomodações por meio de convênio com a Enap – Escola Nacional de Administração Pública. Nos dias úteis, os universitários também recebem café da manhã, almoço e jantar.

Junji informa que só poderá fazer novas indicações para o programa em 2013. Ele orienta os interessados a fazerem contato com seu gabinete em Brasília, pelo telefone (61) 3215-5340 ou pelo e-mail dep.junjiabe@camara.leg.br, para obterem mais informações.Segundo o deputado, o indicado poderá integrar o projeto uma única vez.

Junji: "Show de conceito metropolitano"

É como o deputado define a plenária que transferiu a sede do governo paulista para Mogi das Cruzes, onde Geraldo Alckmin anunciou mais de R$ 9 bilhões em benfeitorias no Alto Tietê

"Um show de conceito metropolitano". A frase do deputado federal Junji Abe define a plenária da Agenda Metropolitana, realizada em Mogi das Cruzes para onde o governador Geraldo Alckmin (PSDB) transferiu a sede do governo paulista, com o objetivo de anunciar mais de R$ 9 bilhões em investimentos no Alto Tietê. O montante contemplará 11 cidades da Região onde vivem cerca de 2,8 milhões de habitantes.

Além de Mogi, serão beneficiados Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano. O governador explicou que o evento (30/03/12) permitiu a discussão das ações do Estado para os próximos anos. Os recursos serão aplicados em saúde, educação, saneamento, habitação, transportes e infraestrutura urbana, entre outros setores.

De acordo com Junji, "ninguém conhece melhor os problemas e as alternativas de soluções do que as lideranças municipais". Ao definir a agenda metropolitana, o governador deu voz às cidades. "Isto coloca o Estado, mais uma vez, na posição de vanguarda nacional em eficiência na gestão administrativa", avaliou, lembrando que o Brasil ainda sofre prejuízos pela falta de políticas públicas capazes de contemplar a integração regional.

Dos planos anunciados, Junji pinçou o que, segundo ele, será uma referência mundial em preservação do meio ambiente associada à oferta de lazer e educação ambiental. Trata-se da criação dos Parques Lineares ao longo da APA – Área de Proteção Ambiental do Rio Tietê. Financiado com capital externo, o projeto está orçado na casa dos R$ 13 bilhões para execução em três fases: do Parque Ecológico, na Capital, a Itaquaquecetuba, de lá até Suzano e, por fim, daquele município até a nascente do Tietê, em Salesópolis.

A ideia é instalar, às margens do Rio, parques dotados de infraestrutura de lazer e recreação. "Assim, a população assume seu papel de parceira na preservação ambiental", apostou o deputado com base em experiência própria. Ele encerrou dois mandatos como prefeito de Mogi (2001 a 2008), tendo implantado os parques Leon Feffer e Centenário da Imigração Japonesa, ambos na APA e apoiados nos pilares de proteção ambiental e lazer.

Planos beneficiam 11 cidades

Junji assinala que os investimentos anunciados pelo governador Geraldo Alckmin contemplam diversas áreas dos municípios do Alto Tietê

As rodovias do Alto Tietê receberão R$ 544,9 milhões em investimentos provenientes da Secretaria de Estado de Logística e Transporte. Do total, R$ 335,2 milhões sairão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem e o restante da Artesp – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. A ampliação e duplicação do trecho de Guarulhos da Rodovia Ayrton Senna (SP 70), melhorias na malha rodoviária da Região, além da construção da eclusa na Barragem da Penha, em São Paulo, integram o conjunto de benefícios para 11 cidades, anunciados pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) em plenária (30/03/12) da Agenda Metropolitana, em Mogi das Cruzes.

O deputado federal Junji Abe disse que outro importante investimento definido para a Região é a autorização de R$ 30 milhões para o prolongamento da avenida Guilherme Giorgi. Será uma alternativa de tráfego à já saturada Rodovia SP-66 para os motoristas que se deslocam entre Mogi e Suzano. “Consegui recapear a via, desde a estação ferroviária de Jundiapeba até a ponte que construí, na conexão com a Jorge Bei Maluf, em Suzano, mas não deu para fazer a ligação total”, observou ele que governou Mogi de 2001 a 2008.

Os recursos possibilitarão a abertura de um novo trecho da Guilherme Giorgi, entre Jundiapeba e a Perimetral, em Braz Cubas, com traçado paralelo à linha férrea. Também foi atendido pedido de liberação de R$ 15 milhões para manutenção e conservação da Perimetral, via que dá acesso à ligação para o litoral, recebendo grande volume de tráfego de todo Alto Tietê, da Capital e de outras cidades paulistas.

Foram confirmadas melhorias nas linhas da CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e da EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos que servem ao Alto Tietê. O investimento de R$ 3,8 milhões prevê a modernização de três estações ferroviárias – Ferraz de Vasconcelos, Suzano e Poá –e a assinatura de contratos de outras três –Antonio Gianetti Neto, central de Mogi das Cruzes e Estudantes. Nove trens novos serão entregues à linha 11-Coral (Expresso Leste), que chegará até Suzano em 2014.

CASAS POPULARES

O setor habitacional do Alto Tietê será contemplado com investimentos de R$ 381,4 milhões. A CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano começou a construir 1.206 casas, beneficiando Biritiba Mirim, Itaquaquecetuba, Santa Isabel e Guarulhos. Essas obras consumirão R$ 167 milhões. Também estão previstas mais 1.885 moradias em Guarulhos, avaliadas em R$ 151,4 milhões. O Estado erguerá outras 3.148 unidades em Arujá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Suzano, por meio doPrograma Casa Paulista, que objetiva ampliar a oferta de moradias e articular a captação de recursos para o segmento habitacional. Do montante de R$ 267 milhões, R$ 63 milhões virão do governo estadual, enquanto a União bancará R$ 204 milhões.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

A construção de escolas em Biritiba Mirim, Guararema, Guarulhos e Itaquaquecetuba abrirá mais de 10 mil vagas no sistema público de ensino. Além da expansão da rede física, o investimento deR$ 91,12 milhões inclui reformas e adequações em 64 estabelecimentos da Região, criação de 4,2 mil vagas no ensino médio técnico e repasse de ônibus para atender estudantes que residem em áreas rurais de Biritiba Mirim, Guararema e Santa Isabel. Cada município receberá um veículo. O governo paulista também firmará convênio com cidades da Região para a implantação do Creche Escola, lançado em setembro de 2011, com a finalidade de ampliar o atendimento de crianças na educação infantil, residentes, prioritariamente, em localidades de maior vulnerabilidade social.

Na área da saúde, serão investidos de R$ 11,5 milhões para adotar o padrão do Icesp – Instituto do Câncer do Estado de São Paulo em dois novos centros de referência em oncologia na Região do Alto Tietê: um no Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, em Mogi das Cruzes, e outro no Hospital Geral de Guarulhos.

INCENTIVO AO TURISMO

Poá receberá R$ 7,9 milhões para desenvolver a terceira fase da construção do prédio do balneário, enquanto Salesópolis será beneficiada com R$ 1,9 milhão para revitalização de equipamentos públicos. Os investimentos, que somam R$ 9,86 milhões, visam incentivar o turismo. Guarulhos receberá doação de uma área de 27,8 mil metros quadrados para implantação de uma central turística.

Estado libera recursos para infraestrutura

A pedido de Junji, Secretaria de Planejamento repassará R$ 200 mil à Prefeitura para execução de obras urbanas, como pavimentação e implantação de guias e sarjetas, entre outros serviços

O município de Natividade da Serra, no Vale do Paraíba, receberá recursos de R$ 200 mil para investimentos em infraestrutura urbana. A liberação da verba resulta da acolhida do governo do Estado à indicação apresentada pelo deputado federal Junji Abe. De acordo com o parlamentar, os recursos virão da Secretaria Estadual de Planejamento. Deverão ser aplicados em obras urbanas, que englobam reurbanização, pavimentação, recapeamento asfáltico, drenagem de águas pluviais, abertura de vias e implantação de guias e sarjetas, entre outros serviços.

Também do governo estadual, Junji já havia conseguido a liberação de R$ 200 mil para aPrefeitura da Estância Hidromineral de Poá, no Alto Tietê. A verba destina-se à compra demobiliário e equipamento para o Hospital Municipal. Os recursos serão liberados pela Secretaria Estadual de Saúde após a formalização de convênio com o município.

O maior aporte de recursos financeiros do governo do Estado, solicitado por Junji para municípios paulistas, contempla entidades de assistência social. Ao todo, vêm sendo destinados R$ 1,090 milhão a 19 instituições que funcionam em nove cidades As verbas possibilitam aquisições de veículos, equipamentos e mobiliários, de acordo com as necessidades das organizações.

Do governo federal, emendas de autoria de Junji à LOA – Lei Orçamentária Anual 2012, todas aprovadas pela Presidência da República, contemplam dezenas de municípios paulistas com repasses financeiros para investimentos em setores essenciais como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento agrário.

“São recursos que contribuem para melhorar um pouco a capacidade de investimento das cidades. Em especial, daquelas com orçamento reduzido, considerando a injusta distribuição do bolo arrecadado no País entre os entes da Federação”, observou Junji, ao assinalar que a União fica com cerca de 65% da arrecadação, enquanto os Estados recebem de 20% a 25%e os municípios sofrem com a menor fatia – de 10% a 15%. O deputado defende a reforma do pacto federativo para elevar o percentual da receita arrecadada destinado às cidades.

Em análise: construção de câmaras frias

Medida do Estado atende pedido de Junji que defende equipamentos para uso comum de micro e pequenos fruticultores, visando retardar amadurecimento de frutas para equacionar oferta

O governo estadual estuda a possibilidade de incluir no Programa Microbacias II a construção de câmaras frias para uso comum de grupos de micro e pequenos fruticultores paulistas. A medida responde ao pedido do deputado federal Junji Abe, apresentado à secretária de Estado de Agricultura e Abastecimento, Mônika Bergamaschi.

Segundo Junji, o resfriamento permite retardar o amadurecimento das frutas para ampliar o período de abastecimento de determinados itens, evitando a oferta excessiva no mercado, concentrada nos respectivos picos de safra, e a inexistência dos produtos nos demais meses. "Ganha o produtor que não perderá parte de sua produção nem terá de vendê-la por preços ínfimos; ganha o consumidor que passa a ter mais tempo para comprar, com qualidade preservada", argumentou.

Para disponibilizar o equipamento aos fruticultores, a secretária pediu a Junji uma radiografia da demanda por câmaras frias nas principais regiões produtoras. O objetivo é apurar as localidades onde existe a carência e dimensionar as necessidades para definir quantas unidades precisariam ser implantadas para o adequado armazenamento da produção do maior número de fruticultores.

O recurso também favorecerá os trabalhadores rurais. Em vez de contratar pessoal por dois meses para colheita e escoamento da produção, justificou o deputado, o fruticultor poderá incorporar mão de obra ao seu quadro de funcionários, com os benefícios de contar com profissionais treinados para as diferentes tarefas na propriedade.

Uva, nêspera, atemoia, caqui, ameixa Carmesim e até a lichia figuram entre as frutas que poderiam ser armazenadas em câmaras frias. Segundo Junji, o resfriamento permite alongar a oferta desses itens, evitando que o volume total da colheita nos picos de safra restrinja o abastecimento a poucas semanas e inviabilize os ganhos do produtor em função dos preços muito baixos. A ideia de ampliar o uso de câmaras frias na fruticultura foi trazida ao deputado pelo engenheiro agrônomo Oswaldo Yamato Takaki que, por muitos anos, atuou como consultor na área de agronegócio.

País está na rota de mercado negro de mudas

Alerta é de Junji ao afirmar que não há nem haverá, em curto espaço de tempo, plantaspara cobrir extensão das áreas de recomposição florestal obrigatória e preços serão exorbitantes

Se o projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP 571/2012), que altera o novo Código Florestal (12.651/2012), já impunha exigências impraticáveis aos míni e pequenos produtores rurais, os vetos da presidente Dilma Rousseff (PT) à proposta, aprovada pelo Congresso, colocaram o País na rota de um "mercado negro de mudas". O alerta é do deputado federal Junji Abe, ao falar sobre a obrigatoriedade de recomposição florestal no entorno de cursos d'água que, segundo cálculos preliminares, deverá corresponder à área de 12 milhões de hectares ou 120 bilhões de metros quadrados (m^2).

"Nem o Instituto Florestal, um dos mais importantes produtores de sementes e mudas florestais de espécies nativas e exóticas, tem capacidade para suprir a demanda projetada", observou Junji, assinalando que, sequer, as grandes empresas de reflorestamento artificial dariam conta de fornecer pinus e eucaliptos para cobrir uma extensão tão grande. "O que dizer, então, da recomposição com plantas nativas?", questionou.

As gerações de produtores rurais da atualidade serão forçadas a arcar com os ônus do desmatamento efetivado, até por incentivo do poder público, ao longo dos 500 anos de história do Brasil, como classificou Junji. E arrematou: "Isto é sepultar vivos os míni e pequenos, além de sentenciar os médios ao abandono da atividade e de diminuir drasticamente a produção dos grandes".

Na visão do deputado, o cenário que se materializa para o agronegócio brasileiro fomentará o surgimento de meios ilícitos para a recomposição florestal. "A busca desenfreada por mudas de plantas nativas para atender a legislação tende a elevar os preços à estratosfera, instalando o mercado negro como única alternativa aos produtores sobreviventes". O processo, lembrou ele, implicará ainda uma corrida contra o tempo, por conta dos prazos estabelecidos no CAR – Cadastro Ambiental Rural que determina as normas dos PRAs – Programas de Regulamentação Ambiental.

Já antevendo o risco do mercado negro de mudas, Junji defendeu, sem sucesso, a inserção de uma emenda ao texto. Ele propunha que o reflorestamento obrigatório pudesse ser concretizado por recomposição natural ou com plantas exóticas, no caso de pequenas propriedades – até dois

módulos fiscais (MFs). A ideia era evitar o maciço êxodo rural ocasionado pela dupla obrigatoriedade imposta pela legislação. Ou seja, a desocupação de porção cultivável no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, de lagos e lagoas naturais, de veredas e de rios ou outros cursos d'água, com a consequente redução do território cultivado, da produção e do faturamento, associada à necessidade de capital para prover a exigida recuperação florestal.

Sem o respaldo da maioria dos deputados, que desconhecem a realidade dos pequenos produtores, a emenda de Junji não vingou. No texto do projeto de lei de conversão, os parlamentares enxertaram a possibilidade de a recomposição ser feita com árvores frutíferas e plantas exóticas, além de dispensarem o procedimento de autorização prévia nos órgãos competentes. "Embora o uso de espécies frutíferas sofressem limitações, como a inviabilidade para aquelas de raízes mais profundas, era uma tentativa de otimizar o aproveitamento econômico da propriedade", explicou. A presidente vetou os dois ajustes.

Com os vetos, os produtores serão forçados a recuperar APPs – Áreas de Proteção Permanente com mudas nativas. Foi mantida a possibilidade de plantio intercalado de espécies exóticas com nativas em até metade da área a ser recomposta. Mas, a prática ficará à mercê da burocracia, porque os pedidos de autorização exigem uma série de documentos e tem procedimento moroso nos órgãos ambientais que não dispõem de estrutura para atender a demanda. "Considerando os prazos e a incidência de pesadas multas para quem não fizer a recomposição, os agricultores terão de correr atrás de plantas nativas, pagando os preços do mercado negro", protestou Junji.

Veta 9 pontos

Entre os nove pontos vetados, está a diminuição dos limites obrigatórios de proteção às margens de rios em médias propriedades. Segundo o texto aprovado pelos parlamentares, em imóveis com áreas superiores a quatro e até 15 módulos fiscais, as margens de cursos d'água de até 10 metros seriam preservadas em 15 metros. Com o veto e as regras fixadas pelo decreto para o Programa de Regularização Ambiental, o limite mínimo de proteção voltou a ser de 20 metros para rios com que passem por propriedades com área superior a quatro módulos. Foi vetada, ainda, a obrigatoriedade de recomposição de cinco metros de vegetação nativa em rios temporários de até dois metros. Com a medida, analisou Junji, propriedades cortadas por vários pequenos córregos, formados em épocas de chuvas, deverão ser inviabilizadas.

Ações judiciais são a única alternativa

Orientação é de Junji ao explicar que todas as propostas para reduzir exigências impostas aos míni e pequenos produtores foram derrubadas pelo rolo compressor do governo

O deputado federal Junji Abe entende que as regras constantes do novo Código Florestal deverão motivar uma enxurrada de ações judiciais movidas por produtores com propriedades inviabilizadas em até 100%. "À medida que ele tem de desocupar e ainda pagar para fazer o reflorestamento, está sofrendo uma desapropriação às avessas, porque, na prática, perde a área de produção, mas não é indenizado. Ao contrário, precisa bancar a recuperação de um imóvel utilizado há séculos para atividades produtivas".

Além de diminuir a rentabilidade da produção rural que já é baixa, as exigências deixarão o pequeno produtor com máquinas ociosas e ele será forçado a demitir funcionários, sem ter dinheiro para bancar as rescisões trabalhistas. "Se não terão nem como custear os encargos trabalhistas, como farão para cumprir a obrigatoriedade de reflorestamento das porções às margens dos cursos d'água?", perguntou Junji, ao pontuar que a situação também implicará caras adequações na infraestrutura de cada pequena propriedade.

"Argumentos fortes, discursos inflamados, alertas contundentes, nada adiantou. Todos os destaques apresentados para reduzir as exigências impostas aos míni e pequenos produtores rurais foram derrubadas pelo rolo compressor do governo", lamentou Junji, visivelmente abatido com a derrota das alterações que ele defendia para evitar "prejuízos fatais" nas pequenas propriedades. "O jeito é recorrer à Justiça".

Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, Junji tentou, a todo custo e sem sucesso, sensibilizar os colegas para aprovarem destaques, como o que reconhecia o direito adquirido pelos míni e pequenos produtores de manter suas atividades em APPs – Áreas de Proteção Ambiental, no entorno de cursos d'água, onde produzem, há séculos, sem causar danos ambientais.

"O governo isentou donos de hidrelétricas e de grandes reservatórios, que faturam alto, da obrigatoriedade de fazerem a recomposição florestal. Mas, negou o benefício para quem alimenta o País. São mais de um milhão de pequenos produtores que, além de perderem a produção nas faixas a serem desocupadas, terão de arcar com os ônus da reposição da mata", criticou Junji.

Seguro rural acessível

Apontando abandono do segmento, Junji conclama autoridades a resguardarem produtoresde itens sazonais e altamente perecíveis, durante audiência pública na Comissão de Agricultura

Se a oferta de seguro rural já é deficiente para os produtores de grãos e outras culturas de extensão, ela não existe para a olericultura, "um setor em completo abandono". A crítica vem do deputado federal Junji Abe que participou da audiência pública (27/03/12) promovida pela Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir o tema.

Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros e membro titular da Capadr, Junji conclamou as autoridades a resguardarem os produtores de itens "sazonais e altamente perecíveis", destinados ao mercado interno. "São agricultores desprovidos de qualquer atenção do governo, que sobrevivem a duras penas, à mercê do clima e do mercado", definiu, protestando contra a indisponibilidade de recursos para o seguro rural e os altos valores cobrados de quem busca o instrumento para manter-se na atividade.

Idealizado em 2006 para funcionar como garantia de que não haverá prejuízos em caso de perda de produção, o seguro rural deveria ser uma proteção do investimento aplicado pelo produtor, com ou sem dinheiro de financiamento. "Na prática, é um instrumento deficiente ou inacessível para os agricultores, especialmente os pequenos", definiu Junji.

"O produtor precisa ter mecanismos para sua segurança e motivação para continuar na atividade. Especialmente, os pequenos do segmento de hortifrutiflorigranjeiros que lidam com produtos sazonais, altamente perecíveis e sensíveis às adversidades climáticas", apregoou Junji, classificando a política de seguro rural no Brasil como "embrionária".

O Proagro - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária abrange 72 culturas. Atualmente o governo subvenciona de 30% a 70% do valor do seguro, dependendo da cultura.

O seguro cobre míseros 7,9% da área plantada, o equivalente a 4,7 milhões de hectares. Nos Estados Unidos, a cobertura engloba 98% do território cultivado, o que corresponde a 78 milhões de hectares.

Arquivo pessoal

Secretária promete defender simplificação

A pedido de Junji, Mônika Bergamaschi atuará junto à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos para adoção de modelo simplificado e ampliação da faixa de isenção de propriedades

A secretária de Estado de Agricultura e Abastecimento, Mônika Bergamaschi, garantiu ao deputado federal Junji Abe que fará gestões junto à Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos visando acelerar a adoção de um modelo simplificado para regularização de propriedades rurais quanto à outorga do uso da água. O parlamentar defende procedimento semelhante ao adotado pelo governo, no final de 2011, para o licenciamento ambiental, que livrou os agricultores da burocracia e altos custos.

Com base no levantamento realizado junto às lideranças rurais, o deputado explicou à Mônika que os agricultores paulistas precisam de duas medidas básicas em relação aos procedimentos para outorga da água. Uma é a definição, pelo Estado e não pelos Comitês de Bacias, de um modelo simplificado que elimine a burocracia e os exorbitantes custos a que os pequenos produtores são submetidos.

A outra medida, segundo Junji, "é uma questão de justiça com os pequenos agricultores". Trata-se da ampliação da faixa de isenção das propriedades obrigadas a cumprir os procedimentos de outorga dos recursos hídricos. O deputado defende que as áreas onde o consumo diário de água seja de até 50 metros cúbicos (m^3) – correspondentes a 50 mil litros – e não tenham culturas irrigadas, fiquem dispensadas de formalizar a outorga.

"O que pedimos é que São Paulo adote uma faixa de isenção semelhante à vigente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul", assinalou Junji, lembrando que a concessão no território paulista é dez vezes menor. Ou seja, só isenta dos procedimentos de outorga as propriedades onde o consumo de água é de até 5 m^3 ou 5 mil litros por dia.

Com a ampliação da faixa de isenção, completou Junji, o Estado de São Paulo pouparia os micro e pequenos agricultores do sacrifício de regularizar a outorga da água, sem prejuízos aos recursos naturais, haja vista o baixo consumo de água em suas propriedades. A medida contemplaria, por exemplo, a maioria dos produtores do Alto Tietê, polo agrícola de importância nacional.

Pedido apoio da FPA contra projeto restritivo

Junji solicita à Frente Parlamentar da Agropecuária manifestação contrária à proposta que impede agrônomos e veterinários de atuarem como zootecnistas

O deputado federal Junji Abe pediu a manifestação oficial daFPA – Frente Parlamentar da Agropecuária em relação ao projeto de Lei 2.824/2008 que objetiva vedar o exercício da profissão de zootecnista aos agrônomos e veterinários. Ele espera obter o apoio do grupo na batalha para vetar a proposta que, segundo ele, serve apenas para restringir o trabalho desses profissionais.

Ao defender o veto ao projeto, Junji disse que a proposta é "prejudicial para uma categoria de fundamental importância para o fortalecimento do agronegócio brasileiro". Na visão do parlamentar, o setor produtivo rural e os profissionais da Agronomia precisam "caminhar juntos" para garantir ao Brasil condições de elevar a produção de alimentos visando evitar a fome na planeta.

Junji esclareceu que foi procurado pela Aeasp – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo para se manifestar contra a proposição e dirigiu apoio à causa por entender justa a reivindicação da entidade. O projeto versa sobre a revogação da alínea "c" do artigo 2º da Lei Federal nº 5.550, de 04/12/68, para proibir agrônomos e veterinários de exercerem a profissão de zootecnista. A proposta aguarda parecer na Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

País precisa avançar em alternativas

Ao participar do debate com comitiva portuguesa sobre energias renováveis, Junji lamenta estágio embrionário e aponta o uso de novas fontes como base do desenvolvimento sustentável

Os avanços do Brasil na utilização de novas fontes de energia limpa são o alicerce do desenvolvimento sustentável que conduzirá os brasileiros para um nível mais alto de qualidade de vida e sacramentará a capacidade competitiva do País no mercado mundial. As considerações são do deputado federal Junji Abe que participou, em março (07/03/12) de evento promovido pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara Federal para debater o novo marco legal das energias limpas

"Não podemos permanecer à mercê das fontes convencionais de energia. Precisamos sair do estágio embrionário e avançar, aproveitando bem-sucedidas experiências desenvolvidas no mundo", completou Junji, ao elogiar a iniciativa do coordenador do Conselho, deputado Pedro Uczai (PT-SC), de convidar especialistas da cidade de Moura, em Portugal, para compartilhar conhecimentos na geração de energia solar e resultados da evolução do desenvolvimento sustentável por meio do emprego de tecnologias ambientalmente corretas.

O prefeito de Moura, José Maria Prazeres Pós-de-Mina, detalhou as experiências da Lógica, empresa municipal para o trabalho de investigação e domínio da energia solar fotovoltaica. O empreendimento impulsiona o projeto da maior central solar do mundo. Dispõe de um parque fotovoltaico com capacidade instalada de 46,41 Megawatts (MW) de pico, podendo abastecer de energia elétrica aproximadamente 30 mil residências que representam consumo da ordem de 93 Gigawatts-hora (GWh) por ano.

Junji ponderou que a energia solar é uma das muitas fontes limpas a serem adequadamente exploradas no País. Há diversas outras alternativas, igualmente pouco ou mal aproveitadas, como a eólica (dos ventos), hidráulica (dos rios), a biomassa (à base de matéria orgânica), a geotérmica (calor interno da Terra) e a mareomotriz(das ondas de mares e oceanos).

As iniciativas do Conselho darão efetiva contribuição ao estudo e elaboração de políticas públicas efetivas para o emprego de alternativas energéticas já difundidas em outros pontos do planeta. "Sou entusiasta na busca de fontes de energias limpas. Nosso Brasil tarda para aproveitar os potenciais da rica natureza em favor de tecnologias que abasteçam as necessidades das atividades produtivas e contribuam para preservar nossa biodiversidade".

Titular de duas comissões permanentes

Junji é nomeado para os órgãos técnicos de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

A Mesa Diretora da Câmara nomeou o deputado federal Junji Abe como membro titular de duas comissões permanentes da Casa, a Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rurale a CSPCCO –Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Ele também é suplente da CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano. A decisão, efetivada em março(2012),acolhe indicações do líder do PSD no Parlamento, deputado Guilherme Campos (SP).

A possibilidade de atuação direta no debate de proposições ligadas às três áreas animou Junji que, ao longo dos quase 40 anos de vida pública, registra avantajado histórico de trabalho como liderança agrícola e idealizador de programas dirigidos à segurança pública, principalmente no campo da prevenção da violência. "É uma enorme satisfação integrar o time desses órgãos técnicos e contribuir tanto quanto possível na conquista de resultados efetivos em benefício da população", manifestou-se.

Criadas pelo Regimento Interno da Casa, as comissões permanentes são órgãos técnicos constituídos de deputados, com a finalidade de debater e votar as propostas de leis apresentadas à Câmara. Em relação a determinadas proposições ou projetos, manifestam-se emitindo opinião técnica, por meio de pareceres, antes de o assunto ser levado ao Plenário. Há casos em que os colegiados decidem pela aprovação ou rejeição das matérias, sem a necessidade submetê-las à votação em Plenário. Na ação fiscalizadora, atuam no controle dos programas e projetos executados ou em execução, a cargo do Poder Executivo.

A composição parlamentar das comissões é renovada a cada ano. Obedece aos critérios de proporcionalidade em função da representatividade das legendas na Casa e o preenchimento dos cargos assim como das vagas de titulares e suplentes fica a cargo das respectivas lideranças partidárias.

Sob a presidência do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), a Capadr é formada por 42 titulares e suplentes. A nomeação de Junji para o órgão era esperada com ansiedade por lideranças de entidades representativas da agricultura, principalmente do Estado de São Paulo. Motivo: reconhecido como um dos maiores conhecedores de assuntos relacionados ao agronegócio e tido como hábil articulador dos diferentes segmentos do setor, desde o campo até consumidor, Junji

é respeitado no meio agrícola.

Presidente da inédita Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros, idealizada e lançada por ele, e membro efetivo de todos os demais grupos parlamentares ligados, direta ou indiretamente, à produção de alimentos, Junji tem o perfil de produtor e empresário rural, com mais de 35 anos na liderança de entidades agrícolas, além de dez anos na presidência da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembleia Legislativa de São Paulo. A ligação umbilical com o agronegócio rendeu ao deputado notável projeção na bancada ruralista da Casa, já em seu mandato de estreia na Câmara Federal.

A defesa de políticas públicas para atender as necessidades dos micro, pequenos e médios produtores rurais que cultivam itens destinados ao mercado interno é a principal meta da Pró-Horti, nascida da obstinação de Junji em aglutinar parlamentares sensíveis à causa no Congresso Nacional.

Presidida por Efraim Filho (DEM-PB), a CSPCCO conta com 20 titulares e igual número de suplentes. Em pauta na Comissão estão assuntos de grande relevância social como o reforço de programas de combate à criminalidade e projetos, como o do próprio Junji, que prevê o aumento de penas para crimes praticados em ambiente escolar.

Prefeito de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, por oito anos seguidos, de 2001 a 2008, Junji desenvolveu programas modelares em segurança pública. Entre as ações classificadas por ele como "vacinas contra a violência", figuram projetos como o Coral Canarinhos do Itapety, a Orquestra Sinfônica Jovem de Mogi das Cruzes e o Esporte Mogi. O trabalho contemplou crianças e adolescentes, em risco de exclusão social, com uma série de atividades socioculturais e esportivas que mudaram a realidade de milhares de famílias da periferia da Cidade, além de contribuir com a queda dos índices de criminalidade.

NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Domingos Neto (PSB-CE), registra entre os temas estratégicos e urgentes para este ano as proposições relacionadas à mobilidade urbana, resíduos sólidos e Copa do Mundo de 2014. Junji festejou a oportunidade de participar do debate de questões como a gestão adequada do lixo. Explica-se: o parlamentar é crítico voraz do modelo de aterro sanitário e batalha para convencer o governo a substituir a prática pelo uso de tecnologias limpas.

Enquanto prefeito de Mogi, Junji desativou o Vazadouro existente na Cidade, conhecido como Lixão da Volta Fria, e implantou a coleta seletiva de resíduos domiciliares, além de empreender, ao lado da sociedade civil organizada, a batalha – que se arrasta até hoje – contra a instalação de um aterro sanitário no Distrito Industrial do Taboão, uma das poucas localidades disponíveis na Grande São Paulo para a expansão empresarial.

Frente quer reduzir preços em 15%, no mínimo

Visita de Junji e integrantes do colegiado à ANP - Agência Nacional do Petróleo abre cruzada para baratear gasolina, diesel, álcool, gás de cozinha e outros produtos

A redução de 15% a 20%, "no mínimo", nos preços da gasolina, etanol, diesel, óleos lubrificantes, gás de cozinha e produtos similares é a meta da diretoria da FPMDCEECT – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia, segundo o deputado federal Junji Abe, vice-presidente do colegiado. Ele e outros integrantes do grupo estiveram na sede da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível, abrindo a cruzada para subsidiar proposições com a finalidade de baratear esses itens.

"Estamos colhendo todas as informações sobre os diferentes processos e sugestões para otimização da cadeia produtiva do setor de combustíveis, eliminando custos supérfluos, que darão origem a medidas com o objetivo de pressionar o governo a reduzir preços, favorecendo milhões de brasileiros", explicou Junji, ao pontuar que a Frente ainda não tem previsão de prazos para apresentação das propostas.

De acordo com o deputado, a diretoria da Frente já programou visitas a instituições como a Petrobrás e audiências nos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e dos Transportes, com a finalidade de coletar mais dados. O encontro com a diretoria da ANP, em março último (13/03/12),possibilitou ao grupo conhecer a estrutura organizacional da agência, incluindo os trabalhos desenvolvidos no CPT – Centro de Pesquisas Tecnológicas. Junji evidenciou que a pretendida queda de preços "não poderá, em hipótese alguma, afetar a qualidade dos produtos".

Implantada em 1998, a ANPé o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis no Brasil. Não define preços. Apenas fiscaliza, protege os interesses do consumidor e confere credibilidade à qualidade dos produtos consumidos no País. Para cumprir suas funções, a agência desenvolve o PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis que abrange o levantamento dos indicadores gerais da qualidade dos combustíveis comercializados em território nacional e a identificação de focos de não conformidade, a fim de orientar e aperfeiçoar a fiscalização exercida pelo órgão.

Os deputados da Frente conheceram o CPT, dotado de equipamentos de alta tecnologia nos quatro laboratórios – um de lubrificantes, dois de combustíveis e um de análises especiais. A unidade está capacitada para avaliar as amostras de combustíveis, lubrificantes, solventes, aditivos e corantes, estabelecendo se os produtos estão em conformidade com as especificações regulamentadas pela ANP e, portanto, aptos para comercialização no País.

Arquivo pessoal

Álcool mais barato para veículos flex

Ao final da visita à ANP – Agência Nacional do Petróleo, Junji quis saber se existe algum planejamento para conter as frequentes oscilações de preço do etanol, decorrentes da supersafra ou quebra de safra da cana de açúcar e ainda dos interesses econômicos dos beneficiadores que, muitas vezes, preferem direcionar a matéria prima para itens com cotações mais generosas no mercado internacional.

Depois de serem incentivados a comprar veículos flex, observou Junji, os proprietários são prejudicados porque usar álcool não é sempre a melhor opção. "Teve época em que o litro do etanol custava 30% a 35% menos que o da gasolina. Hoje, a média nacional gira em torno de 20%", lamentou ele que também preside a Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros. O deputado acentuou que o uso do álcool é vantajoso se o litro custar até 70% do valor do litro da gasolina, porque motores abastecidos com etanol consomem 30% a mais, em média, do que os que utilizam gasolina.

O especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural da ANP, Vinícius Leandro Skrobot, informou que não existe qualquer trabalho no sentido de equacionar o problema do preço do etanol ao consumidor. Junji antecipou que a Frente apresentará ao governo proposta para equilibrar a oferta do combustível, resgatando e mantendo a vantagem do abastecimento com álcool em relação à gasolina.

Recursos para eventos

A pedido de Junji, governo estadual autoriza repasse de R$ 620 mil para seis tradicionais celebrações de Mogi das Cruzes, Sorocaba e da comunidade nipo-brasileira

Em atendimento a solicitações do deputado federal Junji Abe, o governo estadual autorizou a liberação de R$ 620 mil para a realização de seis dos tradicionais festejos culturais de Mogi das Cruzes, Sorocaba e da comunidade nipo-brasileira. "Priorizamos o atendimento aos setores essenciais como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento agrário, mas não poderíamos nos esquecer das manifestações culturais que fazem parte da história do povo", informou ele, ao explicar que a busca de recursos para os eventos complementa os trabalhos em execução junto ao Estado e à União.

Segundo o deputado, "a destinação de recursos é importante para custear parte da infraestrutura necessária aos eventos, realizados por entidades sociais sem fins lucrativos, que dependem de patrocínios e contribuições da sociedade". O 15º Festival do Japão e o Festival Kohaku Uta Gassen, ambos na Capital, a 4ª Festa Japonesa de Sorocaba e a 27ª edição da Festa de Outono – Akimatsuri 2012, em território mogiano, foram contemplados com recursos da Secretaria de Estado da Cultura.

O 15º Festival do Japão faz parte do Calendário Oficial Turístico do Estado e do Município de São Paulo. Maior evento cultural e gastronômico nipo-brasileiro no Brasil, é também o mais significativo fora do País do Sol Nascente, atraindo cerca de 180 mil visitantes. O evento recebeu R$ 100 mil. Foi realizado em julho pela Kenren – Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil, presidida por Akinori Sonoda, que agrega as principais instituições nikkeis, incluindo as associações de 47 províncias japonesas, e o auxílio de mais de 4 mil voluntários. Também na Capital, a Associação Cultural e Recreativa Grupo The Friends contou com R$ 60 mil para realizar o Festival Kohaku Uta Gassen, que consiste na apresentação de intérpretes da música japonesa.

Em Sorocaba, a Região Sudoeste do Estado comemorou em julho (14/07/12) a abertura da 4ª Festa Japonesa que, pela primeira vez na história, foi contemplada com contribuição financeira de R$ 100 mil do Estado. O repasse foi efetivado para a Ucens – União Cultural Esportiva Nipo-Brasileira de Sorocaba, presidida por Ken Iti Nishihara.

Em Mogi das Cruzes, o Bunkyo – Associação Cultural de Mogi das Cruzes,

presidido por Kiyoji Nakayama, recebeu R$ 150 mil para realizar a 27ª edição da Festa de Outono – Akimatsuri 2012, que reúne público superior a 50 mil pessoas. O evento proporciona aos visitantes a oportunidade de conhecer melhor as músicas, danças, crenças, artes plásticas e comidas típicas japonesas, além de promover a interação entre o campo e a população urbana com exposições de produtos e técnicas agrícolas desenvolvidos no Município e cidades vizinhas.

Verbas insentivam turismo interno

Graças às indicações de Junji, acolhidas pelo Estado, outros dois eventos do calendário oficial de Mogi das Cruzes receberam ajuda financeira. A edição 2012 da Festa do Divino Espírito Santo foi contemplada com R$ 150 mil e a 9ª Marcha para Jesus recebeu R$ 60 mil. Os repasses foram efetivados pela Secretaria de Turismo.

"Como devoto do Divino e no exercício de cargo público, tenho a satisfação de transmitir a boa notícia aos organizadores da Festa", expressou-se Junji ao referir-se à celebração, nascida há mais de 300 anos, que também consta do Calendário Oficial Turístico do Estado. Em nome da administração da Diocese de Mogi das Cruzes, o padre João Mota destacou a gratidão da comunidade católica ao deputado. O casal de festeiros deste ano, Maria Tereza e Josmar Cassola, também enalteceu os esforços do parlamentar para colaborar com a celebração. Igual manifestação fez o presidente da Associação Pró-Divino, Reginaldo Abrão.

Ao longo de quase duas semanas, a vasta programação da Festa do Divino une cultura e religiosidade, atraindo visitantes dos mais diversos pontos do País e até do exterior. São alvoradas, novenas, missas, a tradicional Entrada dos Palmitos e a procissão que percorre as ruas bordadas com flores e cereais, entre outras celebrações. O público do evento supera 400 mil pessoas.

Organizada pelo Copomc –Conselho de Pastores e Obreiros de Mogi das Cruzes, presidida pelo Pastor José Miraídes Penha, a Marcha para Jesus reúne público da ordem de 40 mil fieis que participam da passeata em louvor a Jesus Cristo. Paz, justiça e alegria dão o mote da celebração.

"Independente da crença, a população precisa, cada vez mais, resgatar a unidade familiar e a fé. Só assim, é possível haver a perspectiva de dias melhores", defendeu Junji, destacando a importância da celebração para cultivar a religiosidade das pessoas. O deputado foi o responsável pela inclusão da Marcha para Jesus no calendário oficial de Mogi das Cruzes, quando exercia o cargo de prefeito.

Aprovadas emendas de Junji ao Orçamento 2012

Presidente sanciona Lei Orçamentária sem cortes, acolhendo todas as propostas do deputado para melhorias na saúde, infraestrutura e outros setores em dezenas de municípios paulistas

A presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou, sem vetos, o OGU – Orçamento Geral da União para 2012. Com receita estimada em R$ 1,602 trilhão, a LOA – Lei Orçamentária Anual deste ano inclui todas as emendas apresentadas pelo deputado federal Junji Abe para investimentos em saúde, infraestrutura urbana, agronegócio e outras áreas de uma série de municípios paulistas.

Embora inserido no OGU, o andamento das ações para destinação da maior parte das verbas ainda está travado em razão de uma série de fatores adversos, como a crise internacional que forçou o contingenciamento dos recursos federais, associado a medidas para garantir o superávit primário do País, além das restrições impostas pela legislação eleitoral neste ano, como observou o deputado.

Segundo Junji, a acolhida das emendas, com a inclusão no Orçamento, é o ponto de partida, mas não é garantia de que todos os repasses serão efetivados. "Passamos a cobrar a disponibilidade financeira do Palácio do Planalto para a formalização dos convênios e liberação dos recursos", completou ele, que elaborou as propostas, no valor total de R$ 15 milhões, com base em ações prioritárias e respectivas necessidades financeiras indicadas por lideranças dos diversos municípios.O trabalho do deputado para coletar informações começou no início de 2011, antes de sua posse na Câmara Federal.

Entre as emendas do deputado, todas contempladas na LOA, estão aquelas que destinam R$ 4,3 milhões para o sistema público de saúde, garantindo reformas de unidades, aparelhagem e outros investimentos na rede básica de 22 cidades. Ele assinala que os recursos a serem liberados ajudarão a melhorar o atendimento aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, "mas passam longe de aliviar o caos no setor".

Acolhidas no Orçamento 2012, outras emendas de Junji contemplam 21 municípios paulistas onde a agricultura é a principal atividade econômica. As propostas, que somam R$ 3,3 milhões, destinam-se a serviços de recuperação e manutenção de vicinais, além de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. "As estradas rurais dão acesso às propriedades e permitem o escoamento da produção agropecuária", detalha o parlamentar.

Embora os serviços nas vias rurais tenham baixo custo, a maior parte das pequenas cidades tem dificuldade de manter as vicinais em bom estado de conservação por causa da reduzida arrecadação munici

pal, como observou o deputado.

Ainda com foco no fortalecimento do agronegócio, outras propostas de Junji, inseridas no Orçamento da União, garantem iniciativas inéditas no País, como a radiografia da cadeia produtiva e do mercado consumidor de flores. O pretendido estudo tem a finalidade de subsidiar as ações para dinamizar a estrutura produtiva, principalmente por meio de cooperativas, ampliar o consumo interno e incentivar as exportações.

A sanção presidencial à LOA 2012 também assegurou a aprovação da emenda de Junji que contempla a Região do Alto Tietê com um programa inédito de capacitação em tecnologia de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças. Desenvolvido pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Hortaliças, o programa consiste na organização de cursos de capacitação para produtores e técnicos de extensão rural – das áreas pública e privada –, realizados em parceria com instituições e organizações sociais do Alto Tietê.

Obras e serviços de infraestrutura urbana, que englobam reurbanização, pavimentação, recapeamento asfáltico, drenagem de águas pluviais, abertura de vias e implantação de guias e sarjetas, entre outros, são o objetivo de outras emendas de Junji inseridas no Orçamento.

Também acolhidos na receita orçamentária de 2012 estão os investimentos da ordem de R$ 1 milhão, propostos por Junji, para ações voltadas ao fortalecimento do turismo, que abrangem desde infraestrutura turística até promoção de eventos para fomentar o turismo interno. “São realizações tradicionais que atraem milhares de visitantes, movimentando a economia dos municípios, o que gera empregos e amplia a arrecadação”, justificou o deputado.

Trabalho de formiguinha

A generosidade presidencial, que garantiu aprovação de 100% das emendas do deputado Junji ao Orçamento da União para este ano, não se estendeu às propostas apresentadas pelo parlamentar ao PPA – Plano Plurianual 2012-2015. A presidente rejeitou a grande maioria das emendas dos parlamentares, limitando-se a acolher aquelas que previam modificação de texto, com raras exceções.

Como o PPA define as prioridades de ação do País para cada período de quatro anos, a presidente Dilma Rousseff optou por privilegiar as obras já constantes do PAC –Programa de Aceleração do Crescimento, como analisou Junji.

Segundo o deputado, o fato de as emendas dele não terem sido inseridas no Plano Plurianual dificulta, mas não inviabiliza a conquista dos investimentos. “Todas as propostas foram elaboradas dentro de programas já existentes no PPA. O objetivo era especificar o direcionamento de recursos para determinada obra”, descreveu. E disparou: “Agora, vamos fazer uma de nossas especialidades: o trabalho de formiguinha, indo de ministério em ministério, apelar pelo atendimento às prioridades que defendemos dentro das linhas de ação do PPA”.

Melhoria do atendimento nos postos

Junji sugere ao ministro Guido Mantega que autorize a realização de concurso público para acabar com a morosidade em unidades da Receita Federal, provocada pela falta de funcionários

Eliminar a morosidade no funcionamento de postos da Receita Federal é o objetivo da indicação (INC 2.649/2012) apresentada pelo deputado federal Junji Abe ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. No documento, o parlamentar pede a realização de concurso público para solucionar o problema da falta de funcionários que prejudica tanto o atendimento de quem procura as unidades quanto o processamento das solicitações.

Como exemplo da sobrecarga de trabalho nas unidades, Junji citou o posto da Receita Federal em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo. "Quem chega às 9 da manhã, já não consegue senha para atendimento. Aqueles que tentam agendar pela internet só arranjam uma data 10 a 15 dias depois. Para piorar, quando fazem uma solicitação, têm de aguardar cerca de quatro meses pela resposta".

A situação trava o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, retardando procedimentos como abertura de empresas que implica geração de empregos e renda, segundo o deputado. Junji lembrou que a lentidão nos postos da Receita também "contrasta com a própria política do governo federal porque compromete a oficialização de micro e pequenos empreendedores", alvos de ações públicas para incentivo à regularização da chamada economia informal.

A precariedade no funcionamento de postos da Receita, ponderou Junji, é prejudicial para toda cadeia de agentes que abrange desde o empreendedor até o governo que sofre prejuízos na arrecadação, passando por contadores, trabalhadores e a própria sociedade, principal destinatária dos tributos recolhidos. De acordo com o deputado, a explicação de dirigentes dessas unidades para a lentidão dos trabalhos é a falta de servidores para dar cabo da demanda. Logo, a alternativa e a realização de concurso público.

"Defendo a máquina administrativa enxuta. Entretanto, é preciso racionalizar o pessoal para evitar que a falta de servidores em determinadas áreas do setor público acabe lesando a própria população. Significa retirar o contingente desnecessário e contratar para as unidades onde há comprovada carência de mão de obra", pontuou Junji, acrescentando que, há tempos, a Receita Federal aguarda autorização do Ministério da Fazenda para a realização de concurso público.

Prevenção para acidentes domésticos

Asfixia com sacola plástica ou pequenos objetos, afogamentos, ingestão de produto químico, quedas em escadas ou de janelas e sacadas, queimaduras, choques elétricos e outra infinidade de ocorrências dentro de casa podem ser evitadas com medidas preventivas. Para garantir a implementação de ações educativas em massa, com o objetivo de orientar a população a afastar, principalmente, crianças e idosos, das situações de risco, os deputados federais Junji Abe e Keiko Ota (PSB-SP) apresentaram, em conjunto, uma indicação (INC 1.849/2011) ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

> “Em conjunto com a deputada Keiko Ota, Junji propõe ao ministro da Saúde a implantação de ações educativas para orientar a população a evitar situações de risco dentro de casa

Os parlamentares propõem que seja instituída a semana nacional de prevenção do acidente doméstico, classificado por ambos como problema de saúde pública. Com pequenos ajustes na residência e mudanças nos hábitos da família, observaram eles, é possível evitar boa parte das ocorrências que, na maioria das vezes, vitimam crianças e idosos.

No documento, os deputados disseram que não dispõem de dados estatísticos atualizados e confiáveis sobre as ocorrências, “mas não há dúvida de que sua incidência mostra-se extremamente alta”. Junji citou uma pesquisa realizada em 2002, no Departamento de Pediatria do Hospital Samaritano, em São Paulo, pelo médico Francisco Lembo Neto: “os acidentes domésticos envolvendo crianças estão entre os cinco primeiros atendimentos mais frequentes nos prontos-socorros pediátricos brasileiros”.

De acordo com o estudo, completou Junji, as fraturas, queimaduras, traumas e intoxicações dentro de casa ou na escola só perdem em número de internações para as doenças das vias aéreas superiores e inferiores que, juntas, correspondem a 24% dos casos, alterações intestinais (16%) e infecções (9%). Em 2002, os acidentes domésticos correspondiam a 6% das internações. As quedas – que provocam contusões e fraturas –, intoxicações por medicamentos e produtos químicos, e as queimaduras apareciam entre os problemas mais comuns.

“Evitar acidentes que geram quadros clínicos graves e até matam é obrigação do Poder Público. O que pedimos é que seja oferecido à população o devido acesso à informação, porque a conscientização é fruto do conhecimento”, argumentou Junji, pontuando que a redução dos acidentes domésticos também contribuirá para aliviar a elevada demanda por assistência médica na rede pública.

Movimento força redução das contas de luz

Segundo Junji, decisão da presidente de cortar encargos para baixar preços da eletricidade no País reflete mobilização da Frente Parlamentar e da sociedade

A decisão da presidente Dilma Rousseff (PT) de cortar encargos setoriais para baixar os preços da eletricidade no País reflete a mobilização de parlamentares e da sociedade civil organizada para forçar o recuo das tarifas, como avaliou o deputado federal Junji Abe, vice-presidente da FPMDCE-ECT – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia.

O pacote de redução do custo de energia elétrica, anunciado em setembro último, prevê que, a partir de 2013, os consumidores residenciais pagarão 16,2% a menos em suas faturas, enquanto as indústrias terão abatimento de 19% a 28%. A definição exata do tamanho do corte – além dos percentuais já divulgados – dependerá de estudo da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica sobre cada empresa da cadeia de energia, nas áreas de geração, transmissão e distribuição.

A diminuição do preço da energia ocorrerá por meio do abatimento dos encargos setoriais. Dois deles são focados no projeto de Lei (3173/2012), apresentado na Câmara por Junji e demais diretores da frente. Tratam-se da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético.

Assim como propõe Junji, o governo trabalha para a extinção de ambos e também da retirada da CCC – Conta de Consumo de Combustíveis. “Queremos eliminar o valor que o brasileiro está pagando às geradoras de energia elétrica para restituir o investimento feito na construção das usinas”, resumiu o deputado, acrescentando que, na teoria, a amortização teria de ocorrer em até 30 anos. “Na prática, tem empresas que já cobram a conta há 50 anos e outras 112 completarão 30 anos de cobrança em 2015”.

Os altos preços cobrados pela eletricidade no Brasil sacrificam a população múltiplas vezes, como pontuou Junji. “Não bastasse ter de arcar com elevadas contas de luz, o brasileiro paga mais caro por tudo o que consome em razão do impacto da energia elétrica sobre os custos de produção. A situação também prejudica e muito a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional”, observou.

Dados coletados pela frente nacional mostram que a energia elétrica cobrada das indústrias brasileiras é a quarta mais cara do mundo, com custo médio de R$ 329 por megawatt/hora. A tarifa brasileira é o triplo da americana e o dobro da cobrada na China, Coreia do Sul e França. Ela fica atrás da Itália, Turquia e Tchecoslováquia. Para se

ter ideia da perda de competitividade dos produtos nacionais no exterior, exemplificou Junji, uma padaria, com cinco a sete funcionários, paga no Brasil contas de luz que totalizam, anualmente,cerca de R$ 20 mil a mais que uma empresa similar na Argentina.

Junji lembrou dos efeitos catastróficos dos altos preços da energia elétrica sobre os setores produtivos, em prejuízo de toda sociedade brasileira. “O brasileiro é penalizado múltiplas vezes. Paga caro pela sua conta de luz, arca com o peso extra de todos os bens e serviços que consome e ainda amarga os reflexos do desemprego e da recessão econômica causados pela perda de competitividade das empresas nacionais no mercado externo”, descreveu.

Cruzada nacional

Ainda que o plano do governo não seja considerado ideal, Junji disse que representa um avanço na cruzada para baixar as contas de luz. Ao lado dos congressistas da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia – presidida pelo deputado César Halum (PSD-TO) – e dos recém-formados colegiados estaduais, ele batalha para baratear de 20% a 30% a eletricidade para pessoas físicas e jurídicas.

Além da proposta que trata da extinção de dois encargos federais sobre as contas de luz, Junji e a diretoria da frente nacional apresentaram à Câmara o projeto de Lei (3172/2012) que prevê mudanças no cálculo do PIS/Pasep e Cofins sobre as receitas da prestação de serviços de energia elétrica para reduzir a alíquota dos tributos, de 9,25% para 3,65%, em regime não cumulativo.

De acordo com Junji, o barateamento das contas de luz depende do sucesso da mobilização popular para implementar outras duas medidas.Uma é a redução das alíquotas de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidentes sobre as tarifas de eletricidade. A outra é criar mecanismos legais e fomentar ambiente favorável para que as concessionárias de energia elétrica concordem em diminuir uma parcela de seu faturamento em benefício da coletividade.

“Nossa expectativa é conquistar o respaldo das 26 unidades da Federação para que tenhamos frentes estaduais no Brasil inteiro”, destacou Junji, ao observar que o colegiado nacional reúne mais de 240 congressistas da Câmara e do Senado. Já aderiram ao movimento os estados de São Paulo, Roraima, Amazonas e Rio Grande do Sul.

Junji integra duas Comissões Mistas

Parlamentar faz parte dos colegiados de deputados e senadores, instalados para analisar medidas provisórias que tratam de extinção de concessões e redução das contas de luz

O deputado federal Junji Abe faz parte de duas comissões mistas instaladas no Congresso Nacional para analisar as MPs 577/2012 e 579/2012. Tratam-se das medidas provisórias editadas pelo Palácio do Planalto. A primeira institui regras para os casos de extinção de concessões do serviço público de energia elétrica por falência ou caducidade e para a intervenção estatal nas empresas. A outra abrange as ações que reduzem, em cerca de 20%, o custo da eletricidade consumida no País a partir de 2013.

Por indicação da liderança da sua legenda, o PSD – Partido Social Democrático, Junji tornou-se, em outubro (17/10/2012),membro titular do colegiado formado para analisar a MP 577/2012 e suplente do grupo encarregado do parecer sobre a MP 579/2012. "Estou muito honrado com a dupla responsabilidade de contribuir para a efetivação adequada das ações há muito reclamadas pela sociedade a fim de baratear as contas de luz e elevar a qualidade dos serviços prestados à população, ainda vitimada por frequentes falhas no abastecimento", declarou ele que também é vice-presidente da FPMDCEECT – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia.

Audiências públicas com os setores envolvidos, realizadas pelas duas comissões, mostraram que há várias distorções a serem corrigidas nos dois textos. "A melhor maneira de garantir relatórios consistentes é ouvir os diversos segmentos envolvidos com o tema. Os integrantes das comissões precisam ter conhecimento das controvérsias deixadas pelas MPs a fim de que, ao final das discussões, tenhamos um consenso sobre o que é melhor para o Brasil e para os consumidores", expôs Junji, em novembro, durante o andamento dos trabalhos.

A MP 577/2012 regulamenta a intervenção do governo em empresas do setor elétrico em caso de má prestação de serviços ou dificuldades financeiras. Se não for transformada em lei até 6 de fevereiro de 2013, perderá sua validade. "O fornecimento de eletricidade é um serviço público essencial para o cidadão que não pode ficar à mercê de eventuais problemas de gestão das concessionárias", explicou Junji.

A MP 579/2012 permite a renovação antecipada, por até 30 anos, de contratos de concessão nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e diminui o peso de encargos setoriais embutidos no preço final das tarifas, como a RGR – Reserva Global de Reversão, que será extinta. Em relação às termelétricas, a prorrogação das concessões terá um prazo menor: até 20 anos. Perderá sua validade, se não houver transformação em lei até 19 de fevereiro de 2013.

Tratamento junto às cooperativas de eletrificação

Membro da comissão mista que analisa a MP – Medida Provisória 579/2012, que trata das ações para reduzir, em cerca de 20%, o custo da eletricidade consumida no País a partir de 2013, Junji está preocupado em garantir tratamento justo às cooperativas de eletrificação rural. "Elas não podem ser equiparadas às grandes concessionárias de energia e não terão como competir no mercado livre, se os valores que pagam ficarem fora do barateamento", advertiu ele, em novembro (07/11), durante os trabalhos do colegiado.

O deputado lembrou que as cooperativas surgiram para atender as localidades rurais onde as concessionárias não queriam investir por causa da baixa demanda de consumo. "Por incrível que pareça, a situação ocorre ainda hoje, em pleno século XXI. E mais: graças ao cooperativismo, a eletricidade chega a inúmeros vilarejos que, apesar de situados em perímetro urbano, não atraem as grandes companhias", relatou, ao citar como exemplo o Distrito de Quatinga, em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo.

De acordo com a MP 579/2012, toda a energia produzida por usinas que já pagaram os investimentos iniciais será destinada ao mercado cativo – formado por consumidores atendidos pelas distribuidoras, como CEB ou Bandeirante, e que não podem escolher de quem comprar eletricidade. Se mantido o texto, a redução de tarifas no mercado livre será da ordem de 16%, enquanto no cativo o barateamento chegará a 27%, conforme cálculos apresentados pelo presidente executivo da Abraceel – Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia, Reginaldo de Medeiros.

Consumidores industriais desejam que uma parte da energia mais barata, produzida por usinas com investimentos pagos, seja destinada ao mercado livre que atende às indústrias por meio de empresas, como aquelas representadas pela Abraceel. "Não podemos recuar na redução das contas de luz. Isto é obrigatório. E acredito que os preços podem cair em percentuais até superiores aos anunciados pelo governo. Contudo, temos de corrigir distorções no texto", afirmou Junji.

A situação projetada decorre do fato de que o governo deverá pagar R$ 11 pelo MWh – megawatt-hora da energia depreciada. Para contratos em vigor e pela energia ainda não amortizada, o valor pago às geradoras está em cerca de R$ 85 atualmente.

As indústrias que consomem mais de 3 mil kWh – quilowatt-hora compõem a primeira categoria do ACL – Ambiente de Contratação Livre. Elas podem negociar livremente a energia que consomem com geradoras e distribuidoras. Já o segundo tipo de consumidor livre é constituído por estabelecimentos industriais que consomem acima de 500 kWh. Neste caso, a escolha é restrita à energia das chamadas fontes incentivadas – como pequenas hidrelétricas, usinas de biomassa e eólicas.

Desde que iniciou sua atuação na Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2011, Junji apresentou 27 projetos que têm as finalidades de combater práticas nocivas à coletividade, democratizar informações, melhorar atendimento em saúde, combater a violência, preservar o meio ambiente, baratear tarifas de telefonia e energia elétrica e aperfeiçoar mecanismos para promover maior inclusão social, entre outras. Quase a totalidade das propostas decorre de sugestões da própria sociedade, principalmente, de contribuições vindas de internautas com quem Junji mantém constante interação por meio das redes sociais.

Projeto de Lei 4524/2012

Telefonia Móvel

Barateamento das tarifas de pré-pagos

Visa acabar com as tarifas absurdas cobradas dos clientes dos planos pré-pagos de telefonia móvel. A proposta conjunta de Junji e do deputado federal César Halum (PSD-TO) proíbe as operadoras de cobrarem dos usuários da modalidade pré-paga valores diferenciados, que chegam a ser 400% superiores ao do serviço pós-pago (celular com conta).

Projeto de Lei 4611/2012

Preservação ambiental

IPI reduzido pró-economia verde

Prevê redução de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados para todos os itens considerados adequados ao desenvolvimento de uma economia verde de baixo carbono. A proposta estabelece que a redução do tributo deverá, comprovadamente, ser repassada ao consumidor, sob a forma de preços menores. Valeria para tudo. Desde sabão em pó, passando por alimentos, até automóveis.

Projeto de Lei 4148/2012

Medicação mais barata

Farmácia veterinária popular

Aos moldes da rede já existente no País para comercialização de medicamentos humanos a preços subsidiados, projeto propõe a criação das farmácias veterinárias populares. Se aprovada, a proposta conjunta de Junji e do deputado César Halum (PSD-TO) viabilizará o barateamento da medicação veterinária, possibilitando o adequado tratamento de animais no campo e nas cidades. Beneficiará tanto os míni e pequenos criadores quanto as pessoas que mantém animais de estimação em casa, além de contribuir para resguardar a saúde pública.

Projeto de Lei 4168/2012

Pessoas com Deficiência

Punição maior por desrespeito a vagas

Estacionar irregularmente em vagas reservadas para pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção será infração grave, punida com multa de R$ 127,69 (valor atual), inserção de cinco pontos na CNH – Carteira Nacional de Habilitação do motorista e remoção do veículo do infrator. Basta que seja aprovado o projeto de Lei de Junji para "acabar com os abusos pelo uso indevido dos espaços que, por direito e necessidade, são de quem tem mobilidade reduzida".

PEC 185/2012

Funcionalismo Público

Fim das distorções nos reajustes

A PEC – Proposta de Emenda à Constituição objetiva eliminar distorções nos reajustes da remuneração do funcionalismo público."Hoje, os servidores passam quatro, cinco anos, sem reajuste. Quando vem, a correção considera todo esse tempo. Daí, o índice é gigante e a população fica indignada. Mas, não sabe que isso aconteceu por desorganização do poder público", expõe Junji, ao defender o reajuste anual, como o de qualquer trabalhador. E de acordo com o índice de correção para repor as perdas inflacionárias. "Do mesmo jeito que ocorre com o Salário Mínimo", compara. Com parecer favorável do relator designado pela CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, a matéria está pronta para votação no colegiado. Após a análise, será constituída uma Comissão Especial para examinar o mérito da proposição. Na sequência, haverá apreciação no Plenário da Câmara, com votação em dois turnos. Havendo aprovação, o assunto seguirá para avaliação do Senado.

Projeto de Lei 3409/2012

Reciclagem do Lixo

Indicação de descarte em rótulos

Prevê a impressão, nos rótulos de produtos industrializados, da informação sobre como descartar ou devolver as respectivas embalagens após o consumo.Com a medida, Junji espera orientar a população para a prática da reciclagem do lixo, reduzir a geração de resíduos sólidos domiciliares, racionalizar a demanda por matéria prima e combater despejos irregulares, evitando agressões ao meio ambiente. A proposta está pronta para votação naComissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara, com parecer favorável do relator. Depois, seguirá para análise das comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Havendo manifestação favorável, por unanimidade, nos três colegiados, terá aprovação automática, sem necessidade de apreciação no Plenário da Casa.

Projeto de Lei Complementar 139/2012

Pró-pequenas empresas

Pagamento parcial do tributo

Permite às optantes do Simples Nacional o pagamento parcial do tributo devido, limitando a incidência de juros e multas somente sobre o valor não recolhido. "A atual legislação estabelece que o empreendedor tem de pagar, todo mês, o imposto no total da guia. Caso contrário, fica inadimplente. Enquanto os débitos engordam e tornam-se impagáveis, ele perde o direito de se enquadrar no Simples, sistema especial de tributação dos pequenos negócios", explica Junji, ao defender a proposta que visa ajudar na sobrevivência das micro e pequenas empresas. Pronto para votação na CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, o projeto tem parecer favorável do relator. Havendo aval do colegiado, a proposta seguirá para apreciação em Plenário.

Projeto de Lei 3709/2012

Pessoas com Deficiência

Legislação para veículos especiais

Normatiza a circulação de triciclos e quadriciclos especiais nas vias públicas e estabelece obrigatoriedade de oferta de curso de formação de condutores por órgãos públicos para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência. "A ideia é eliminar lacunas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), garantindo aos portadores de deficiência acesso aos diversos meios de transporte existentes, assim como condições para obter sua habilitação sem ter de pagar preços abusivos pelo serviço", justifica Junji.

Projeto de Lei 3189/2012

Violência nas Escolas

Aumento de penas para criminosos

Propõe aumento de penas para quem pratica atos de violência em ambiente escolar com o objetivo de inibir ocorrências que se multiplicam a cada dia, "instalando um clima de terror na rotina de professores, servidores e alunos", como justifica Junji. As práticas criminosas incluem lesões corporais, ameaças e até homicídios de educadores de diversos níveis de ensino. Com parecer favorável do relator na CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a matéria está pronta para a pauta no colegiado. Depois, será analisada pelas comissões de Educação e Cultura, Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O passo seguinte será a apreciação no Plenário da Câmara.

Projeto de Lei 3641/2012

Pessoas com Deficiência

Isenção de tarifa de embarque

Garante às pessoas com deficiência isenção da tarifa de embarque em voos domésticos (dentro do País) nos aeroportos brasileiros. A proposta visa contribuir com a inclusão social dos portadores de qualquer tipo de deficiência, complementando a legislação já existente em favor de portadores de necessidades especiais. "É justo que sejam isentos da tarifa de embarque no transporte aéreo nacional. Até porque muitas utilizam a aviação a trabalho", argumenta Junji, acrescentando que este segmento social arca com despesas maiores em função de medicação, tratamento médico e fisioterapia, entre outros gastos, que consomem grande parte dos seus ganhos.

Projeto de Lei 3173/2012

Energia Mais Barata

Extinção de contas já pagas pelo consumidor

Determina a extinção da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para que os valores cobrados do consumidor deixem de embutir investimentos já pagos há tempos, como a construção de usinas hidrelétricas."Na prática, tem empresas que já cobram a conta há 50 anos e outras 112 completarão 30 anos de cobrança em 2015", aponta Junji. O pacote anunciado no Palácio do Planalto extingue o primeiro encargo e a CCC – Conta de Consumo de Combustíveis, mas apenas reduz em 25% o valor da CDE. "Isto deixa claro que a margem de redução das contas de luz deve ser maior", assinalou ele que assina o projeto em conjunto com a diretoria da FPMDCEECT – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia.

Projeto de Lei 3173/2012

Energia Mais Barata

Extinção de contas já pagas pelo consumidor

Determina a extinção da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para que os valores cobrados do consumidor deixem de embutir investimentos já pagos há tempos, como a construção de usinas hidrelétricas."Na prática, tem empresas que já cobram a conta há 50 anos e outras 112 completarão 30 anos de cobrança em 2015", aponta Junji. O pacote anunciado no Palácio do Planalto extingue o primeiro encargo e a CCC – Conta de Consumo de Combustíveis, mas apenas reduz em 25% o valor da CDE. "Isto deixa claro que a margem de redução das contas de luz deve ser maior", assinalou ele que assina o projeto em conjunto com a diretoria da FPMDCEECT – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia.

Projeto de Lei 1494/2011

Prisão de dois a 30 anos

Punições para crime de bullying

Tipifica o crime de bullying, englobando todas as atividades qualificadas como intimidação vexatória. Desde ofensas até lesões corporais ou danos psicológicos. A proposta estabelece penas de reclusão – que variam de dois a 30 anos – para os autores, acresce a penalidade em 50% se o delito ocorre em ambiente escolar e estende igual punição ao diretor do estabelecimento de ensino que deixar de tomar providências para cessar as ocorrências. Também prevê punição maior em várias outras circunstâncias. Proposta aguarda parecer da relatoria na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Na sequência, passará pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para apreciação do Plenário da Câmara.

Projeto de Lei 1221/2011

Lei das Licitações

Guerra à máfia das empreiteiras

Altera a Lei das Licitações (nº 8.666) com o objetivo de evitar obras públicas de má qualidade, freando a prática de determinadas empreiteiras que, para vencer concorrências, apresentam preços muito inferiores ao mínimo necessário para a execução dos serviços, segundo os critérios da boa engenharia. "Há uma máfia de empreiteiras especializadas em vencer licitações públicas. Baixam absurdamente os preços só para ganhar concorrências, mas entregam serviços ruins, lesando os cofres públicos e, principalmente, causando transtornos à população", critica Junji. Com parecer favorável do relator, projeto está pronto para votação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em seguida, será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se receber parecer favorável dos três órgãos técnicos da Casa, terá aprovação sem necessidade de apreciação em Plenário.

Projeto de Lei 2649/2011

Criança e adolescente

Servir bebida alcoólica pode dar cadeia

Servir bebida alcoólica a menores poderá ser tipificado como crime punido com penas que variam de dois a quatro anos de detenção e multa. Basta aprovação do projeto que altera o enquadramento da prática, atualmente classificada como contravenção penal, sujeita a penas bem mais brandas. "Muitas vezes, é um adulto que compra a bebida para dar ao menor. Se flagrado, este indivíduo não vai para a cadeia", detalha Junji. A medida também alcança quem age assim fora dos estabelecimentos comerciais onde o produto é vendido. Projeto aguarda constituição de comissão especial. Depois, seguirá para apreciação em Plenário.

Projeto de Lei 2571/2011

Mobilidade reduzida

Atendimento prioritário no transporte coletivo

Objetivo é garantir atendimento prioritário às pessoas com mobilidade reduzida em estações e terminais de transporte coletivo, que serão obrigados a ter áreas acessíveis para embarque de quem tem dificuldade de deslocamento. A atual legislação prevê o benefício para idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, passageiros com crianças de colo e portadores de deficiência, mas desconsidera quem tem dificuldade de se locomover. Exemplos: pessoas obesas, com perna engessada, usando bengala, muleta ou andador, com carrinho de bebê e anões. Projeto está pronto para pauta no Plenário da Câmara.

Projeto de Lei 2406/2011

Crimes Sexuais

Pena maior para religiosos pedófilos

Projeto aumenta em 50% a pena aplicada a padres, pastores e demais líderes religiosos condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes. "São pessoas que se valem da condição de autoridade, da influência que exercem sobre a vítima ou da confiança que nela inspiram para cometer essas barbáries", explica Junji. Com a aprovação da medida, ele espera, "pelo menos", inibir as ocorrências contra menores no meio religioso. Pronta para votação na Comissão de Seguridade Social e Família, a matéria tem parecer favorável da relatoria. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, será levada ao Plenário da Câmara.

Projeto de Lei Complementar 43/2011

Micrioempreendedor Individual

Proteção aos pequenos negócios

Para beneficiar eletricista, costureira, barbeiro, manicure, pedreiro e outros integrantes do regime especial do MEI – Microempreendedor Individual, proposta estabelece reajuste do limite de faturamento anual da empresa, atualmente fixado em R$ 36 mil por ano. Se o projeto for aprovado, o teto de receita bruta será reajustado a cada 1º de janeiro, com base no índice de correção do Salário Mínimo estabelecido no ano anterior. Assim, esses empreendedores não perdem o direito de pagar menos impostos. Proposta aguarda parecer da relatoria na Comissão de Finanças e Tributação. Depois, passará pelo colegiado de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para apreciação em Plenário.

Projeto de Lei 2747/2011

Doença metabólica

Tratamento gratuito para portadores de MPS

Prevê a distribuição gratuita dos medicamentos necessários para tratar a MPS – Mucopolissacaridose e seus sintomas. A intenção é garantir aos portadores dessa doença metabólica hereditária o direito de ter acesso ao tratamento terapêutico integral, com custos que podem atingir R$ 1,5 milhão por ano. A proposta estabelece que a União padronizará a medicação a ser utilizada, de acordo com os protocolos clínicos aprovados pela comunidade científica, assim como fará constante atualização para incorporar produtos inovadores ao processo. Com parecer favorável do relator, a matéria está pronta para votação na CSSF –Comissão de Seguridade Social e Família. Na sequência, seguirá para análise das comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se receber aval dos três órgãos técnicos da Casa, terá aprovação sem necessidade de votação em Plenário.

Projeto de Lei 2093/2011

Acesso gratuito

Bancos terão de fornecer dados da Previdência

Obriga bancos a fornecerem para seus correntistas acesso gratuito aos extratos de informações previdenciárias contidas no CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais. Os dados poderão ser disponibilizados nos terminais de autoatendimento ou nos sítios das instituições bancárias na internet. Junji diz que os custos "poderão ser administrados pelo sistema financeiro que têm a esquecida função social de servir aos interesses da coletividade". Proposta recebeu parecer favorável da relatoria na Comissão de Seguridade Social e Família, mas, antes de ser votada neste colegiado, passará pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. O próximo passo será a análise das comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Havendo unanimidade pela aprovação, a matéria recebe aval automático da Câmara e segue para sanção presidencial, sem necessidade de ser votada em Plenário.

Projeto de Lei 2065/2011

Curso Superior

Fim da prisão especial

Prevê o fim da prisão especial para quem possui diploma de curso superior, um benefício que viola o princípio constitucional da isonomia e promove a desigualdade de tratamento entre os presos, sem qualquer razão, porque o fato de ter formação universitária não coloca o detento em desvantagem em relação aos demais, não agrava sua convivência com a população carcerária e nem representa ameaça para sua integridade física. A prisão especial tem a finalidade de proteger membros do Ministério Público e juízes, entre outros que, recolhidos à prisão, poderiam sofrer algum tipo de violência e de constrangimento em função da atividade que desenvolvem. Pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposta tem parecer favorável do relator. Se os titulares do órgão técnico endossarem a manifestação, a matéria terá aprovação automática, sem necessidade de votação em Plenário.

Projeto de Lei 1982/2011

Brincadeira de Mau Gosto

Trote a serviços emergenciais pode levar à prisão

Para combater a prática do trote a serviços emergenciais, como Polícia, Corpo de Bombeiros, Samu e outros órgãos destinados ao atendimento de emergências, o projeto tipifica a brincadeira de mau gosto como crime e impõe aos infratores penas que variam de dois a cinco anos de detenção e multa. "Os prejuízos causados são enormes e podem custar a vida de alguém que se encontra em situação de perigo de morte, enquanto atendentes perdem tempo e equipes fazem deslocamentos inúteis", avalia Junji. A proposta será avaliada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário da Câmara.

Projeto de Lei 2287/2011

Profissionais de Saúde

"Lei do Jaleco" para evitar riscos de contaminação

Projeto pretende fazer valer em todo País uma legislação já vigente no Estado de São Paulo. Trata-se da Lei do Jaleco" que proíbe médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde de usarem jaleco fora do ambiente de trabalho. Objetivo é evitar riscos de contaminação por microorganismos instalados nas vestimentas e levados de um local a outro. Passará pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania, com apreciação conclusiva pelos colegiados técnicos da Câmara, sem necessidade de votação em Plenário.

Projeto de Lei 857/2011

Sem intimidação

Proteção ao exercício advocacia

A proposta visa frear as agressões sofridas por advogados para desenvolver seu trabalho. Prevê pena de detenção de seis meses a dois anos ou multa para quem desrespeitar advogado no exercício da profissão ou em razão dela e estabelece como circunstância agravante crime contra o profissional durante sua atividade. A pena será aumentada em um terço se o infrator for funcionário público exercendo suas funções. Projeto pronto para a pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com parecer favorável do relator. Em seguida, será apreciado em Plenário.

Projeto de Lei 1773/2011

Economia e Agilidade

Otimizar pregão em compras públicas

Proposta ajusta a legislação para autorizar, com clareza, a aquisição de bens e serviços comuns pela modalidade de pregão, que garante economia aos cofres públicos. A alteração também especifica as situações em que este procedimento de contratação pode ser utilizado. "A inexistência de regras claras desencadeia pendências administrativas e até judiciais, que consomem tempo do funcionalismo e dinheiro do contribuinte, além de causar outros prejuízos", adverte Junji. Proposta aguarda parecer da relatoria na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A etapa seguinte é a análise das comissões de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania. Havendo unanimidade pela aprovação, a proposta recebe aval automático da Câmara e segue para sanção presidencial, sem necessidade de ser votada em Plenário.

Projeto de Lei 1582/2011

Socorro Médico Ágil

Tipo sanguíneo na CNH

Projeto prevê a inclusão na CNH – Carteira Nacional de Habilitação da informação sobre o tipo sanguíneo do condutor para acelerar o socorro médico das vítimas envolvidas em acidentes de trânsito. "Acontecem muitas colisões graves, com necessidade imediata de repor o sangue das vítimas até a chegada ao hospital. Sem conhecer o tipo sanguíneo dos pacientes, as equipes médicas ficam de mãos atadas e muitas vidas são perdidas", explica Junji. Matéria está pronta para a pauta no Plenário da Câmara.

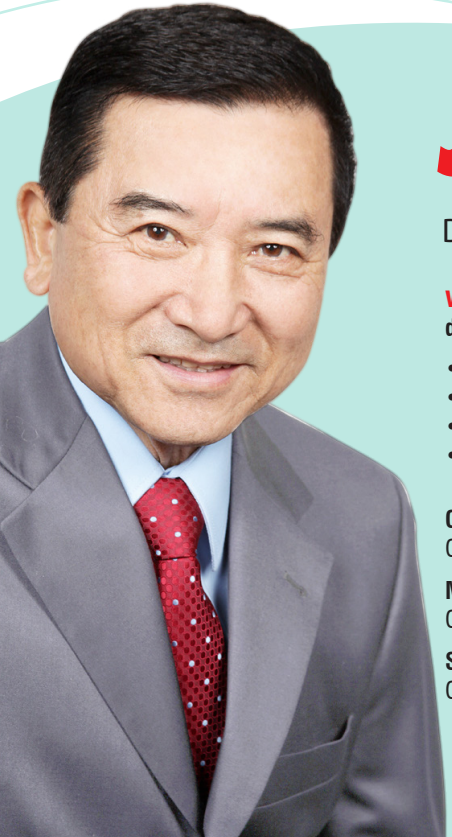
Projeto de Resolução 27/2011

Plenário 2

Homenagem a Paulo Kobayashi

Proposta objetiva dar ao Plenário 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, o nome do saudoso Deputado Paulo Kobayashi, em homenagem ao "parlamentar atuante, de reputação ilibada e ética inquestionável", que cumpriu sete mandatos – duas vezes vereador, três como deputado estadual e outras duas como deputado federal. Parecer favorável da Mesa Diretora da Câmara foi aprovado por unanimidade. Projeto está pronto para a pauta em Plenário.

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP
SENADO FEDERAL



Junji Abe

DEPUTADO FEDERAL • PSD-SP

www.junjiabe.com
dep.junjiabe@camara.leg.br

- **twitter.com/junjiabe**
- **junjiabe.blogspot.com**
- **facebook.com/junjiabebr**
- **youtube.com/user/junjiabe1**

Câmara dos Deputados: Anexo IV - Gab. 340
CEP 70160-900 • Brasília / DF • (61) 3215-5340

Mogi das Cruzes: R. Cel. Santos Cardoso, 189
CEP 08730-110 • (11) 4721-2001

São Paulo: R. Fagundes, 152, 2° andar, Sala 1
CEP 01508-030 • Liberdade • (11) 3207-8936